



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS GRADUÇÃO EM GEOGRAFIA**

RONILSON BARBOZA DE SOUSA

**A LUTA PELA TERRA NA (CONTRA)MÃO DA ORDEM
CAPITALISTA: UMA LEITURA A PARTIR DA LUTA PELA TERRA
DO MST NO MUNICÍPIO DE PETROLINA/PE**

**SÃO CRISTÓVÃO
2014**

RONILSON BARBOZA DE SOUSA

**A LUTA PELA TERRA NA (CONTRA)MÃO DA ORDEM
CAPITALISTA: UMA LEITURA A PARTIR DA LUTA PELA TERRA
DO MST NO MUNICÍPIO DE PETROLINA/PE**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia - área de Concentração Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional, linha de pesquisa Organização e Produção do Espaço Agrário.
Orientadora: Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição

**SÃO CRISTÓVÃO
2014**

RONILSON BARBOZA DE SOUSA

**A LUTA PELA TERRA NA (CONTRA)MÃO DA ORDEM
CAPITALISTA: UMA LEITURA A PARTIR DA LUTA PELA TERRA
DO MST NO MUNICÍPIO DE PETROLINA/PE**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia- área de Concentração Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional, linha de pesquisa Organização e Produção do Espaço Agrário. **Orientadora:** Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição

Aprovado em:
São Cristóvão 29 de Abril de 2014

Profa. Dra. Alexandrina Conceição (NPGeo) UFS
Orientadora

Profa. Dra. Raimunda Áurea Dias de Sousa
Examinadora

Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos
Examinadora

*A todas as pessoas que estão e estiveram na luta pela
superação revolucionária da ordem do capital.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Luciene e Onilson, e a todos os meus familiares, por todo o apoio.

A minha camarada e orientadora, Alexandrina Luz Conceição, por toda a contribuição, a dedicação e o empenho na orientação, e por todo o apoio e por toda a solidariedade, que recebi para enfrentar as dificuldades no mestrado.

A companheira Áurea, pela amizade, pela confiança, pelo apoio e pelo incentivo a continuar os estudos na pós-graduação.

Agradeço à professora Christiane, pela grande contribuição para a realização da pesquisa e para a minha formação.

A todos os meus camaradas, comunistas-revolucionários do PCB e da UJC, pela dedicação à luta pela superação revolucionária da ordem, pela contribuição a minha formação política e pela força para enfrentar os desafios e as dificuldades em Sergipe. Agradeço, especialmente, a Lucas, Leonardo, Allana, Pedro, Igor, Claudinha, Izadora, Nogueira, Bené.

A Priscila, pelo companheirismo e pela compreensão.

Aos amigos Natanael, Evanilson, Leandro, Alyson, Juliane, Sidclay, Douglas, Dinho, Wanderson, e aos camaradas do PCB e da UJC em Petrolina.

Agradeço aos companheiros do SPARTAKUS e do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais (GPECT), especialmente, Marcelo, Shauane, Danilo, Márcio, Jordana, Wanessa, Duda, Ricardo, Júnior.

Agradeço, ainda, aos amigos, que fiz em Sergipe, principalmente, Durval, Jailson, David, Carol, Vanilza, Raqueline.

Agradeço às Professoras Marleide, Josefa e Ana Rocha.

Às Professoras da Universidade de Pernambuco, Celice e Yolanda.

Agradeço aos Professores, técnico-administrativos e estudantes, que trabalham no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGEU).

Agradeço aos trabalhadores do MST e a todos os que colaboraram direta e indiretamente com a realização da presente pesquisa.

Trinta anos
(aos 30 anos do MST)

*Trinta anos não são trinta dias,
Um mês, mesada
São muitas águas passadas
Muitas que ainda hão de passar.
Trinta anos é uma vida Menina bonita, mulher,
Menino que virou rapaz,
Uma estrada que já deixou de longe
A porteira, muita gente com saudade,
Os pés doídos da caminhada
um vazio no peito da pessoa amada
e uma vontade doida de chegar.
Trinta anos é uma caminhada,
Marcha, movimento, jornada
Muita pedra chutada,
Muita cerca arrancada
Muita esperança plantada
E também as coisas erradas
Que ajudam a acertar o rumo
De verdade onde queremos chegar.
Trinta grãos de areia na praia do tempo
Trinta gotas de sangue no mar do povo
Trinta badaladas navegando no vento
Anunciando o novo tempo que vai chegar
Quem tem seus noventa saiu na frente
E as vezes fica pra trás,
mas não nos perdemos,
pois temos um encontro marcado
No dia que este mundo vai mudar.*

Mauro Iasi

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo analisar a condição da luta pela terra na luta contra o capital, a partir da realidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Município de Petrolina-PE. A leitura analítica reflexiva, centrada no método do materialismo dialético, permitiu entender como o capital se expande por meio da sua territorialização e da monopolização do território, resultando em conflitos sociais. No caso do Município de Petrolina-PE, a expansão das relações capitalistas foi viabilizada, principalmente, por meio da concentração de poder da família Coelho e sua forte articulação nacional e internacional. O caminho escolhido pela classe dominante para promover o avanço do capital foi utilizar, prioritariamente, a força de trabalho assalariada, mediante o controle das terras e das águas do rio São Francisco. A atividade da fruticultura irrigada deu ao Município de Petrolina status de um dos mais importantes polos do agronegócio no circuito do capital, promovendo a expropriação da unidade de produção camponesa, impulsionando a mobilidade do trabalho e formando uma superpopulação relativa na cidade, conseqüentemente vários conflitos. No atual estágio de acumulação do capital, na busca da obtenção do lucro, as suas demandas se chocam com as reivindicações dos trabalhadores. A participação do Estado, por meio de políticas públicas, foi e continua sendo fundamental para mediar essas tensões e garantir a contínua reprodução do capital. O capital se mostra incapaz de ceder o mínimo às necessidades de realizações humanas. Por outro lado, embora o MST tenha avançado na luta, sem romper com a ordem do capital, por meio da ocupação do latifúndio improdutivo, termina tornando-se funcional a este, seja como extensão da transformação industrial, seja por meio da produção de alimentos, barateando o custo de reprodução da força de trabalho. Nos acampamentos e assentamentos do MST, o capital monopoliza o território, sujeitando a terra de trabalho e vida à terra de negócio, em mercadoria, só lhes restando trabalhar para o capital, especialmente nas empresas do agronegócio. Desse modo, fica evidente que a luta pela terra, pela reforma agrária se choca com a ordem capitalista em curso, tornando-se uma luta anticapitalista, ainda que nem todos que lutam por ela tenham plena convicção desse processo.

Palavras chave: Camponês; Capital; Luta pela Terra; MST.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the condition of the land struggle in the fight against capital, from the reality of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the city of Petrolina -PE. The reflective analytical reading centered on the method of dialectical materialism, which allowed to understand how capital expands through its territorial and monopolization of the territory, resulting in social conflicts. In the case of the city Petrolina -PE, the expansion of capitalist relations was made possible mainly by the concentration of power of the “Coelho” family and its strong national and international networking. The path chosen by the ruling class to advance the capital was, primarily, use the paid labor force, through control of the lands and waters of the São Francisco River. The activity of irrigated fruit gave the city of Petrolina status of one of the most important hubs for agribusiness in the circuit of capital promoting the expropriation of peasant production unit, boosting labor mobility and forming a relative surplus population in the city, hence various conflicts. At the current stage of capital accumulation, in the pursuit of profit obtaining, their demands clash with the demands of the workers. The participation of the state, through public policy was and remains essential to mediate these tensions and ensure the continued reproduction of the capital. The capital is incapable of yielding the minimum needs of human achievements. Moreover, although the MST has advanced in the fight, without breaking the rule of capital, through the occupation of unproductive latifundia, ends becoming functional to this, either as an extension of manufacturing, or through food production, it lowers the cost of reproduction of labor power. At MST’s camps and settlements, the capital monopolizes territory, subjecting the land of work and life in the land of business: merchandise, leaving them only to work for capital, particularly in agribusiness. Thus, it is evident that the struggle for land, agrarian reform collides with the capitalist order in progress, becoming an anti-capitalist struggle, even if not all the fighting have full conviction of that process.

Keywords: Peasant; Capital; Land Struggle; MST.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01:	- TABELA DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, 2012.....	46
FIGURA 02:	- MAPA DOS PROJETOS/PERÍMETROS IRRIGADOS DE PETROLINA.....	82
FIGURA 03:	- MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DO MST EM PETROLINA.....	89
FIGURA 04:	- FOTO DO ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ DO VALE.....	90
FIGURA 05:	- FOTO DO ASSENTAMENTO MARIA GORETE (OU SANTA MARIA).....	92
FIGURA 06:	- FOTO DO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO.....	93
FIGURA 07:	- FOTO DO ASSENTAMENTO ÁGUA VIVA.....	95
FIGURA 08:	- FOTO DO ASSENTAMENTO JOSÉ ALMEIDA.....	96
FIGURA 09:	- FOTO DO ACAMPAMENTO JOSÉ ARNALDO.....	98
FIGURA 10:	- FOTO DO ACAMPAMENTO VELHO CHICO.....	99
FIGURA 11:	- FOTO DO ACAMPAMENTO JOSI SAMUEL.....	100
FIGURA 12:	- FOTO DO ACAMPAMENTO OZIEL ALVES.....	101
FIGURA 13:	- FOTO DO ACAMPAMENTO LAGOA DA PEDRA.....	102
FIGURA 14:	- FOTO DO ACAMPAMENTO BUTIÁ.....	104
FIGURA 15:	- FOTO DO ACAMPAMENTO 15 DE ABRIL.....	105
FIGURA 16:	- GRÁFICO DA MÉDIA DE CONFLITOS POR TERRA POR PERÍODO NO BRASIL.....	109
FIGURA 17:	- GRÁFICO DO NÚMERO DE DENÚNCIAS DE TRABALHO ESCRAVO.....	110
FIGURA 18:	- GRÁFICO DO NÚMERO DE TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM TRABALHO ESCRAVO.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CEPAL – Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CLOC – Coordenação Latino Americana das Organizações Camponesas
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVSF – Comissão do Vale do São Francisco
DAN – Desenvolvimento Agrícola do Nordeste
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA – Estados Unidos da América
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
GEE – Grau de Eficiência na Exploração
GUT – Grau de Utilização da Terra
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC – Internacional Comunista
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco

SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco

UDR – União Democrática Ruralista

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

VALEEXPORT – Associação dos Produtores Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
<u>SECÃO 1</u> A EXPANSÃO DO CAPITAL NO CAMPO E A MEDIAÇÃO TERRA-CAPITAL-TRABALHO	19
1.1 A concentração da terra no Brasil.....	24
1.2 O caráter da colonização brasileira.....	29
1.3 Os interesses em questão.....	36
<u>SECÃO 2</u> A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL: UM DEBATE PONTUAL	47
2.1 A participação do PCB nas lutas no campo.....	54
2.2 A entrada em cena do MST.....	68
<u>SECÃO 3</u> EXPANSÃO DO CAPITAL E O MST EM PETROLINA-PE	76
3.1 A expansão do capital, o agronegócio e a miséria.....	105
3.2 O MST e a luta pela terra.....	112
CONCLUSÃO	132
REFERÊNCIAS	135
ANEXOS	
ANEXO (A) - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST	
ANEXO (B) - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST	

INTRODUÇÃO

O avanço do capital, sobretudo com o fim da União Soviética, promoveu uma acachapante hegemonia capitalista, que garantiu um intenso processo de acumulação, por meio de privatizações e da precarização das condições de trabalho e vida dos trabalhadores, ao tempo que promoveu uma fragmentação de classe e uma desmobilização dos movimentos de resistência.

Nos últimos anos, presencia-se, no Brasil, um refluxo do movimento socialista (ainda que com uma retomada das lutas sociais) e um gradativo amoldamento a ordem, por parte de organizações, que outrora negavam a sociedade capitalista, isso é, o abandono de um projeto de sociedade alternativo ao capital. Contribui, para esse cenário, o fato de que predomina, entre a maioria das organizações, um desprezo pela teoria marxista. Mesmo entre as organizações que apontam a necessidade de transformações sociais, há um descaso com a análise da formação social brasileira, para a definição da estratégia¹ e das mediações táticas a serem adotadas. Entre os Partidos, por exemplo, a ênfase em processos eleitorais, na ocupação de cargos no parlamento, conduziu muitos a abandonarem os projetos da classe trabalhadora, e essa postura manteve a exploração dos trabalhadores pelo capital, em vez de sua organização autônoma, com projeto próprio, na luta de classe.

Contudo, para Gebrim (2012, p. 7), “definir objetivos e elaborar planos, que permitam atingir o objetivo proposto tem sido uma das principais preocupações de todos os lutadores que buscam o caminho das transformações sociais”. A história do país é bastante rica em

¹ De acordo com Gebrim (2012), os conceitos de estratégia e tática são de origem militar. O autor ressalta a obra de Karl von Clausewitz, *Da guerra*, como a principal obra teórica sobre objetivos e conceitos militares. Clausewitz definira “a tática enquanto a teoria relativa à utilização das forças armadas na ação bélica. Em outras palavras, tática é atividade que consiste em ordenar e dirigir os diferentes choques que ocorrem no curso de uma guerra.” Já estratégia “é a atividade que consiste em coordenar entre si os diferentes choques bélicos, em função da guerra” (CLAUSEWITZ, apud, GEBRIM, 2012, p. 8). Isto é, a tática como a arte de vencer as batalhas e a estratégia como a arte de coordenar as batalhas para vencer a guerra. Há uma articulação entre estratégia e tática. Para Iasi (2014) “Uma estratégia não pode ser compreendida como resultante da mera intencionalidade dos sujeitos políticos, ela é produto de todo um conjunto de fatores entre os quais o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e o grau de amadurecimento da contradição que daí deriva em relação às relações sociais de produção existentes, a dinâmica da luta de classes, o caráter do Estado e, naquilo que nos interessa diretamente, da expressão destas contradições na consciência social de uma época, no quadro cultural e teórico existente” (IASI, 2014, p. 6). A análise sobre determinada formação social leva necessariamente a definição do caráter da revolução. Ou seja, da estratégia e das mediações táticas a serem adotadas.

exemplos de intelectuais da classe trabalhadora, que analisaram a formação social brasileira, contribuindo na elaboração de projetos, que influenciaram na dinâmica da luta de classes.

A maneira como se processou a expansão das relações de produção capitalista no Brasil, diferenciando-se da forma como ocorreu em países da linha de frente do capitalismo, como na Inglaterra, por exemplo, em que gerou conflito entre os proprietários fundiários e a burguesia industrial, resultou na vitória da burguesia industrial e na distribuição da terra; no Brasil, principalmente com o fato de a burguesia ter emergido do próprio latifúndio, a forma como o capital se expandiu promoveu a concentração de terras. Esse fato marcou a dinâmica da luta de classes, influenciando muitas das análises realizadas sobre a formação social. No entanto, a maioria das análises sobre a formação social brasileira considerava que a concentração da terra representava algo em atraso, um entrave, um obstáculo para a acumulação do capital no país. Dois grandes projetos que, em contextos históricos diferentes, hegemonizaram a classe trabalhadora, na luta de classes - a estratégia democrático-nacional ou democrático-burguesa, principalmente entre os anos de 1940 e 1960, cuja principal expressão política era o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e a estratégia democrático-popular, nos anos de 1980 e 1990, protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – partiam dessa avaliação. Atualmente, outras organizações continuam vinculadas a essas estratégias, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que continua vinculado à estratégia democrático-popular. Toda essa realidade motivou a opção pela realização do presente estudo, no intuito de investigar se a luta pela terra é um entrave para a acumulação do capital ou ela legitima a ordem capitalista.

O PCB, com a estratégia democrático-burguesa ou democrático-nacional, considerava que havia resquícios feudais no campo brasileiro, que travavam o “desenvolvimento” do capitalismo, e apontavam a necessidade de uma etapa democrático-burguesa, para desenvolver o capitalismo e, só em seguida, realizar a revolução socialista. Já o PT, com a estratégia democrático-popular, afirmava que o capitalismo havia se desenvolvido com a permanência de tarefas democráticas em atraso, como a reforma agrária. Essa estratégia avaliava a impossibilidade de uma ruptura socialista e coloca como prioridade a luta antilatifundiária, antimonopolista e anti-imperialista, como uma forma de acumular força, para realizar a luta anticapitalista e a ruptura socialista.

O Município de Petrolina-PE representa um fiel exemplo do processo de expansão das relações de produção capitalista no país. Em Petrolina-PE, a expansão do capital aconteceu mediante aliança pactuada entre a família Coelho e o capital monopolista nacional e internacional. A via pela qual a classe dominante optara, para promover a expansão do capital,

foi a de utilizar, prioritariamente, a força de trabalho assalariada, mediante o controle das terras e das águas do rio São Francisco. Desse modo, a expansão do capital também combinou-se com a permanência de estruturas agrárias tradicionais.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado atuou fortemente na região do Submédio do Vale do São Francisco, particularmente em Petrolina-PE, promovendo a expansão do capital a partir, principalmente, da política da agricultura irrigada. Essa política viabilizou a territorialização do capital, por meio de grandes empresas, que se apropriaram das terras e das águas do rio São Francisco. Atualmente, grandes empresas do agronegócio, no ramo da fruticultura irrigada, empregam muitos trabalhadores anualmente e comercializam a produção no mercado internacional. Essa política garantiu ao Município status de um dos mais importantes polos do agronegócio – este conceito é compreendido, a partir da análise de Christiane Campos (2011), como uma articulação de capitais no campo, que se consolida no contexto neoliberal, sob a hegemonia de grupos multinacionais, em aliança com o latifúndio e o Estado.

Em meio ao avanço do capital no campo, são muitas as alternativas criadas pelos trabalhadores, para voltarem ou permanecerem na terra, por meio da combinação da mobilidade e permanência, por meio da combinação de trabalhos camponeses e não camponeses e, por meio dos processos de resistência e luta pela terra. O processo de expansão do capital tem promovido muitos conflitos e impulsionado o surgimento de organizações da classe trabalhadora, a exemplo do MST. Por isso, a escolha do Município de Petrolina-PE, como recorte geográfico da pesquisa. Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é analisar a condição da luta pela terra na luta contra o capital, a partir da realidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Município de Petrolina-PE, analisando a estratégia adotada pelo Movimento e identificando os principais desafios impostos pelo Estado e pelo Capital à luta pela reforma agrária.

O MST surgiu das lutas contra a ditadura militar, no mesmo contexto em que surgiu o PT, em 1980, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Surgiu das lutas que aconteceram no período de 1975-1985, especialmente no Sul do país. O encontro em Cascavel-PR, em janeiro de 1984, é considerado o encontro que fundou o Movimento.

O MST se constituiu como um dos maiores movimentos sociais do país. Possui uma trajetória marcada por muita luta e enfrentamento ao avanço do capital. Organiza-se em uma estrutura com amplitude, que garante ações em várias dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais, e conta com instâncias de representação política, que são os diferentes espaços organizados em diferentes modalidades: núcleos, coordenações, direções, encontros

em diferentes escalas e o congresso nacional. Segundo Stédile (2005), o MST possui ainda um programa de reforma agrária, que também é conhecido como a estratégia do Movimento e cada localidade possui liberdade de atuação no que se refere às táticas utilizadas na luta pela realização do programa.

Em Petrolina, o Movimento conta com 721 famílias, 421 assentadas e 300 acampadas. São 5 assentamentos: *Santa Maria* (mais conhecido pelo MST como *Maria Gorete*), com 35 famílias; *São Francisco*, com 60 famílias; *Água Viva*, com 190 famílias; organizado em duas vilas, *Água Viva I*, com 97 famílias, e *Água Viva II*, com 93 famílias; *José Almeida*, com 100 famílias; *São José do Vale*, com 36 famílias. E são 7 acampamentos: *Lagoa da Pedra*, com 35 famílias; *Velho Chico*, com 20 famílias; *Oziel Alves*, com 70 famílias; *Butiá*, com 30 famílias; *José Arnaldo*, com 75 famílias; *15 de Abril*, com 45 famílias; *Josi Samuel*, com 25 famílias.

Para a análise da situação do Movimento, na luta pela terra, consideram-se duas questões primordiais: a estratégia que orienta a sua atuação e o atual estágio de acumulação do capital. Inclusive pelo fato de que analisar o caráter das lideranças pode levar a uma análise moral e/ou idealista, segundo a qual se entende que são as ideias que movem o mundo, e não o próprio movimento real. Também, para evitar incorrer no mesmo equívoco, não se analisa a luta apenas pela ideia que o Movimento faz dela, mas pelo que ela é de fato, pela ação concreta que desenvolve. Nessa perspectiva, o entendimento de que a realidade concreta pressupõe a apropriação de determinadas ferramentas teóricas como instrumento de análise, vincula a presente pesquisa à teoria social marxiana e, portanto, ao método do materialismo histórico e dialético, principalmente, por viabilizar a compreensão do fenômeno na totalidade das relações. O próprio Marx (2011) explica:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 2011, p. 28).

Por isso, apesar de considerar Hegel um grande pensador, Marx (2011) salienta a necessidade de inverter a sua dialética. Segundo Paulo Netto (2011), a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. No entanto, vale ressaltar que ser fiel ao objeto não

significa fazer uma mera descrição do aparente do que é observado de forma mais imediata; mas procurar entender a essência do objeto, suas determinações.

À primeira vista, pode parecer correto começar pelo real, pelo concreto. Todavia, Marx (2008) ressalta que esse método seria falso. Para exemplificar, o autor utiliza a população – que é a base e sujeito de todo ato social da produção.

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõe a troca, a divisão do trabalho, o capital, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços, etc. se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas (MARX, 2008, p. 258).

Essa viagem de modo inverso, isto é, o último método é que é o exato. Consiste em elevar-se do abstrato ao concreto; é a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, pois o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, é unidade do diverso (MARX, 2008).

A categoria território, entendida como espaço de apropriação social e de estabelecimento de relações de poder (LOPES, 2010), também, torna-se fundamental para compreender a realidade conflituosa da produção capitalista do espaço, pois, de acordo com Conceição (2005, p. 169), “permite observar que a espacialização da miséria se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são controlados por quem domina o afluxo de capitais”. Dessa maneira, permite compreender como o capital se expande por meio da territorialização e da monopolização do território, promovendo conflitos sociais.

Foi realizada pesquisa de campo, visitando-se todos os assentamentos e acampamentos do MST, no Município de Petrolina-PE, coletando-se dados por meio de entrevistas semiestruturadas, individuais e coletivas, aos acampados, aos assentados e à coordenação regional do Movimento - tendo sempre o cuidado de manter preservada a identidade dos entrevistados.

A presente dissertação de mestrado foi realizada sob a orientação da professora Alexandrina Luz Conceição, do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo) da

Universidade Federal de Sergipe – UFS. Também foram de suma importância para a realização da pesquisa as contribuições das professoras Raimunda Áurea Dias de Sousa e de Christiane Senhorinha Soares Campos na qualificação do Projeto de Dissertação. A pesquisa ainda contou com as contribuições das discussões e das atividades promovidas no (e pelo) Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo trata da ligação, que se estabelece entre a expansão do capital e a concentração da terra no Brasil, entendendo porque o capital se interessa por terra e quais os interesses que sustentaram a permanência da grande propriedade.

O segundo capítulo analisa brevemente alguns dos principais conflitos no campo e a trajetória da luta pela terra no Brasil, entendendo o seu caráter, e a sua dimensão política e espacial, bem como a participação do PCB e do MST nas lutas no campo.

No terceiro capítulo, analisa-se a expansão do capital no campo, no Município de Petrolina-PE, e a situação da luta pela terra a partir da experiência do MST, no Município.

1 A EXPANSÃO DO CAPITAL NO CAMPO E A MEDIAÇÃO TERRA-CAPITAL-TRABALHO

A expansão do capital, a partir de profundas alterações nas relações sociais de trabalho, formou uma população majoritariamente urbana e promoveu uma intensificação dos conflitos sociais² tanto na cidade como no campo.

Apesar dos discursos que consideram o camponês³ como um sujeito que não mais existe - os conflitos têm-se tornado bastantes intensos, sobretudo entre camponeses e capitalistas, pois a forma predominante, como o capital se expande, concentra terra em detrimento de expropriações camponesas e, desse modo, estabelece não apenas uma enorme mobilidade do trabalho, para a cidade, como também tem intensificado a luta pela terra travada, principalmente, pelos movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nessa perspectiva, o entendimento desse processo pressupõe o entendimento da ligação que se estabelece entre a expansão do capital e a concentração de terras no Brasil; do motivo pelo qual o capital se interessaria por terra; e porque esse interesse pela terra gera conflito, e em destaque, com os camponeses.

Avalia-se que é preciso iniciar essa análise pela própria existência do modo de produção capitalista, sobretudo, porque, segundo Marx (2005), “o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam trabalho.” (p. 828).

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (MARX, 2005, p. 828).

² Os conflitos são entendidos aqui, como ações de resistência e enfrentamento em determinado contexto social, que, no caso do campo, envolvem principalmente a luta pela terra, pela água, pelos direitos e pelos meios de trabalho ou produção (CPT, 2010).

³ O camponês é entendido, de acordo com Conceição (2012), como uma classe social, como aquele que tem a terra como condição de vida, para a realização do trabalho e a reprodução do grupo familiar. Analisa-se que a relação camponês-trabalho-terra constitui uma unidade, que garante a reprodução do campesinato.

Ao analisar a formação dessa relação, a chamada acumulação primitiva⁴, Marx (2005) considera que essa é a condição básica e necessária da existência da produção capitalista. Isto é, os dois polos do mercado, que têm de confrontar-se: o proprietário de dinheiro, de meios de produção, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e os “trabalhadores livres”, vendedores da própria força de trabalho.

Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da História da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social (MARX, 2011, p. 200).

Os trabalhadores precisam ser “livres”, no sentido de não serem parte direta dos meios de produção, como o escravo e o servo, e por não serem donos dos meios de produção, como o camponês autônomo (MARX, 2005). Os camponeses precisam ser expropriados das condições fundamentais de sua reprodução (a terra e/ou a autonomia do trabalho) para se proletarizarem na cidade ou no próprio campo, pois os trabalhadores expropriados dos meios sociais de subsistência e de produção, para continuarem vivendo, são obrigados a vender a sua força de trabalho ao capitalista, que agora é quem detém a propriedade desses meios.

Marx (2005, p. 828) ressalta que, “quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior”. Essa realidade coloca a terra em disputa, porque tanto o camponês como o capital necessitam dela e do trabalho para se reproduzirem. O camponês precisa da terra e do trabalho como valor de uso, como condição de reprodução do modo de vida e do grupo familiar. Já o capital necessita do trabalho e da terra como valor de troca, como meio para a reprodução e a acumulação de capital. Nesse caso, de acordo com Martins (1982), estabelecem-se conflitos entre os que querem a terra para o trabalho, como condição de vida, e os que a querem como condição de negócio.

Vale destacar que o capitalista compra a força de trabalho porque ela é a única dentre as mercadorias, envolvidas no processo de produção, que pode criar mais valor do que a que ela contém, pois só o trabalho cria valor, cria riqueza, que se mede pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma determinada mercadoria. Assim, estabelece-se o valor da mercadoria (MARTINS, 1981).

⁴ Processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. Considerado primitivo porque constitui o ponto de partida da acumulação capitalista, a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX, 2005).

No entanto, o capitalista paga ao trabalhador, sob a forma de salário, em dinheiro, apenas o necessário para ele (o trabalhador) se reproduzir na condição de vendedor de sua força de trabalho, de tal modo que o salário do trabalhador é limitado pelo valor da mercadoria, mas o valor da mercadoria não é limitado pelo salário do trabalhador (MARX, 2004).

De acordo com Marx (2011), o valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e reprodução. Isto é, para manter-se, o trabalhador necessita de certa soma de meios de subsistência, de tal modo que, em linhas gerais, o valor da força de trabalho reduz-se ao valor de uma soma de meios de subsistência necessários a sua produção, a sua manutenção e a sua reprodução sob a exploração do capital.

O excedente, o trabalho que o capitalista deixa de pagar é a mais-valia, que se realiza plenamente na circulação/comercialização da mercadoria, sob a forma de lucro para o capitalista. E o capital, desse modo, é essa relação social de produção, “na qual o proprietário do meio de produção, ao comprar força de trabalho, extrai mais valia e acumula privadamente a riqueza socialmente produzida” (IASI, 2012). Marx (2005) explica que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada por meio de coisas. É uma relação social de produção.

“Não constituem capital os meios de produção e de subsistência, de propriedade do produtor direto. Só se tornam capital em condições nas quais sirvam também de meios para explorar e dominar o trabalhador” (MARX, 2005, p. 882).

Para Marx (2004), essa troca entre o capital e o trabalho é que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema de trabalho assalariado e tem de conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista. Essa é a condição fundamental do sistema capitalista: transformar os meios sociais de produção em capital e a força de trabalho em mercadoria para serem envolvidos na relação de troca e reproduzir em escala crescente a relação capitalista. Todavia, é importante lembrar que a mais-valia pode se fragmentar em diversas partes. “Suas frações cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem, por isso, formas diversas, independentes entre si, tais como lucro, juros, ganho comercial, renda da terra, etc.” (MARX, 2005, p. 657).

De acordo com Martins (1981), no campo, o processo de conversão dos meios sociais de produção em capital também tende a ocorrer com a terra. No entanto, o autor ressalta que, embora ela (a terra) seja um instrumento fundamental de produção, não pode ser confundida

com o capital, isto é, com trabalho acumulado pelo capitalista, sob a forma de meios de produção, instrumentos e objetos de trabalho.

A terra é um bem natural, que não pressupõe trabalho em sua constituição, mas, ao ser envolvida na lógica do sistema capitalista, a terra pode assumir tanto a equivalência de capital (na exploração da força de trabalho), como mercadoria (podendo ser comprada e vendida).

Martins (1981) explica que, assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra, de modo que assim como a força de trabalho, a terra também se transforma em mercadoria, pois “a tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e pouco a pouco, ele o faz” (MARTINS, 1981, p. 160-161).

Só não poderá fazê-lo se diante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o impeça de ir adiante. A terra é esse obstáculo. Sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura. Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada ou vendida, pode ser alugada. A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra (MARTINS, 1981, p. 160-161).

É importante esclarecer que, nesse caso, o autor analisa uma situação em que o capitalista não é o proprietário da terra. Todavia, a propriedade da terra permite ao proprietário cobrar um tributo pelo acesso a ela, ou mesmo aos frutos da terra. Esse tributo é, historicamente, conhecido como renda da terra (MARTINS, 1981).

Segundo Oliveira (2007), a renda da terra, na forma menos desenvolvida, isto é, pré-capitalista (pois sua existência é anterior ao modo de produção capitalista), é diretamente produto excedente, é a fração da produção que o parceiro entrega ao proprietário da terra, como pagamento pelo acesso a ela; é a parcela da produção além da parte necessária à subsistência do trabalhador.

Já em sua forma mais desenvolvida, por exemplo, no modo capitalista de produção, a renda da terra é sempre sobra acima do lucro (do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, aliás, sem esse lucro médio nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir). Ela é, dessa forma, sobra acima da fração do valor das mercadorias, que nada mais é do que mais-valia, ou seja, trabalho excedente (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Quando o capitalista se torna proprietário da terra, não tendo que pagar o tributo (renda da terra) para fazê-la produzir, a renda da terra aparece como um lucro acima do lucro médio em suas mãos.

Conforme Marx (2004), a concentração da terra permite que o proprietário dela (da terra) se aproprie de uma parte da mais-valia, sob a denominação de renda da terra. Nessa perspectiva, numa situação em que o capitalista se apropria da terra, segundo Oliveira (2007), a renda da terra (também conhecida como renda territorial ou renda fundiária) é um lucro extraordinário, porque é uma fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio, sobra acima do lucro, produto do trabalho excedente, é uma fração específica da mais-valia.

Na medida em que o capitalista adquire terra, ele adquire o poder de apropriar-se de uma parte da mais-valia social (aqui, evidencia-se uma diferença entre a terra e o capital). Ainda que não coloque a terra para produzir, mesmo assim ela lhe permite apropriar-se de uma parte da riqueza socialmente produzida.

Quando o proprietário diz que a sua terra está “valorizando” ele denuncia exatamente o caráter irracional da propriedade fundiária: como pode a terra valorizar-se se ela permanece improdutiva, se ela não incorpora trabalho, se não devolve produtos? Isso só pode acontecer se o trabalho que valoriza a propriedade não precisa ser feito necessariamente na propriedade. À medida que cresce a necessidade de frutos da terra para alimentar o povo, à medida que a terra já trabalhada é insuficiente para atender essa necessidade, o valor da terra cresce – a sociedade estará disposta a repartir com os proprietários uma parte crescente da sua riqueza para que os alimentos possam ser produzidos (MARTINS, 1981, p. 166).

Quando o capitalista concentra terra, não é igual ao processo de concentração de capital, não está concentrando sua capacidade de se apoderar de uma massa maior de mais-valia produzida pelos trabalhadores, a menos que disponha de capital para acompanhar como capitalista essa capacidade concentrada, podendo extrair um lucro extraordinário. Se não possuir, estará meramente se convertendo em proprietário de terra (MARTINS, 1981).

Quando a terra é concentrada, ela não aumenta em nada a capacidade de produção do trabalhador nem a capacidade do capitalista extrair mais-valia do trabalho agrícola. Ela aumenta, no entanto, a capacidade do proprietário se apropriar da mais-valia social que em parte deverá ser distribuída aos proprietários de terra pelo simples fato de que são proprietários privados” (MARTINS, 1981, p. 167-168).

Todavia, segundo Martins (1981), o capital pode se apropriar da agricultura sem necessariamente concentrar a terra. Isso coloca a reflexão diante de duas formas diferentes de expansão do capital no campo: a territorialização e a monopolização do território pelo capital, que, embora sejam interdependentes, são distintas.

De acordo com Oliveira (2004), no caso em que o capital se territorializa, “ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a

indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo” (p. 42). A territorialização do capital é o processo pelo qual ele se instala na agricultura mediante o controle da terra, seja por meio da compra ou do arrendamento, bem como a contratação de trabalhadores assalariados, que realiza a sua produção (PAULINO, 2007).

Já na monopolização do território pelo capital, o camponês mantém-se na terra; porém, o capital sujeita a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica (OLIVEIRA, 2004).

O capital monopoliza as frações do território dominadas pelos camponeses para se apropriar da renda da terra gerada pelo trabalho familiar, e que está contida nos produtos que os camponeses necessitam colocar no mercado. Isso acontece tanto nos casos em que a produção camponesa se constitui em matérias-primas para a indústria quanto quando o destino da produção é o consumidor final, em que ocorre a intervenção do capital (PAULINO, 2007, p. 345).

Todavia, observa-se que, no campo brasileiro, o contínuo avanço do capital tem produzido uma enorme massa de trabalhadores expropriados dos meios fundamentais de sua reprodução em virtude de um regime de concentração de terra. Nessa circunstância, tem-se, de um lado, uma forte hegemonia do capital e, de outro, a resistência dos sujeitos contrários a esse modelo de desenvolvimento.

1.1 A concentração da terra no Brasil

Para entender a concentração da terra no Brasil, é preciso analisá-la em perspectiva histórica, pois, de acordo com Vinhas (2011), o acentuado grau de concentração da propriedade fundiária, que caracteriza a estrutura agrária brasileira, resulta da formação do país desde os primórdios da colonização. Também nessa perspectiva, para Gorgen (2004), a concentração de terras no Brasil iniciou-se desde a chegada dos colonizadores, quando a Coroa portuguesa concedia – doava – as terras habitadas pelos índios aos grandes latifundiários.

Gancho, Lopes e Toledo (1991) explicam que a existência do latifúndio, da grande propriedade no Brasil, é característica da distribuição de terras, cuja origem remonta à doação

das capitâneas hereditárias⁵, que, por sua vez, doavam sesmarias⁶ a outros colonizadores, ainda no século XVI.

A doação de terras, à primeira vista, pode fazer crer que a afluência de pretendentes foi enorme, mas ocorreu o contrário; os portugueses ricos e nobres que preenchiam os requisitos para tal não se interessaram. Em vista disso, a doação de terras brasileiras teve de assumir grandes proporções para atrair aqueles que se dispusessem a arriscar-se na aventura da colonização (GANCHO; LOPES; TOLEDO, 1991, p. 15).

Assim, de acordo com Gancho *et al* (1991), os primeiros exploradores do campo brasileiro, os donatários, foram presenteados com grandes extensões de terras, uma vez que interessava à metrópole, Portugal, garantir o domínio sobre a colônia, Brasil. Além disso, a própria implantação da cultura da cana-de-açúcar em larga escala para exportação exigia grandes extensões de terras. Para Prado Júnior (1998), o clima quente e úmido da costa também seria altamente favorável ao cultivo da cana de açúcar - grande perspectiva de negócio, uma vez que possuía grande valor comercial na Europa.

Prado Júnior (1998) explica que a grande propriedade foi acompanhada no Brasil pela monocultura; os dois elementos serão correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura no Brasil terá por objetivo destinar ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica e altamente lucrativos.

Em linhas gerais, o modelo econômico da colonização, de acordo com Gorgen (2004), caracterizava-se pela concentração de terras, grandes áreas de monocultura, na exploração da força de trabalho escrava⁷, produção voltada para a exportação, para atender aos interesses externos das elites colonizadoras, dependência tecnológica e industrial, pois o pouco que se industrializava aqui era com tecnologia importada, principalmente da Europa (predominava a exportação de matéria-prima para ser industrializada no além-mar).

⁵ Eram doações de terras, feitas pela Coroa portuguesa aos ricos e nobres, chamados de donatários, que, por sua vez, as transmitiam hereditariamente ao filho mais velho, e assim por diante, não podendo ser vendidas ou arrendadas. A costa brasileira foi dividida em imensos segmentos paralelos de terras do litoral até a linha pouco precisa demarcada pelo Tratado de Tordesilhas (no interior), contabilizando um total de 15 capitâneas entregues a 12 donatários (GANCHO; et al, 1991).

⁶ A sesmaria representou, no Brasil, a base da econômica colonial, isto é, a grande propriedade monocultora, que se utiliza do trabalho escravo. As sesmarias mediam em média de 10 a 13.000 hectares (GANCHO; et al, 1991).

⁷ Destacam-se a escravidão indígena e a de negros africanos, formalmente cessadas em 1757 e 1888, respectivamente (MARTINS, 2010).

Contudo, é importante ressaltar que havia também a economia de subsistência, destinada à produção de alimentos para o consumo daqueles que habitam e trabalham (PRADO JÚNIOR, 1998). Nesse contexto, cabia ao donatário e aos seus sucessores, a doação de sesmarias a qualquer pessoa, com a condição de ser católico e pagar o dízimo, além de que havia a exigência fundamental de ter que cultivar a terra (BORGES, 2011). As terras que não seguissem essas condições estariam sujeitas à pena de voltarem ao doador, o rei, tornando-se disponíveis para outra doação - essas terras eram chamadas de terras devolutas (GANCHO; et al, 1991).

Segundo Martins (1997),

Até o século XVIII, era costume que não podiam receber terras em sesmarias os que não fossem brancos, puros de sangue e católicos. O acesso às terras estava interdito aos hereges e aos gentios, aos negros, aos mouros, aos judeus. Os escravos não podiam se tornar sesmeiros, como de resto não podiam ser proprietários de coisa alguma (MARTINS, 1997, p. 14).

Todavia, Gancho *et al* (1991) ressaltam que, durante o período colonial, a concepção de propriedade da terra não tinha exatamente o sentido que tem hoje.

Durante séculos, no regime de sesmarias, aqueles que obtivessem as terras, tinham reconhecido apenas o direito de posse, pois a terra era somente uma concessão, sendo que a propriedade continuava sob o domínio do rei de Portugal (GANCHO; et al, 1991), (MARTINS, 1997).

Com a suspensão do regime de sesmarias em 1822, poucos meses antes da proclamação da Independência⁸ - que marcou oficialmente o fim da colonização do Brasil - a posse e o domínio começaram a se fundir num só direito, o direito de propriedade. Essa fusão se consolida com a vigência da Lei de Terras, Lei nº 601, de setembro de 1850 (MARTINS, 1997). A lei de terras permitia a quem já possuía terra, doada pela Coroa, legalizar e ficar de dono, como proprietário; as demais terras se tornariam devolutas. Além disso, proibia a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra (LEI DE TERRAS

⁸ A proclamação da Independência por D. Pedro I representa um marco na construção da nova pátria. Este movimento marcou oficialmente o fim da colonização do Brasil e, portanto, o fim do domínio português sobre as terras brasileiras. A partir de então, as terras pertenciam à nova pátria (GANCHO et al, 1991). No entanto, é importante esclarecer que essa mudança não desconcentrou a terra, apesar da extinção oficial do regime de sesmarias - que, na prática, continuava funcionando, embora o governo não fizesse novas concessões sesmarias (MARTINS, 1997).

Nº 601, DE 18 DE SEMTEMBRO DE 1850). Ou seja, quem não obteve terra durante o regime de sesmarias, a partir daí, só poderia obtê-la se comprasse.

Martins (2004) explica que, antes dessa lei, a terra era praticamente destituída de valor.

Genericamente falando, ela não tinha a equivalência de capital, alcançando às vezes um preço por conta das indenizações oferecidas a posseiros encravados no interior das sesmarias, para pagamento de seus roçados. Isso porque a ocupação de terra obedecia a dois caminhos distintos: de um lado o pequeno lavrador que ocupava terras presumivelmente devolutas; de outro, o grande fazendeiro que, por via legal obtinha cartas de sesmarias mesmo em áreas onde já existiam posseiros. A carta de sesmaria tinha precedência sobre a mera posse, razão por que em geral o sesmeiro ou comprava a roça do ocupante ou o expulsava ou o incorporava como agregado de sua propriedade. Quando a presença de posseiros era muito grande, a desocupação da terra podia ser onerosa, não compensando a confirmação da sesmaria já obtida. A aplicação de dinheiro na terra envolvia um grande risco por falta de mercado imobiliário. (MARTINS, 2004, p. 24-25).

Na leitura de Martins (2004), o que tinha valor era o bem sujeito a comércio. Não havia mercado imobiliário, mas já existia todo um mercado de escravos, de tal modo que mais valiosos que a terra eram os escravos. Assim, os escravos possuíam tanto a função de fonte de trabalho, sendo, portanto, fator “privilegiado” da produção, como eram a principal condição para a captação de recursos por meio de empréstimos, etc. Nesse sentido, a terra sem os escravos, praticamente, não tinha importância econômica. Essa realidade vai sendo alterada com a pressão pelo fim do regime escravista, exercida pelas grandes potências capitalistas da época, especialmente a Inglaterra⁹, visando expandir mercados - política impossível de se realizar num regime de escravidão, uma vez que o escravo não era remunerado para poder comprar (MARTINS, 1997).

⁹ “As primeiras pressões da Inglaterra contra o tráfico negreiro e o primeiro acordo nesse sentido ocorreram nos anos de 1820, como um dos componentes do processo de Independência do país. Em 1822, poucos meses antes era suspenso o regime sesmarial” (MARTINS, 2010, p. 124). Podeleski (2009) ressalta que, na ata da reunião do Conselho de Estado Pleno – Senado Federal, de 11 de julho de 1850, ocorre a discussão sobre o Bill Aberdeen (uma legislação da Inglaterra promulgada em 8 de agosto de 1845), o qual apresentava a imposição do Governo Britânico, expondo as repressões contra a continuidade do tráfico negreiro no Brasil. Dessa forma, para a autora, além da preocupação com as grandes extensões de terras para a lavoura destinada à exportação, as elites ainda tiveram que se preocupar com a substituição da força de trabalho escrava pela força de trabalho livre, na temerosidade de escassez de força de trabalho. Desse modo, há também um aumento no incentivo à imigração europeia, dificultando, porém, a aquisição de terras aos colonos - o que os movimentaria para a oferta da sua força de trabalho para lavouras.

Todavia, segundo Martins (1997), naquela época, acabar com a escravidão no Brasil, sem um mecanismo que bloqueasse o acesso à terra, gerava um impasse à grande propriedade, primeiro porque não havia garantias de quem iria substituir os escravos nas fazendas, e segundo porque a enorme quantidade de terras disponíveis tornaria livre o acesso de quem as quisesse ocupar, inclusive os escravos libertos. “Era necessário, portanto, criar um direito de propriedade que fosse, ao mesmo tempo, um obstáculo ao livre acesso à terra por parte dos ex-escravos, daqueles que viessem a ser libertados da escravidão” (MARTINS, 1997, p. 14).

A fórmula encontrada foi a Lei de Terras - aprovada duas semanas após a Lei Eusébio de Queirós de 04 de setembro de 1850, que fez cessar a importação de escravos da África -, e o incentivo à imigração, principalmente de europeus, expropriados em seus países de origem, para substituir o modelo escravista de exploração da força de trabalho (MENDES, 2009).

Conforme Martins (2004), já estava claro, nesse período, que o trabalho criava valor e esse valor não se confundia com a pessoa do escravo, mas se materializava nos resultados do trabalho, pois, na crise do regime escravista, a renda capitalizada no escravo foi transfigurada em renda territorial capitalizada, ou seja, a renda capitalizada passa do escravo para a terra (do domínio num para o outro), e essa transfiguração é engendrada na crise do trabalho escravo, especialmente, para bloquear o acesso à terra e garantir a sujeição do trabalho ao capital. Daí, portanto, como meio para extorquir o trabalho. Nessa perspectiva, “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 2004, p. 32).

Para Mendes (2009), a edição da Lei Eusébio de Queirós e da Lei de Terras, em 1850, projetou um modelo de longa duração na ocupação territorial brasileira, com decorrências notáveis na composição fundiária do país. Garantiu um excedente populacional de trabalhadores à procura de terras e a “falta dela” para trabalhadores em um dos países com maior disponibilidade de terras no mundo (MARTINS, 1997).

A combinação da implantação da Lei de Terras com a Lei Euzébio de Queiroz e a política de imigração, naquele contexto, atendeu tanto aos interesses dos latifundiários escravagistas, como da potência capitalista da época, a Inglaterra, que buscava expandir mercado. Essa combinação consolidou um regime de propriedade privada da terra, que garantiu tanto a sua transformação em mercadoria, como a exploração da força de trabalho na grande propriedade, além, é claro, de plantar a semente para a expansão do modo de produção capitalista no Brasil.

1.2 O caráter da colonização brasileira

O caráter da concentração da propriedade da terra no Brasil foi (e continua sendo) motivo de importantes debates. Em relação ao período da colonização, alguns autores avaliaram a concentração da terra como resultado da constituição de um modo de produção feudal no campo brasileiro. Essa interpretação de que a concentração de terra no Brasil resulta de um modo de produção feudal teve forte reflexo no Partido Comunista Brasileiro (PCB), contribuindo na formulação de uma estratégia da revolução chamada Democrático-Nacional (também conhecida como Democrático-Burguesa), que hegemonizou a classe trabalhadora e exerceu forte influência na dinâmica da luta de classes, principalmente entre as décadas de 1950 e 1960 (esse debate será retomado no capítulo 2). Nesse sentido, torna-se indispensável a compreensão do caráter da constituição da concentração da terra no Brasil.

Alberto Passos Guimarães, intelectual militante do PCB, foi um dos defensores da interpretação do caráter feudal. Considerava o autor que as metrópoles exportaram para as colônias, processos econômicos e instituições políticas que asseguraram a perpetuação do seu domínio (GUIMARÃES, 2011). Segundo Guimarães (2011), sempre que a empresa colonial precisava utilizar processos econômicos mais adiantados, ela recorria, como contrapartida obrigatória, a instituições políticas e jurídicas mais atrasadas e opressivas.

O exemplo brasileiro ilustra e confirma esse imperativo histórico. A despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização do país, ele não pôde desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituído na América portuguesa (GUIMARÃES, 2011, p. 36-37).

Ricardo da Silva e Wasserman (2013) explicam que, para Alberto Passos Guimarães, esse processo ocorreu no momento da transição na Europa do modo de produção feudal para um modo de produção capitalista. Para assegurar seu domínio sobre o Brasil, Portugal exportou, para este país, relações econômicas e instituições políticas pretéritas, isto é, a estrutura nobiliárquica e o poder feudal (SILVA; WASSERMAN, 2013).

Nessa perspectiva, de acordo com Guimarães (2011), o regime econômico instaurado no Brasil, no período da colonização, significou um recuo de centenas de anos em relação ao seu ponto de partida na Metrópole.

Quando a Metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial, não lhe restava outra alternativa política senão a de transplantar para a América Portuguesa o modo de produção dominante no além-mar. E o fez cõscia de que a garantia do estabelecimento da ordem feudal deveria repousar no monopólio da terra. Uma vez assegurado o domínio absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos “homens de calidades” de confiança de el-rei, todos os demais elementos da produção seriam a ele subordinados. (GUIMARÃES, 2011, p. 43).

Para Guimarães (2011), a propriedade da terra assumiu um caráter de monopólio feudal e colonial. “O monopólio feudal da terra impôs soluções específicas para os problemas que teve de vencer, sem contudo perder as características essenciais da formação social que tomara por modelo” (GUIMARÃES, 2011, p. 43).

Na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve de regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte, com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão de obra. Teve, ainda, de dar outros passos atrás, em relação ao estágio mercantil que correspondia ao seu modelo, restabelecendo muitos dos aspectos da economia natural. Mas, em compensação, pôde desenvolver o caráter comercial de sua produção, não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial. E com o açúcar, vinculou-se profundamente à manufatura (GUIMARÃES, 2011, p. 44).

Segundo Guimarães (2011), nenhuma dessas alterações, a que o latifúndio colonial precisou amoldar-se, foi suficiente para diluir o seu caráter feudal. Com frequência, as formas escravistas entrelaçavam-se com as formas servis de produção: o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos da terra que lhe eram reservados. Assim, o regime escravista de exploração da força de trabalho se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho.

Nesse autor, a instituição do latifúndio acabou se constituindo em um ônus sócioeconômico para o país, o qual conseguiu se perpetuar até o século XX devido à ação de uma elite que soube manter seu domínio sobre a população rural mediante a posse de grandes extensões de terra (SILVA; WASSERMAN, 2013).

De acordo com Guimarães (2011), o monopólio feudal da terra resistiu às transformações democráticas e capitalistas ao longo do tempo.

A análise de Nelson Werneck Sodré (1967), também militante do PCB, aproxima-se da interpretação de Alberto Passos Guimarães; porém, para o autor, o colonizador, originário

de uma área onde domina o modo de produção feudal, regrediu ao modo escravista, por imposição da finalidade da produção colonial. Portanto, o caráter da colonização não é feudal, como em Alberto Passos Guimarães.

Sodré (1967) avalia que houve uma diferença entre o planejamento e a execução da colonização. As Cartas de Doação de terras possuem traços feudais, a exemplo da primeira, feita por Duarte Coelho, que serve de modelo às demais, que desta divergem apenas em detalhes. Em linhas gerais, consta-se na Carta o seguinte:

- doação da Capitania (60 léguas de costa);
- doação de uma propriedade (10 léguas de costa);
- regula a transmissão da Capitania;
- concede o privilégio de montar engenho;
- proíbe a alienação da Capitania;
- proíbe que o donatário tome mais terra;
- regula o caso de retomada da Capitania pela Coroa;
- transfere poderes judiciários;
- transfere poderes civis (cartórios);
- transfere poderes administrativos (alcaldarias);
- concede a redízima das rendas;
- concede o direito de vender 24 índios;
- concede isenção das taxas não mencionadas;
- veda entrada de corregedor ou alçada;
- compromete a Coroa a cumprir a doação (SODRÉ, 1967, p.78).

As conclusões a que o autor chega, ao analisar tal documento, é de que o donatário é um rei, na Capitania; tem do rei quase todos os poderes; a doação é transmissível por herança; a doação é inalienável, no todo ou em parte; distingue-se a doação da propriedade. Desse modo, isso evidencia na legislação traços feudais; peculiares da sociedade feudalizada, a portuguesa (SODRÉ, 1967).

Para Sodré (1967), o problema fundamental é o do trabalho. O colonizador encontra, no Brasil, o regime de comunidade primitiva, onde não havia mercadorias, nem excedente de produção; a produção era consumida pela própria comunidade; nada era objeto de troca.

O colonizador não se transfere ao Brasil para produzir apenas o necessário à sua subsistência. Poderia fazer isto em melhores condições, sob muitos pontos de vista, em sua área de origem. Poderia fazer aqui, com o seu próprio esforço, com o esforço de seus braços. Mas não é para isso que se transfere à Colônia; transfere-se para enriquecer. Enriquecer, no caso, significa produzir, não para a própria subsistência, ou a da comunidade, mas para alcançar um excedente que se destina ao mercado, produzir mercadorias. A produção desse excedente está na própria finalidade da colonização. Ora, essa produção não poderia surgir do emprego apenas dos braços do colonizador, mas do emprego de outros braços, e de muitos outros.

Daí o trabalho escravo, e trabalho escravo do africano, isto é, do elemento já afeito ao modo escravista de produção (SODRÉ, 1967, 69-70).

Nesse sentido, o autor considera três aspectos importantes do trabalho colonial: 1) a exigência de um investimento inicial, que exclui da colonização os elementos produtores mais avançados da época em Portugal, isto é, os artesãos e camponeses independentes; 2) a necessidade de produzir para o mercado externo destrói a comunidade primitiva indígena, impedindo que evolua para a forma social superior; 3) essa mesma necessidade gera o modo escravista de produção à base do africano (SODRÉ, 1967).

A criação de um sistema produtor importa, no caso brasileiro, na transplantação dos elementos humanos.

- o colonizador, senhor de escravos, que regride do modo de produção feudal ao escravista;
- o trabalho, escravo, que permanece no estado em que se encontrava ou evolui da servidão para a escravidão;
- o indígena, fugitivo, que é expulso da área de produção, mantendo o regime de comunidade natural pela fuga, ou sendo submetido em determinadas zonas ou determinadas fases (SODRÉ, 1967, p. 70-71).

A exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, são peças inseparáveis do mesmo processo (SODRÉ, 1967). Esse autor considera que, pouco a pouco, o latifúndio se fragmenta, e os escravos vão sendo substituídos por trabalhadores livres, que pagam taxas ao senhor, vinculados à terra, mas não escravos. Assim, para o autor, das ruínas do regime escravista, surge o colonato¹⁰, que engendra o feudalismo.

Todavia, é importante ressaltar que, além dessas posições, que eram majoritárias no PCB, houve outras leituras sobre o caráter da colonização brasileira, a exemplo das análises realizadas por Caio Prado Júnior e Jacob Gorender.

Caio Prado Júnior (1998) considerava que a grande propriedade fundiária no Brasil não deriva de nenhuma imposição de relações de produção de caráter feudal. Para ele:

a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que

¹⁰ Constituído de relações de trabalho que foram historicamente criadas na substituição do trabalho escravo, conforme as necessidades do capital, sem que viesse a se definir como um trabalho assalariado. Foi um regime de trabalho que durou cerca de um século, de 1850 até fins dos anos 1950, sob o qual, foi realizada a maior parte das tarefas no interior da fazenda de café. Nesse período, “o país selecionaria a dedo, por meio de seus agentes na Europa, o imigrante pobre, desprovido de meios, que chegasse ao Brasil sem outra alternativa senão a de trabalhar em latifúndio alheio para um dia, eventualmente, tornar-se senhor de sua própria terra” (MARTINS, 2010, p. 9).

ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 22-23).

De acordo com Prado Júnior (1998), a expansão marítima dos países da Europa, depois do século XV, deriva do desenvolvimento comercial continental europeu e se origina de simples empresas comerciais, levadas a efeito pelos navegadores dos países. Portanto, o surgimento da grande propriedade, “esteve vinculado ao aspecto mercantil que a colonização europeia impôs nos trópicos a partir do final do século XV” (OLIVEIRA DA SILVA; WASSERMAN, 2013).

Segundo Prado Júnior (1998), as colônias tropicais se basearam em um acentuado caráter mercantil, sendo que a empresa do colono branco reunia a natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial e o trabalho escravo recrutado entre indígenas e negros africanos importados.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que, na realidade, nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 23).

Para Prado Júnior (1998), essa realidade, cujo caráter se manterá dominante ao longo dos séculos da formação brasileira, marcará, principalmente, a estrutura econômica do país.

Gorender (1980) critica essas interpretações, afirmando a necessidade de uma inversão do enfoque: “as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito, isto é, de fora para dentro” (p. 21). Para o autor, “a inversão do enfoque é que permitirá correlacionar as relações de produção às forças produtivas em presença e elaborar a categoria de modo de produção escravista colonial na sua determinação plenamente específica” (GORENDER, 1980, p. 21).

Não é minha a idéia que a visão metodológica de fora para dentro seja inútil e, por si mesma, distorciva. Com ela foi possível estudar a colonização como ato de colonizar e tudo o que seu processo implicou para a economia européia. (...) Mas, se (...) considerarmos que o ato de colonizar originou nas Américas modos de produção que precisam ser estudados em sua estrutura e dinâmicas próprias, então, a visão metodológica carecerá de uma volta de

180 graus para focalizar o seu objeto de dentro para fora (GORENDER, 1980, p. 21).

Para Gorender (1980), surge um modo de produção historicamente novo: o escravismo colonial, que não é um modo de produção transferido de Portugal, não é uma evolução no sentido de um comunismo primitivo ao escravismo e nem uma síntese entre os modos de produção preexistentes em Portugal e no Brasil. Segundo o autor, a plantagem (também conhecida como plantation), entrelaçando escravidão, latifúndio e monocultura, foi a forma de organização dominante no escravismo colonial.

Dela o trabalho irradiou a outros setores da produção e se difundiu na generalidade da vida social. As unidades produtoras não-plantacionistas se modelaram conforme a plantagem e todas as formas econômicas, inclusive as não-escravistas, giraram em torno da economia de plantagem. Juntamente com a escravidão, a plantagem constitui categoria fundamental do modo de produção escravista colonial (GORENDER, 1980, p. 89).

Antonio Carlos Mazzeo (1995), que tem uma análise semelhante à de Caio Prado Júnior, considera que a expansão mercantil e, conseqüentemente, a colonização, podem ser inseridas no processo de acumulação originária de capitais. Portanto, a colonização do Brasil se insere na própria expansão e consolidação do capitalismo. Para o autor, o capitalismo chegou juntamente com os colonizadores, que irão explorar o Brasil com o intuito de fornecer produtos aos mercados e centros produtores europeus; portanto, o regime estabelecido (o regime de capitánias) consistia numa grande empresa de tipo mercantil.

Desse modo, podemos afirmar que os donatários que receberam do rei a concessão (essa, de fato, era a real estrutura das capitánias) de exploração das terras do Brasil constituem-se nos primeiros burgueses a explorar as riquezas brasileiras e a investir capitais numa atividade bastante rentável, que era a cultura da cana (MAZZEO, 1995, p. 7).

Logo, as doações de terras não tinham um caráter feudal, mas capitalista. O sistema colonial, que engendrava uma série de relações complexas entre a metrópole e as colônias, num período que vai aproximadamente do século XVI à meados do século XVIII, é parte integrante da primeira fase do capitalismo (MAZZEO, 1995).

A necessidade de produção de mercadorias, para um mercado que se alargava enormemente, é o aspecto determinante da ocupação das terras descobertas pela própria expansão comercial, destinando-as à produção em grande escala. Desse modo, é a expansão da economia de mercado e a utilização das colônias como centros produtores de mercadorias valiosas que darão sentido à existência de um sistema colonial do mercantilismo, cabendo

a ele o papel de integrar a produção colonial aos mercados europeus, articulando desenvolvimento da concentração de capitais a partir de múltiplas atividades que o capital cria (MAZZEO, 1995, p. 8).

O fato de não existir trabalho assalariado significa apenas que o capitalismo criou formas de apropriação de mais-valia que não as tipicamente de conteúdo capitalista, como na Europa; por isso, Mazzeo (1995) considera a relação de produção como escravidão capitalista. A introdução do regime de plantagem no Brasil - o escravismo das ilhas do Mediterrâneo (Sicília, Chipre etc.) - constitui o laboratório da escravidão do Novo Mundo, uma continuidade, ampliada e aprimorada das ilhas mediterrâneas, cuja produção se destina ao mercado mundial.

Concluimos, então, que a produção escravista instalada na América e, portanto, no Brasil, não se constitui em um modo de produção distinto do capitalista mas, ao contrário, estrutura-se como um tipo específico de capitalismo. Um capitalismo de extração colonial e escravista que objetiva o mercado externo, grandes lucros e, fundamentalmente, que utiliza a mais-valia que expropria do escravo para investir na produção açucareira e agrária, em geral (MAZZEO, 1995, p. 11).

Verifica-se que a expansão mercantil e a colonização do Brasil se inserem no bojo da acumulação de capital, ainda que numa fase inicial. O capitalismo nasceu a partir do processo de desagregação do feudalismo (por volta do século XIII) no continente europeu, quando situações específicas o pressionam em sua base, isto é, em suas relações de produção, alterando as relações de trabalho servis, desenvolvendo o comércio e a manufatura, promovendo o cercamento das terras e a expulsão dos camponeses, o crescimento e o surgimento das cidades (MAZZEO, 1995).

Segundo Marx (2008, p. 264), “certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas completamente esmaecidas, ou mesmo disfarçadas”; isto é, podem ser contidas, desenvolvidas, caricaturadas, mas sempre essencialmente distintas. Por isso, considera-se que o período da colonização não constitui um modo de produção feudal, conforme analisado por Alberto Passos Guimarães, nem um modo de produção escravista que desembocaria no feudalismo, como destaca Nelson Werneck Sodré. O Brasil já se insere na produção de mercadorias para exportação; portanto, ainda que contenha características semelhantes ao modo de produção feudal ou escravista, não o é. Isso é válido também para o regime do colonato, o qual Martins (2010) caracteriza como uma relação de produção não capitalista de acumulação do capital.

De acordo com Marx (2008, p. 266):

Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras. É uma iluminação universal em que atuam todas as cores, e as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas às quais põe em relevo.

É certo que, conforme aponta Lowy (2000), Marx não trata, nesse texto, de formas pertencentes a modos de produção diferentes, mas de ramos distintos da produção: a indústria, a agricultura, etc. No entanto, como o próprio autor ressalta:

pode-se facilmente alargar o alcance desta formulação e utilizá-la para compreender o tipo de dominação que o capital exerce nas formações sociais onde subsistem relações pré-capitalistas: ele é a “luz universal” que modifica todas as outras “cores” econômicas e sociais (LOWY, 2000, p. 73).

É importante observar que uma determinada relação de produção dominante exerce uma hegemonia sobre as outras. Nesse sentido, considera-se que, no período da colonização, aquela era uma relação de produção escravista já hegemonizada pelo capital. O escravo era uma mercadoria, e o Brasil se inseria no sistema capitalista via circulação de mercadorias.

1.3 Os interesses em questão

Segundo Smith (1984), o capitalismo herdou um mercado para seus produtos, uma circulação que opera em escala mundial. Desse modo, precisa tornar igualmente mundial o modo de produção. Assim, o capitalismo não apenas lança as sociedades pré-capitalistas no mercado mundial, como introduz a relação especificamente capitalista de trabalho assalariado em tais sociedades.

Todavia, a expansão de relações capitalistas de produção gerou conflitos entre classes, culminando na distribuição de terras em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, por exemplo. Mas isso não aconteceu no Brasil.

De acordo com Paulo Netto (2010), a acumulação do capital tende a se realizar considerando particularidades culturais, geopolíticas, que funcionam como sistemas de mediações. Se a acumulação do capital opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza.

Paulino e Almeida (2010) ressaltam a necessidade de analisar os pactos de classe para entender as formas de acumulação, pois, segundo as autoras, modelos de acumulação nada dizem se os pactos de classe que os constituem forem desconsiderados. Ou seja:

Não basta contestar a divisão territorial do trabalho e os mecanismos de trocas desiguais por ela engendrados, tendo como referência a posição de cada país neste conjunto, mas, sim, atentar para as relações e os interesses que internamente os sustentam (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 81).

Diferente do que ocorreu em outros países, principalmente os denominados países centrais, a exemplo da Inglaterra e dos Estados Unidos, o advento do modo de produção capitalista gerou conflito entre os proprietários fundiários e a burguesia em ascensão, resultando no fortalecimento da burguesia em detrimento do enfraquecimento dos proprietários fundiários; no Brasil, a expansão de relações capitalistas de produção aconteceu por meio de aliança pactuada entre a velha oligarquia rural e a burguesia, sobretudo pelo fato de a burguesia ter emergido do próprio latifúndio (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Nos países citados, Inglaterra e EUA, a diferença entre terra e capital criou as condições históricas da existência de duas classes distintas: os proprietários da terra e os capitalistas (MARTINS, 1981). Na Inglaterra, por exemplo, Marx (2005) menciona o conflito entre os proprietários fundiários e a burguesia industrial. Enquanto os proprietários fundiários - na obsessão pelo monopólio da propriedade fundiária e, portanto, pela garantia e expansão dos ganhos com a cobrança de renda da terra - se organizaram para impedir a importação de cereais por meio das leis dos cereais¹¹; os capitalistas, buscando aumentar os seus lucros a partir da diminuição do custo de reprodução da força de trabalho, gerada pela queda do preço dos alimentos, organizaram-se para suprimir todas as restrições à importação de cereais. O resultado desse conflito foi o triunfo da burguesia industrial sobre os proprietários fundiários.

Eis um indicativo do posicionamento distinto na estrutura de classes. Embora igualmente partícipes do seleto bloco de proprietários dos meios de produção, que lhes franqueia a apropriação de toda a riqueza produzida pelo trabalho, a condição peculiar da terra em relação ao capital os fez divergir (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 9).

¹¹ Foi uma série de leis cujo objetivo era a defesa dos interesses dos proprietários de terra ingleses. As primeiras datam ainda do século XV. Em 1815, garantia poder irrestrito aos proprietários fundiários, inclusive proibindo a importação de grãos, caso o valor não obedecesse às normas estabelecidas na lei. Em 1828, o objetivo era elevar as taxas de importação de cereais toda vez que os preços caíam no mercado interno e vice-versa. E, já em junho de 1846, o Parlamento inglês suprimiu todas as restrições à importação de cereais submetendo os proprietários fundiários ingleses à competição com a propriedade fundiária do estrangeiro (MARX, 2005).

No caso dos EUA, Mazzeo (1995) explica que se estruturaram duas formas de ocupação territorial. Ao norte, estabeleceu-se uma ocupação de povoamento, sobretudo por parte de camponeses fugitivos de guerras religiosas e das condições de miséria a que estavam submetidos em seus países de origem. Nelas, não se realizava uma produção, objetivando o mercado externo, nem as relações de trabalho apareciam como escravistas. Ao sul, estabeleceu-se uma forma de ocupação territorial muito parecida com a do Brasil, isto é, pelo latifúndio escravista e uma produção, para o mercado externo, de produtos tropicais como o tabaco, o algodão e o açúcar (MAZZEO, 1995).

Ainda no norte, pelas condições de inexistência de uma estrutura latifundiária, desenvolveu-se, ao longo dos séculos, uma economia independente da produção colonial, com pequenas manufaturas e com atividades comerciais que determinaram o surgimento de uma burguesia integrada ao processo histórico mundial da época (o período das revoluções burguesas, que vai do século XVIII até a primeira metade do século XIX, por volta de 1848). Essa burguesia assumirá ideologicamente a postura revolucionária e será responsável pela condução política do processo de independência em relação à Inglaterra, em 1776, sendo que, no século seguinte, avançará sobre a estrutura escravista do sul, na Guerra Civil de 1861-1865, destruindo o latifúndio escravista que estrangulava o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. A existência de uma burguesia industrialista permitiu, então, que a burguesia americana rompesse, pela “via revolucionário-burguesa”, com a estrutura colonial e transitasse para o capitalismo industrial pleno, sem nenhum entrave para o seu desenvolvimento (MAZZEO, 1995, p. 71-72).

Stédile (1997) considera que, com a vitória da burguesia industrial sobre o latifúndio escravagista, a distribuição de terras aconteceu mediante uma lei de colonização, que estabelecia um tamanho de propriedade máxima de, mais ou menos, 89 hectares por família.

Avalia Martins (2010) que nos EUA, a opção foi pela ocupação das terras livres com o objetivo de acabar com a economia baseada no escravismo. “A lei americana de colonização permitia que mesmo os ex-escravos pudessem se tornar proprietários de terra, sem ônus” (MARTINS, 2010, p. 10). Mecanismos como esses, podem ser entendidos, de acordo com Paulino e Almeida (2010), pelo fato de que os proprietários fundiários, ao perderem a batalha para os burgueses, perderam também a hegemonia sobre o aparelho de Estado, o que explica o fato de disporem há muito de mecanismos institucionais para impedir a primazia da renda fundiária em relação ao lucro.

No caso da definição dos limites para a concentração fundiária foi fundamental para fragilizar o poder oligárquico e, ao mesmo tempo, aumentar a oferta de alimentos, o que

dotou os capitalistas da maior fatia do valor oriundo do trabalho não pago, do trabalho excedente extraído dos trabalhadores (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 83).

A burguesia ascendeu à condição de classe dominante no momento em que conseguiu minar o poder dos proprietários fundiários, tidos como obstáculo aos propósitos de acumulação do capitalismo industrial. Isso porque a fórmula de acumulação original pressupõe a apropriação da mais-valia a partir da redução do custo de reprodução da força de trabalho, sendo os alimentos um fator nada desprezível na composição destes custos (PAULINHO; ALMEIDA, 2010, p. 82).

Já no caso brasileiro, Paulino e Almeida (2010) apontam que aconteceu justamente o inverso do que ocorreu nos países da linha de frente do capitalismo. Não houve, aqui, embate de classe digno de nota entre a oligarquia agrária e a burguesia – pois a burguesia emergiu do próprio latifúndio.

Dito de outro modo, no modelo clássico, a burguesia instituiu-se como força contra-hegemônica às estruturas de poder remanescentes da ordem feudal, ao passo que no Brasil, constituído sob a égide do capitalismo comercial, parte relevante da riqueza sob controle dos agraristas envolvidos com a economia agroexportadora foi direcionada para as atividades urbano-industriais, a princípio justamente como estratégia para aumentar os ganhos da atividade agrícola. Com isso, alguns personificaram duas situações de classe: proprietários fundiários e, ao mesmo tempo, empreendedores urbano-industriais, burgueses enfim (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 12).

Sobre a questão do surgimento da burguesia no Brasil, Florestan Fernandes (1987) explica que esse surgimento não deve ser analisado por meio de transposição mecânica de conceitos, mas nos requisitos estruturais e funcionais do padrão de civilização. Esse padrão de civilização, “pelo menos depois da Independência, envolve ideais bem definidos de assimilação e de aperfeiçoamento interno constante das formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida, imperantes no chamado ‘mundo ocidental moderno’” (FERNANDES, 1987, p. 17). Não se entende o surgimento da burguesia no Brasil transpondo mecanicamente conceitos, porque, assim como não tivemos um “feudalismo”, também não tivemos o “burgo” característico do mundo medieval. Conforme Florestan (1987), mais que uma classe social, propriamente dita, trata-se de uma congérie (um aglomerado de setores diferentes), que assumiram o padrão burguês de civilização.

De acordo com Florestan Fernandes (1987), o que unia os vários setores dessa congérie não eram os interesses fundados em situações comuns de classe¹², mas a maneira

¹² Um comerciante rico, mas de origem plebeia, por exemplo, não poderia desfrutar o mesmo prestígio social que um chefe de repartição pobre, mas de “família tradicional” (FERNANDES, 1987).

pela qual tendiam a polarizar socialmente certas utopias. Para o autor, esse fato pode ser evidenciado na reação às ocorrências de uma sociedade na qual imperava a violência como técnica de controle do escravo; na reação aos mores em que se fundavam a escravidão, a dominação senhorial e o próprio regime patrimonialista; à emergência, à propagação e à intensificação de movimentos inconformistas, em que o antiescravismo disfarçava e exprimia o afã de expandir a ordem social competitiva.

Foi nas cidades de alguma densidade e nas quais os círculos “burgueses” possuíam alguma vitalidade que surgiram as primeiras tentativas de desaprovação ostensiva e sistemática das “desumanidade” dos senhores ou de seus prepostos. Também foi aí que a desaprovação à violência se converteu primeiro em defesa da condição humana do escravo ou do liberto e, mais tarde, em repúdio aberto à escravidão e às suas consequências, o que conduziu ao ataque simultâneo dos fundamentos jurídicos e das bases morais da ordem escravista. Por fim, desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos “brancos” e para os “brancos”: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (FERNANDES, 1987, p. 19).

A extinção do estatuto colonial e a constituição de um Estado nacional, de acordo com Florestan Fernandes (1987), controlado pela aristocracia agrária, mudaram o caráter das relações econômicas, de tal modo que a primeira esfera na qual ocorre a reelaboração dos móveis capitalistas de ação econômica prende-se à grande lavoura. Ou seja:

as potencialidades capitalistas da grande lavoura foram canalizadas para o crescimento econômico interno, permitindo o esforço concentrado da fundação de um Estado nacional, a intensificação concomitante do desenvolvimento urbano e a expansão de novas formas de atividade econômicas, que os dois processos exigiam. (FERNANDES, 1987, p. 27).

É importante ressaltar, segundo Florestan (1987), que os agentes humanos que impulsionaram essas mudanças foram frações de “fazendeiros de café” e de “imigrante”. Principalmente, a fração dos senhores rurais aburguesou-se, desempenhando uma função análoga à de certos segmentos da nobreza europeia na expansão do capitalismo.

Mazzeo (1995) destaca que a chamada burguesia nacional não conseguiu desvencilhar-se da estrutura colonial, não rompeu revolucionariamente com a ordem que consubstancia na manutenção do latifúndio escravista e configura a economia agroexportadora e de importação de bens industrializados. A burguesia agrária foi gradativamente transformando-se em burguesia industrial. A acumulação de capitais pelo

campo será enormemente impulsionada pela produção cafeeira do século XIX, ainda que a industrialização decorrente dessa acumulação possua características secundárias em relação às atividades agroexportadoras. O objetivo, de início, era viabilizar, cada vez mais, a produção de café (MAZZEO, 1995). Nessa perspectiva, Mazzeo (1995) aponta que, no segundo decênio do século XX, profundas alterações são verificadas na economia, repercutindo intensamente no processo de industrialização do país. A chamada Revolução de 1930 (que, segundo o autor, não passou de um golpe de Estado, liderado por uma fração modernizadora da burguesia, representada por Getúlio Vargas), é um marco nesse processo de industrialização do país.

Assim, a despeito de o monopólio da oligarquia agrária sobre o aparelho de Estado ter ruído na década de 1930, quando toma corpo a política urbano-industrial, os proprietários fundiários, ao invés de serem banidos, como aconteceu no capitalismo clássico, dela participaram ativamente, na condição de agentes do negócio agroexportador suficientemente capitalizados para integrar o sistema produtivo urbano (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 84).

O governo Vargas, conforme avalia Martins (1994), não enfrentou os proprietários de terra e seus aliados. Na verdade, foi nesse governo que se estabeleceram as bases para um pacto político, no qual os proprietários de terra não dirigiam o governo, mas não eram contrariados por ele.

É significativo que o mesmo Getúlio Vargas que propôs e viabilizou a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1942, para regular a questão trabalhista nas fábricas e nas cidades, não tenha estendido aos trabalhadores rurais direitos legais que dariam forma contratual a relações de trabalho ainda fortemente baseadas em critérios de dependência pessoal (MARTINS, 1994, p. 72).

Ainda assim, a Revolução de 1930, conforme Francisco de Oliveira (2011), marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial, ainda que a participação da indústria na economia só supere a da agricultura em 1956.

Francisco de Oliveira (2011) destaca que um conjunto de medidas foram adotadas para garantir um novo modo de acumular, principalmente com a intervenção do Estado, destruindo as regras da economia agrário-exportadora, confiscando lucros parciais (a exemplo do café); aumentando o custo relativo dos empréstimos à agricultura, enquanto buscava diminuir os da indústria; rebaixando o custo de capital na forma de subsídio cambial para as importações de equipamentos para a indústria; regulando o preço da força de trabalho e formando um exército industrial de reserva; mas, principalmente, na expansão de créditos a taxas de juros negativas,

investindo na produção (como exemplo: Volta Redonda e Petrobras). “O Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema” (OLIVEIRA, 2011, p. 41).

Nessa circunstância, a agricultura ganha um novo papel, mantém-se ativa, mas sem o estímulo como setor e unidade central do sistema. De um lado, fornece um contingente de força de trabalho, que forma o exército industrial de reserva. De outro lado, fornece alimentos e matéria prima, não obstaculizando o processo de acumulação urbano-industrial. Ainda são introduzidas “novas relações de produção no campo, que tornam viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de proletariado rural” (OLIVEIRA, 2011, p. 47-48). Eis alguns elementos que ajudam a tornar compreensível como, no Brasil, a burguesia conseguiu aumentar os seus lucros, a partir da redução do custo de reprodução da força de trabalho: formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva; um proletariado sem garantia de direitos e produção de subsistência fornecendo, principalmente, alimentos.

No conjunto, o modelo permitiu que o sistema deixasse os problemas de distribuição da propriedade – que pareciam críticos no fim dos anos de 1950 – ao mesmo tempo que o proletariado rural que se formou não ganhou estatuto de proletariado: tanto a legislação do trabalho praticamente não existia no campo como a previdência social não passa de uma utopia; isto é, do ponto de vista das relações internas à agricultura, o modelo permite a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e portanto do nível de vida da massa trabalhadora rural (OLIVEIRA, 2011, 45).

Francisco de Oliveira (2011) avalia que essa é a natureza da conciliação entre o crescimento industrial e agrícola, pois não só aconteceu o tratamento de controle da economia agrário-exportadora, com os confiscos parciais de lucro; porém, isso foi compensado com o fato de o crescimento urbano-industrial ter permitido às atividades agropecuárias manterem seu padrão, baseado numa superexploração da força de trabalho.

Ainda mais, é somente a partir da constituição de uma força de trabalho urbana operária que passou a existir também um operariado rural em maior escala, o que, do ponto de vista das culturas comerciais de mercado interno e externo, significou sem nenhuma dúvida, reforço à acumulação (OLIVEIRA, 2011, p. 46).

De acordo com Conceição (2012), desde os anos de 1930, na hegemonia da ditadura varguista, têm sido montadas políticas conciliatórias para a garantia da circulação do capital. As alianças de classes, sob o signo da fusão latifúndio e indústria, viabilizou a sujeição da

renda da terra, por meio de negociação política, possibilitando a consolidação do capital industrial.

O tripé Estado, capital, mercado irá estabelecer a dialética contraditória entre a estrutura e a história da formação política econômica brasileira cristalizada no fortalecimento da aliança, latifúndio e indústria, condição de produção, expansão e acumulação do capital, marca indelével do modelo de desenvolvimento, que perpassará o tempo/espaço das determinações contraditórias da estrutura política econômica social brasileira (CONCEIÇÃO, 2012, p. 135-136).

Aqui, no Brasil, segundo Paulino e Almeda (2010), a industrialização não foi portadora de um processo de formação amplo de mercado interno, a exemplo dos países centrais. O processo de industrialização avançou excluindo, porque era baseado na produção dependente de tecnologia, capitais e mesmo consumidores externos para bens sofisticados, considerando o padrão de renda nacional.

“A partir dos anos cinquenta, aproximadamente, começa a haver uma espécie de revolução tecnológica no próprio campo” (MARTINS, 1997, p.21). O Estado será de suma importância no sentido de assegurar a modernização tecnológica, a mecanização de grandes fazendas, com financiamento subsidiado e outros mecanismos, impulsionando o processo de territorialização e monopolização do capital no campo. A expansão do capital articula num só tempo, ainda que em espaços distintos, a expropriação e a exploração. “O mesmo grupo econômico, nacional ou multinacional, que utiliza técnicas sofisticadas e contratuais na exploração do trabalho, utiliza a violência do jagunço, sobrepõe o poder privado ao poder público” (MARTINS, 1982, p. 16). O processo de expropriação promove uma enorme superpopulação relativa, como a própria luta pela terra. A mobilização que surgiu desse processo despertou inquietações no pacto da classe dominante, chegando ao ponto de seus signatários serem compelidos a reforçar o bloco hegemônico, a partir da cooptação de setores capitalistas sem qualquer vinculação com a propriedade fundiária.

Eis as circunstâncias do Golpe Militar de 1964. Com ele, a questão agrária passou a adquirir novos contornos, pois a intervenção dos militares obedeceu a um princípio claro: o da concentração empresarial na atividade agrícola, por meio da liquidação do patrimônio devoluto em favor de grandes capitalistas (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 12-13).

Os índices de concentração de terra aumentaram no período da ditadura: em 1967, o Brasil possuía 3.638.931 imóveis rurais. Desses, 1,4% (50.945) eram imóveis classificados como grandes propriedades (mais de 1000 hectares) e ocupavam 48,9% (176.091.002 ha) da

área total de 360.104.300 hectares. Já em 1972, o número total de imóveis era de 3.387.173 e as grandes propriedades representavam apenas 1,5% (50.548), ocupando 51,4% (193.749.742 ha) da área total (370.275.187 ha). E em 1978, o total de imóveis era 3.071.085, e as grandes propriedades representavam 1,8% (56.546), ocupando 57% (246.023.591 ha) da área total (419.901.870 ha) (INCRA apud OLIVEIRA, 2007).

No pólo oposto estavam os pequenos, com área inferior a 100 hectares representavam em número em 1967, 86,4% (3.144.036) mas ocupavam uma área de apenas 18,7% (67.339.504 ha). Em 1972, eram 85,8% (2.905.416) e detinham 17,5% (61.096.524 ha) da superfície agricultável, e em 1978, eram 83,8% (2.581.838) ocupando 14,8% (59.939.629 ha) da área total (INCRA apud OLIVEIRA, 2007, p. 132).

Durante a ditadura empresarial-militar, houve um aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o capital internacional. Segundo Delgado (2003), pode-se visualizar, nesse processo de modernização, um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador (esse processo também chamado é chamado de modernização conservadora), que, simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. Para o autor, nesse período de modernização conservadora, “serão reassimiladas em programas e projetos especiais, os quais garantem ao latifúndio a obtenção de inúmeras linhas de apoio e defesa na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural” (DELGADO, 2003, p. 61).

Para Delgado (2003, p. 58):

Esse processo de modernização técnica e de integração com a indústria é caracterizado “por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhorada e combustíveis líquidos, etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedeiros, implementos, equipamentos de irrigação, etc.). De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas, etc.). Estes blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado.

O agronegócio, na acepção brasileira do termo, segundo o autor, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra sob

patrocínio de políticas de Estado. Isto é, o agronegócio é uma associação do grande capital com a grande propriedade fundiária, sob a mediação do Estado, junto ao comércio internacional (DELGADO, 2003).

Para Christiane Campos (2009), o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados aos processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do país em um locus privilegiado de acumulação capitalista, produzindo e intensificando desigualdades socioespaciais.

O agronegócio envolve, conforme Christiane Campos (2009), uma ampla articulação de capitais, sob o controle de grupos econômicos multinacionais e cuja maximização de lucros é viabilizada, de um lado, por se inserir em um contexto de mundialização do capital em forma neoliberal, em que os capitais têm ampla liberdade de circulação, em que ocorre uma rápida difusão de informações, técnicas e tecnologias e, simultaneamente, uma intensa precarização do trabalho em todos os países capitalistas. “Por outro lado, o agronegócio se viabiliza por meio da apropriação dos espaços nos Estados para garantir recursos e condições políticas e jurídicas favoráveis às suas atividades” (CAMPOS, 2009, p. 32).

Em síntese, de acordo com Iasi (2007), no Brasil, o capitalismo se expandiu a partir de uma integração subordinada à ordem imperialista¹³, fato que marcou, em grande medida, a própria dinâmica da luta de classes. A expansão do capitalismo no campo brasileiro, antes de significar ruptura com as lógicas patrimonialistas e fisiológicas das antigas elites oriundas do escravismo e do domínio dos cafeicultores, favoreceu a concentração da terra e a permanência de estruturas agrárias tradicionais.

Não houve, no Brasil, um embate de classe entre a oligarquia rural e a burguesia industrial, que forçasse reformas sociais e políticas, especialmente a reforma agrária. Pelo contrário, o fato de a burguesia ter emergido do seio do latifúndio impulsionou uma enorme concentração de terras e uma das maiores desigualdades sociais do mundo, que perdura até os dias atuais, como pode ser observado na FIGURA 01, na página 46.

¹³ Não cabe aqui, neste trabalho, analisar a dominação imperialista no Brasil, mas é importante ressaltar que, neste país, o capital financeiro penetrará, inicialmente, por meio da Inglaterra, via empréstimos, basicamente na política de valorização do café, e, gradativamente, o capital internacional vai penetrando em setores importantes da economia nacional. Principalmente, a partir de 1915, torna-se intensa a penetração um número considerável de monopólios no país. Com o processo de deslocamento do centro de poder mundial da Inglaterra para os EUA, sobretudo no Pós Segunda Guerra Mundial, verifica-se a presença maior de monopólios norte-americanos no Brasil (MAZZEO, 1995).

FIGURA 01 - Tabela da Estrutura Fundiária Brasileira, 2012

Área Total	Imóveis		Área		Área Média (ha)
	Nº de Imóveis	%	Nº em há	%	
Menos 10	1.874.969	34,10	8.834.571,15	1,46	4,7
10 a 100	2.863.773	52,08	95.186.129,26	15,72	33,2
100 a 1000	678.462	12,34	181.757.801,33	30,02	267,9
1000 a 10000	79.228	1,44	194.821.102,90	32,18	2.459,0
10000 a 100000	1.878	0,03	43.467.154,54	7,18	23.145,4
Mais de 100000	225	0,004	81.320.986,88	13,43	361.426,6
Total	5.498.535	100	605.387.746,06	100	110,1

Fonte: INCRA. Sistema Nacional de Cadastro rural, 2012 In: Gomes Junior; Silva; Andrade, 2013.

Os números, disponíveis na Tabela 01, sobre a estrutura fundiária do Brasil, permitem verificar que as propriedades maiores de 1000ha, que representam 1,474% dos imóveis rurais (81.331) de um total de 5.498.535, concentram 52,79% (319.609.244,32ha) de uma área total de 605.387.746,06ha. Enquanto isso, as propriedades até 100ha representavam 86,18% dos imóveis (4.738.742), ocupam 17,18% da área (104.020.700,41ha). Ou seja, a maioria dos imóveis ocupam pouca terra, enquanto que a minoria, que é de grandes proprietários, ocupa muita terra.

Toda essa concentração de terras, que atravessa a história do país e perdura até os dias atuais, estabeleceu-se com conflitos, que, da mesma forma, mantém-se presente no campo brasileiro.

2 A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL: UM DEBATE PONTUAL

Pode-se verificar a existência de conflitos no campo brasileiro, principalmente desde a chegada dos colonizadores, com a doação das sesmarias e a exploração da força de trabalho dos índios. Pois, valia tudo, aprisioná-los, escravizá-los e, até mesmo, matá-los, a exemplo do que ocorreu na Guerra Guaranítica, em que os colonizadores, portugueses e espanhóis atacaram e destruíram a República Guarani, na guerra que durou 6 anos, entre 1750 e 1756, e ficou conhecida por esse nome: Guerra Guaranítica (GORGEM, 2004). Muitas tribos e vidas foram destruídas para que os colonizadores explorassem a força de trabalho dos índios e se apropriassem das riquezas¹⁴. De acordo com Santos (2008), nesse processo, o latifúndio foi se consolidando como o componente da violência e do genocídio praticado contra os nativos¹⁵.

“O processo de violência teve continuidade com a presença forçada do escravo africano marcando o início de um outro capítulo não menos trágico da história do país” (SANTOS, 2008, p. 67). O regime escravista de exploração da força de trabalho também gerou muitas manifestações de resistência e enfrentamento por parte dos negros africanos, trazidos para o país. Muitos fugiam para lugares distantes, juntando-se a outros escravos fugitivos, onde se organizavam em comunidades conhecidas como quilombos¹⁶ (MEDEIROS, 2010).

Medeiros (2010) explica que as lutas pelo acesso à terra e por melhores condições de vida (por parte dos explorados) sempre estiveram entrelaçadas, a exemplo do período em que os escravos fugiam e constituíam quilombos (garantindo o controle da terra); e após a abolição do regime escravista, quando se generalizou o uso do trabalho livre nas grandes propriedades, o acesso à terra para o plantio de lavouras de subsistência foi, muitas vezes, objeto de disputa com os fazendeiros, motivando diversos conflitos no interior das propriedades.

Martins (1995) considera que há muito a ser reconstituído em relação à história das lutas indígenas e dos negros no Brasil, pois a história oficial deste país é contada a partir da

¹⁴ Segundo Santos (2008, p. 67), “a força de trabalho do índio tornou-se lucrativa para aquele que tinha a posse da terra, tendo em vista o alto custo do escravo africano”.

¹⁵ É importante ressaltar que essa realidade, perdura e se atualiza nos dias de hoje, com a invasão do que ainda existe de terra indígena neste país.

¹⁶ Os quilombos eram as comunidades organizadas por negros que fugiam para escapar da escravidão. Nos quilombos, “estava garantido o controle da terra” (MEDEIROS, 2010, p. 114).

perspectiva das classes dominantes; é a história das suas classes dominantes; a história de senhores e generais; não é uma história dos trabalhadores rebeldes.

Conforme análise de Martins (1995, p. 41), as primeiras grandes lutas camponesas no Brasil coincidiram com o fim do império e início da república. Para o autor, duas foram as modificações sociais que atingiram os camponeses, influenciando os conflitos daquela época: abolição oficial da escravidão negra, com a modificação do regime de propriedade, e a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados¹⁷.

A república encontra alteradas as bases da ordem social – o trabalho escravo extinto, a propriedade da terra modificada: a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente do período escravista, em que a forma da propriedade, o regime das sesmarias, era o produto da escravidão e do tráfico negreiro. O monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos transformado em senhor de terras. A terra que até então fora desdenhada em face da propriedade do escravo passa a constituir objeto de disputas amplas (...), pois essa é a forma de subjugar o trabalho livre (MARTINS, 1995, p. 44-45).

Isso é importante para compreender os grandes conflitos, envolvendo os camponeses e as classes dominantes, a exemplo da Guerra de Canudos (1896-1897), na Bahia, e a Guerra do Contestado (1912 a 1916), nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Todavia é importante destacar que essas modificações - que atingiram os camponeses, sobretudo pelo fato de as terras de antigos agregados, vaqueiros, convertidos em sitiantes, sofrerem a ameaça da incorporação ao patrimônio dos fazendeiros mais ricos - abriram também um período de conflitos de interesses na própria classe dos fazendeiros e negociantes, quando as terras que passaram para o domínio dos Estados, começaram a especulação imobiliária e a necessidade de regularizar limites entre fazendas e de definir a situação jurídica da propriedade fundiária (MARTINS, 1995).

Sobre o exemplo de Canudos, Santos (2008) explica que, na busca pela construção de uma organização social, a partir de um ideal de vida comunitário e religioso, o grupo liderado por Antonio Conselheiro chega a Canudos, no ano de 1863, onde ocupa uma fazenda abandonada que passa a ser chamada de Belo Monte. Nesse mesmo ano, chega a notícia dos sertões da Bahia, sobre a cobrança de impostos pela República. Todos deveriam declarar o

¹⁷ “com a primeira constituição republicana, de 1891, as terras devolutas são transferidas para os Estados e colocadas nas mãos das oligarquias regionais. Cada Estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária” (MARTINS, 1995, p. 43).

que tinham e ganhavam sob pena de serem expropriados de tudo o que não fosse informado. Isso foi entendido por Conselheiro e seus seguidores como uma ameaça e uma afronta ao modo de vida que estavam construindo. A ruptura com as regras e a submissão impostas pelo coronelismo¹⁸, expressão de domínio político e territorial, chamava a atenção das populações rurais vizinhas, mas, sobretudo, despertava nas autoridades o receio de que Canudos fosse bem mais do que um grupo de beatos. Mesmo com as exigências severas para a permanência dos adeptos, a possibilidade de ter a terra junto com todos que estavam ali, motivava o crescimento da “comunidade”. O discurso antirepublicano de Conselheiro assustava o governo republicano, que via em Canudos um empecilho para a consolidação do novo regime.

Apesar da resistência, o movimento foi combatido com uma brutal violência desproporcional, entre 1896-1897. O conflito envolveu milhares de camponeses e o Exército, deixando uma soma de, aproximadamente, cinco mil mortos (MARTINS, 1995). Canudos foi considerado movimento messiânico pelo destacar do seu caráter religioso.

Canudos foi interpretado, conforme Martins (1995), como sendo um movimento de restauração da monarquia em função das disputas políticas regionais na Bahia, entre Coronéis do Sertão e o governador Luiz Vianna, acusado de simpatizante da monarquia. O autor relata que:

De um lado era importante o envolvimento do Barão de Jeremoabo, o chefe político da região de Canudos, indisposto politicamente com o governador, interessado pois em comprometê-lo em suposta aliança com o Conselheiro. A acusação de monarquismo indispunha assim Luiz Vianna com os militares. Estava-se no começo da presidência de Prudente de Moraes, conduzido ao poder por eleições livres após a ditadura militar do Marechal Floriano Peixoto, que deixará o governo a contragosto e em decorrência de manobras cuidadosas, após uma guerra civil no sul e conflitos no Rio de Janeiro. Prudente de Moraes estava licenciado da presidência, quando começou o caso de Canudos, em 1886. Em seu lugar governava Manuel Vitorino, vice-presidente, baiano, que, interessado em evitar que prudente reassumisse o poder, teria entrado em entendimentos com os florianistas para terminar o mandato, garantindo a sucessão para um militar do grupo de

¹⁸ “No império, em 1931, os corpos de ordenança passaram a integrar a Guarda Nacional que passou da jurisdição do ministro da Guerra para o ministro da Justiça, o que quer dizer que passou a constituir basicamente um instrumento de dominação política controlado pelo poder central. Foi na República que a Guarda Nacional acabou tendo um papel essencial. Seus integrantes eram graduados segundo uma hierarquia militar, sendo denominados “coronéis”, “majores”, “capitães”, etc. Os chefes políticos municipais ou regionais acabaram sendo conhecidos como coronéis e o fenômeno que marcaram com a sua presença ficou conhecido como coronelismo. O coronelismo se caracterizou pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, constituindo os “currais eleitorais” e produzindo o chamado “voto de cabresto”. Isto é, o eleitor e seu voto ficavam sob tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua” (MARTINS, 1995, p. 45-46).

Floriano, possivelmente, o Moreira César, já envolvido em combates no Sul. Os interesses da facção no governo federal combinavam-se assim com os interesses dos coronéis sertanejos contrários a Luiz Vianna (MARTINS, 1995, p. 54).

Assim, Martins (1995) avalia que a Guerra de Canudos constituiu-se também num desdobramento das disputas entre os coronéis sertanejos ou entre estes e o governo. A necessidade da derrota de Canudos passou a ser uma peça importante na disputa pelo poder federal entre militares e civis ligados aos interesses do café.

No caso do Contestado, Martins (1995) considera que se trata da maior guerra popular da história contemporânea do Brasil.

Uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916. Abrangeu 20 mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil “vaqueanos”, combatentes irregulares. Deixou um saldo de pelo menos três mil mortos (MARTINS, 1995, p. 26).

A Guerra do Contestado, como ficou conhecida, foi suscitada em 1908, envolvendo sertanejos catarinenses e paranaenses, o Estado e o capital internacional. Santos (2008) explica que tudo isso ocorreu, pelo fato de que, no bojo do projeto de modernização do país, o Estado autorizou a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, por onde o gado, a madeira e o mate da região deveriam ser levados até os portos do litoral. Na concessão efetuada à empresa Brazil Railway Company, comandada por um grupo de empresários ingleses e norte-americanos – grupo Farquhar – existia autorização para que as terras localizadas até 15 quilômetros para ambos os lados da linha férrea passassem para o domínio da empresa. Dessa forma, as terras passaram para o domínio da empresa e nada mais poderia ser retirado – mate, madeira e cultivos.

De acordo com a autora, somam-se ao contexto do conflito as ações violentas promovidas pelo Estado, para garantir a desocupação das terras, e a dispensa de mais de 8 mil trabalhadores, que haviam sido recrutados, principalmente da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, e ficaram desempregados, com a conclusão da obra. É nessa circunstância que, em 1912, José Maria - monge (como eram chamados os beatos no sul) que se dizia sucessor de João Maria, outro monge famoso, desaparecido em 1906 - começa a liderar o movimento messiânico, que logo foi interpretado pela classe dominante, como uma ameaça ao patrimônio e à república e, assim como Canudos, o movimento foi duramente massacrado.

Na análise de Martins (1995), esse conflito começou por interesse de um coronel sertanejo, Francisco Albuquerque, em disputa com outro Coronel, Henriquinho de Almeida.

Este último tinha entendimentos com José Maria, e foi no seu território de influência política que aconteceu o encontro dos posseiros expulsos, os operários desempregados com o término das obras da estrada de ferro e outros moradores da região. Temendo o crescimento da oposição, o coronel Francisco de Albuquerque o denunciou ao governador com a acusação de ter proclamado a monarquia nos sertões de Taquaraçu (MARTINS, 1995).

Havia uma disputa entre os dois Estados, numa área, aliás, que já fora disputada antes pela Argentina. Essa área ficou conhecida como a região do Contestado. A entrada de José Maria e seus seguidores no Estado do Paraná, para acamparem numa localidade chamada de Irani, um aglomerado de posseiros conhecidos, foi interpretada como invasão do Estado por catarinenses, desdobrando-se no conflito (MARTINS, 1995).

Em Irani, região contestada pelos paranaenses, o movimento foi combatido tendo a baixa de José Maria. A dispersão dos sertanejos foi acompanhada da ideia de ressurreição daquela liderança que daria a força necessária para a criação de uma cidade sagrada em Taquaraçu/SC (SANTOS, 2008, p.75).

Aquelas comunidades, que lutavam por outra forma de vida, resistiram até dezembro 1916, quando os últimos núcleos de resistência foram arrasados (SANTOS, 2008). Assim como Canudos, esse movimento também ficou conhecido como messiânico.

Se nos casos dos movimentos messiânicos mencionados os camponeses desenvolveram uma concepção de mundo e uma organização que os contrapunha objetivamente à república dos coronéis, à transação de poder entre o Estado e a ordem privada, representada pelos fazendeiros e comerciantes, no caso do banditismo sertanejo isso não era assim tão claro (MARTINS, 1995, p. 58).

Segundo Martins (1995), o banditismo, principalmente, no Nordeste, vinha desde os tempos da colônia, mas se destacou com o coronelismo da República. Os exércitos privados dos chefes políticos eram formados por jagunços¹⁹. Entre os serviços e obrigações dos jagunços, estava a de lutar em defesa do fazendeiro. As grandes lutas de famílias e de coronéis, em muitas regiões do país, de 1890 a 1930, foram conduzidas com o braço armado do morador, do jagunço. No entanto, ao mesmo tempo em que se tornou acentuado o uso do jagunço nas guerras particulares, frequentemente, quando no poder, aliando à sua força armada a força policial, submetendo-a a seu comando, surgiu o jagunço da pistola de aluguel,

¹⁹ Muitos eram moradores e agregados, das fazendas dos coronéis. No entanto, jagunço é uma denominação imprecisa, e foi utilizada, por exemplo, para representar os sertanejos em armas em Canudos e no Contestado (MARTINS, 1995).

que podia praticar um crime de encomenda mediante pagamento, mas que não era um agregado do coronel, quando muito seu protegido.

A fonte básica do banditismo sertanejo estava nos conflitos de famílias, nas lutas pela terra, nos crimes de honra, na vingança. Tais pessoas não eram propriamente concebidas como bandidos pelos sertanejos, mas como pessoas que cumpriam o destino de vingar uma afronta. Os sertanejos que caíram nessa situação eram geralmente sitiados, posseiros, pequenos lavradores e criadores, camponeses, esbulhados em seus direitos, submetidos a expulsões, violências diretas dos jagunços dos coronéis e, mais particularmente, violências da polícia local comandada pelos chefes políticos. Vingança a ofensa, geralmente entravam para um bando, tornando-se cangaceiros. Creio ser útil distinguir o jagunço do cangaceiro – o jagunço trabalhava para um patrão; o cangaceiro era livre, mesmo quando prestasse um serviço a alguém, matando um desafeto (MARTINS, 1995, p. 59).

De acordo com Martins (1995), as situações mais características do cangaço envolvem o conflito entre os cangaceiros e os fazendeiros e negociantes ricos. É o caso de Antônio Silvino, que começou sua luta vingando o pai. Agiu durante 20 anos, tendo sido ferido e preso em 1914, indultado em 1937 por Getúlio Vargas. Impunha como norma ao seu bando não atacar camponeses e trabalhadores pobres. Atacava fazendas e casas de comércio, promovia saques e, muitas vezes, os distribuía entre os pobres (MARTINS, 1995).

Outro cangaceiro famoso foi Lampião, que entrou para o cangaço em 1917, aos 20 anos, e foi morto em 1938. Entrou no bando de Sinhô Pereira, um coronel, para vingar a morte do pai. Quando Sinhô deixou o cangaço e se retirou para Goiás, em 1922, ele, Lampião, assumiu o bando. Nem sempre agiu do mesmo modo; algumas vezes, alugou sua arma para vinganças privadas, nem sempre manteve uma clara distinção entre ricos e pobres, sendo acobertado por grandes fazendeiros. Tinha acentuado preconceito racial contra os negros, que constituíam forte presença entre os pobres no campo; discriminava dentro do bando. Sua família tivera moradores na propriedade. Por isso, suas lutas não se distinguiram muito dos conflitos que os grandes fazendeiros levavam aos seus inimigos (MARTINS, 1995).

Entretanto, Martins (1995) adverte que, em ambos os casos, o cangaço representava um questionamento do poder dos coronéis. O coito e outras formas de entendimento entre coronéis e cangaceiros era uma tentativa de acomodação de uma classe que, por meio do coronelismo, já se acomodara com a dominação do Estado, com a limitação que a ordem pública impunha, a pagarem tributos. Lampião intimava fazendeiros, sob pena de represália, a lhe entregarem dinheiro, a pagarem tributos. O cangaceiro, segundo o autor, era principalmente o camponês que fora expropriado, expulso, esbulhado por um fazendeiro ou comerciante determinado, mas que, em resposta, se vingava da classe, percorrendo vínculos

de sangue de seus desafetos para exterminar parentes. A vingança não era apenas pessoal. Por isso, uma violência pode ser vingada num parente de mesmo sangue, envolvendo um número imenso de pessoas. Martins (1995) ressalta que esse fato não deve retirar o alcance de classe do cangaço, pois, embora a vingança e o sangue permeassem a ação do cangaceiro, o sentido da sua luta, as linhas divisórias do seu mundo eram linhas de classe, principalmente no caso de Antônio Silvino.

O autor também considera que o banditismo e o misticismo não se excluía, a exemplo do caso de Padre Cícero, em Juazeiro do Norte-CE (1870-1934), que se tornou célebre pela ascendência sobre os camponeses pobres e sobre os jagunços e cangaceiros. Ao contrário de outros líderes messiânicos, a rebeldia de Padre Cícero circunscreveu-se ao interior da igreja, suspenso de ordens. Fora dela, ele tornou-se um coronel sertanejo, que chegou até a depor o governador do Ceará (MARTINS, 1995).

O Messianismo e o cangaço definiram os limites da rebeldia camponesa no âmbito do coronelismo, da forma peculiar de poder da República Velha que se personificava diante do camponês rebelado. Os movimentos messiânicos só mediatamente e não imediatamente tinham alguma coisa a ver com o perigo que eles pudessem representar para a ordem constituída. Tal fato não deve ser tomado como indício de alienação e impotência do campesinato, o mesmo se dando no cangaço, mais agressivo, embora pessoal (MARTINS, 1995, p. 61).

Apesar da grande dimensão dos conflitos, Medeiros (2010) considera que:

Os conflitos em torno do acesso à terra eram pontuais, localizados e, em geral, tratados como questão privada ou, quando havia intervenção estatal, sob a óptica da repressão policial ou militar, como se deu, por exemplo, na repressão a Canudos (1897), no sertão da Bahia, ou à revolta camponesa de Contestado (1912-1916), no interior de Santa Catarina (MEDEIROS, 2010, p. 114).

Martins (1995) esclarece que a luta era localizada porque as grandes tendências do processo político se definiam nas localidades. Porém, o autor destaca que Canudos não era um fato perdido no sertão. O controle do poder no Rio de Janeiro, pela facção civil dos representantes dos fazendeiros de café ou pela belicosa facção militar dos florianistas, dependia do que acontecesse em Canudos.

A intervenção militar em Canudos e no Contestado, em defesa da ordem e do regime, constituiu a mediação que fez, das guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses da sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a

dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador (MARTINS, 1995, p. 62).

A década de 1920, de acordo com a análise de Medeiros (2010), prenunciou importantes mudanças no Brasil: o início do processo de industrialização, o surgimento do debate público sobre o direito dos operários e a intensificação da discussão sobre os rumos a serem seguidos pelo país. (MEDEIROS, 2010). A autora destaca três eventos em 1922, que expressaram algumas dimensões desse debate e impulsionaram projetos distintos de transformação social. A Semana de Arte Moderna, em São Paulo, que desencadeou um fértil debate intelectual em torno das características da nação brasileira e das identidades nacionais. O Tenentismo - movimento de jovens militares, que articulou demandas por maior centralização do Estado e reformas democráticas, como a instituição do voto secreto. E a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que alentou o debate em torno das possibilidades de transformação. Em todos eles, estava presente, mesmo que de maneira secundária, uma discussão sobre o rural e seu significado para a constituição da nação. Esses temas permaneceram latentes na pauta política em um contexto de profundas mudanças pelas quais o país começaria a passar nos anos seguintes.

De acordo com Medeiros (2010), a segunda metade do século XX foi marcada pela emergência de novos conflitos no campo e sua articulação com debates públicos em torno da reforma agrária e do lugar da agricultura no processo de desenvolvimento nacional. No bojo desses debates, passaram a ser discutidos os direitos dos trabalhadores no meio rural, configurando-se um complexo campo de disputas onde estava em jogo a constituição de novas configurações sociais e identidades políticas.

Dessa forma, mesmo com toda a importância das lutas dos índios, dos negros e dos camponeses, além de elas serem pontuais e localizadas, a dimensão política estava submersa na dimensão religiosa. Isso vai sendo alterado com o surgimento e a participação de organizações, principalmente com a atuação do PCB em várias lutas camponesas (SANTOS, 2008).

2.1 A participação do PCB nas lutas no campo

A história da luta pela terra é parte constitutiva da própria história e dinâmica da luta de classes, não podendo ser analisada de forma separada dessa última. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a atuação do PCB, um partido que tem um projeto de sociedade, uma

estratégia de revolução, exerceu grande influência na dinâmica da luta de classes e, portanto, na luta pela terra no Brasil, sobretudo no que se refere à dimensão política dos movimentos no campo.

A fundação do PCB, em março de 1922, insere-se, como lembra Pinheiro (2012), numa formação social que advém de uma particularidade histórica, de caráter não clássico, de expansão das relações capitalistas de produção - conforme tratado no capítulo anterior.

Pinheiro (2012) também destaca que o surgimento da III Internacional, a Internacional Comunista (IC), em 1919, contribuiu como fator desencadeador para a formação de organizações políticas, que desenvolvessem a estratégia, definida por Moscou, para o projeto de revolução mundial. Assim, afirma o autor que o conjunto de partidos surgidos nesse período, como o PCB, ao aceitar as normas estabelecidas pela IC, constituía-se como seção desse instrumento internacional.

Apesar de uma relativa autonomia nos primeiros anos de formação, a história do PCB, no século XX, é marcada por uma submissão aos desígnios da IC e uma prejudicial fidelidade, não crítica, ao centro operativo do movimento comunista internacional, que se prolongou até o fim da União Soviética e das experiências de construção do socialismo no Leste europeu, quando da contrarrevolução no final da década de 1980 (PINHEIRO, 2012).

Conforme Pinheiro (2012), é a partir do III congresso do PCB, realizado de 29 de dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929, em Niterói-RJ, que se inicia o período de submissão na história do partido. Os primeiros anos do PCB, que haviam se caracterizado pelo esforço em compreender a realidade brasileira, vão dar lugar, a partir do III congresso, a uma forte submissão a IC, com um corte na ação política do partido, que será pautado pelas decisões demandadas do VI congresso da IC, realizado em setembro de 1928.

Segundo o autor, a Internacional Comunista vai identificar a América Latina como uma região de possibilidades revolucionárias, principalmente em seu VI congresso. Nesse congresso, a Internacional Comunista avaliava que:

Países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) possuindo um embrião de indústria, por vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente embora, na maioria dos casos, para a edificação independente do socialismo; países em que predominam as relações sociais da Idade Média feudal ou o «modo asiático de produção», tanto na vida económica como na sua superestrutura política; países, enfim, em que as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, os maiores latifúndios, as maiores plantações, etc., se encontram nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. Aqui têm uma importância primordial, por um lado, a luta contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a

consequente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional. A passagem à ditadura do proletariado só é possível nestes países, regra geral, depois de uma série de etapas preparatórias, esgotado todo um período de transformação da revolução burguesa-democrática em revolução socialista, sendo que o sucesso da edificação socialista é, na maior parte dos casos, condicionado pelo apoio directo dos países de ditadura proletária (INTERNACIONAL COMUNISTA, 1928, p. 28-29).

Nos países coloniais, semicoloniais e dependentes, a IC apontava, na formação social, a existência de resquícios feudais e a dependência ao imperialismo, definindo que, nesses países, o carácter da revolução era democrático-burguesa²⁰, e a aliança de classe para realizar essa revolução seria entre o proletariado e os camponeses.

Aqui, a tarefa fundamental é a de formar organizações independentes de operários e de camponeses (partido comunista como partido de classe do proletariado, sindicatos, ligas e comitês de camponeses, sovietes nas situações revolucionárias, etc.) e de as subtrair à influência da burguesia nacional com a qual não são admissíveis acordos temporários senão na medida em que esta não entrave a organização revolucionária dos operários e dos camponeses e combata efectivamente o imperialismo (INTERNACIONAL COMUNISTA, 1928, p. 41).

De fato, essa orientação já se evidencia na resolução do III congresso do PCB, o qual elege como elementos fundamentais da formação social brasileira: “a) a dominação imperialista; b) a economia agrária; c) o problema da terra; d) a revolução democrático-burguesa” (PCB, 1929).

Partindo do exame desses elementos, o PCB concluía, entre outras questões, que: o Brasil era um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo; era um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração de grandes massas campesinas; A burguesia nacional capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estavam no poder. Com essa avaliação, o partido propunha, como alternativa, a construção de um Bloco Operário e

²⁰ Revolução democrática no sentido de emancipação política, conquista das liberdades políticas, e revolução burguesa significa desenvolvimento das forças produtivas do capital/trabalho, a explicitação da contradição. A força motriz e dirigente do processo de transformação não está determinada de antemão, mas depende da correlação de força, da vontade organizada em condições de se fazer hegemônica. Considera-se que o processo da revolução burguesa no Brasil se concretizou entre fins dos anos de 1920 e fins dos anos de 1970, ainda que a revolução democrática, com ação das massas populares, não tenha ocorrido (DEL ROIO, 2012).

Camponês, para: “solução do problema agrário, confiscação da terra; b) supressão dos vestígios semifeudais; c) libertação do jugo do capital estrangeiro” (PCB, 1929).

Vale destacar, quase como um parêntese, a formulação na qual se baseia essa orientação. Trata-se, conforme Anita Prestes (2013 p. 2), “da cópia das teses formuladas por Lênin sobre a Rússia czarista e o caráter da revolução nesse país”.

Lenin (1982), ao analisar o processo de formação do mercado interno para o capitalismo na Rússia, considerava o desenvolvimento do capitalismo progressista, em relação ao antigo regime feudal, por motivos que poderiam ser resumidos, segundo o autor, em dois aspectos: “aumento das forças produtivas do trabalho social e socialização deste. Esses fatos, porém, manifestam-se em processos bastante diversos nos diferentes ramos da economia” (LENIN, 1982, p. 373). É importante ressaltar que, para Lenin, o reconhecimento do caráter progressista do papel do capitalismo era compatível com o reconhecimento dos aspectos negativos e sombrios, com o pleno reconhecimento das profundas contradições sociais próprias desse modo de produção.

O autor explica que:

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social só se manifesta com plena relevância na época da grande indústria mecanizada. Antes dessa fase superior do capitalismo, a produção se funda no trabalho manual e numa técnica primitiva, cujos progressos são espontâneos e extremamente lentos (LENIN, 1982, p. 373).

Logicamente, pela própria dinâmica do capitalismo, esse processo ocorre em meio a uma série de desigualdades e desproporções: aos períodos de prosperidade sucedem os de crise, o desenvolvimento de um ramo industrial provoca o declínio de outro, etc. (LENIN, 1982).

No que se refere à socialização do trabalho pelo capitalismo, destacam-se alguns processos nos quais esse aspecto se manifesta:

1. O próprio crescimento da produção mercantil põe fim à dispersão das pequenas unidades econômicas, própria da economia natural, e reúne os pequenos mercados locais num grande mercado nacional (depois mundial). A produção para si se converte em produção para toda a sociedade e quanto mais alto é o desenvolvimento do capitalismo, tanto mais intensa se torna a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação (LENIN, 1982, p. 374).
2. O capitalismo substitui a antiga dispersão da produção por uma concentração sem precedentes, quer na agricultura, quer na indústria. Essa é a manifestação mais nítida e mais relevante, embora nem de

longe a única, dessa particularidade do capitalismo (LENIN, 1982, p. 374).

3. O capitalismo elimina as formas de dependência pessoal que são parte inalienável dos antigos sistemas econômicos. (...) Confrontado com o trabalho do camponês dependente ou servo, em todos os setores da economia nacional, o trabalho assalariado livre constitui um fenômeno progressista (LENIN, 1982, p. 374).
4. O capitalismo cria necessariamente a mobilidade da população, que era desnecessária aos sistemas de economia social anteriores, sob os quais era impossível com a mínima amplitude sequer (LENIN, 1982, p. 374).
5. O capitalismo provoca uma redução constante da parte da população ocupada na agricultura (onde sempre predominam as formas mais atrasadas de relações econômicas e sociais) e um crescimento do número de grandes centros industriais (LENIN, 1982, p. 374).
6. A sociedade capitalista aumenta a necessidade de união e associação da população e dá às suas organizações um caráter peculiar, distinto em relação aos períodos anteriores. Destruindo as limitadas uniões corporativas locais da sociedade medieval e instaurando uma concorrência impiedosa, o capitalismo fratura simultaneamente o conjunto da sociedade em grandes grupos de pessoas que ocupam diferentes posições na produção, impulsionando vigorosamente a constituição de associações no interior de cada um desses grupos (LENIN, 1982, p. 374-375).

Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo representava um marco para aquele país, que possuía uma estrutura de classe constituída pela presença predominante do campesinato, além de ser necessário e inevitável (CONCEIÇÃO, 1991).

De acordo com Lenin (1982), a atualidade da revolução colocava em evidência uma dualidade do campesinato, tanto do ponto de vista da sua situação como do ponto de vista do seu papel: de um lado, os imensos remanescentes da economia baseada na corveia e os resíduos da servidão diante da pauperização e da ruína dos camponeses pobres explicam as raízes do movimento revolucionário camponês. De outro, a contraditória estrutura interna dessa classe, seu caráter pequeno-burguês, o antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias.

As vacilações do pequeno proprietário arruinado, vacilando entre a burguesia contra-revolucionária e o proletariado revolucionário, são tão inevitáveis como este outro fenômeno que se observa em toda sociedade capitalista: uma insignificante minoria de pequenos produtores se enriquece, “sobe na vida” e se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruína completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos ou vivem eternamente no limite da condição proletária (LENIN, 1982, p. 9-10).

Sobre essa base econômica, Lenin (1982) compreendia que o caráter da revolução na Rússia era inevitavelmente uma revolução burguesa. No entanto, de acordo com o autor, duas eram as vias fundamentais possíveis para o desenvolvimento do capitalismo e seu desfecho. Ou a antiga propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços de servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo *junker*²¹. Nesse caso, a estrutura agrária do Estado se torna capitalista, conservando por muito tempo traços feudais. Ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida todos os vestígios de servidão. Em outras palavras: no primeiro caso, conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga superestrutura, enquanto que, no segundo caso, a grande propriedade fundiária e todos os principais pilares da antiga superestrutura que lhe correspondem são destruídos.

Na primeira via, o papel dirigente cabe ao burguês e ao latifúndio, com o apoio dos camponeses ricos, e o restante da massa camponesa verá deteriorada a sua situação, expropriada e explorada em enorme escala. Na segunda via, o papel dirigente é desempenhado pelo proletariado e pela massa camponesa, neutralizando a burguesia vacilante ou contrarrevolucionária; assegurando “o desenvolvimento mais rápido e livre das forças produtivas sobre uma base capitalista com a situação das massas operárias e camponesas sendo a melhor possível no limite do regime de produção mercantil” (LENIN, 1982, p. 11). E tudo isso cria as condições favoráveis para que a classe operária possa realizar a transformação socialista. Lenin optara por essa segunda via.

Com isso, segundo Lukács (2012, p. 39):

segue-se que o reconhecimento da necessidade de um desenvolvimento capitalista na Rússia e do progresso histórico ligado a ele não significa em absoluto que o proletariado deva apoiar esse desenvolvimento. Ele tem de saudá-lo, sim, pois somente esse desenvolvimento cria o solo para o surgimento do proletariado como fator decisivo de poder. Mas também tem de saudá-lo como condição, como pressuposto de sua verdadeira e impiedosa luta contra o verdadeiro agente desse desenvolvimento: a burguesia.

Nesse sentido, Lenin chegava à conclusão de que, na Rússia, o caráter da revolução era burguês, mas esse processo deveria ser dirigido pelo proletariado em aliança com o campesinato. Para Lukács (2012), a proximidade da revolução proletária tornava possível, ainda que problemática, uma aliança entre a burguesia e o absolutismo feudal. Problemática

²¹ Como eram denominados os grandes proprietários fundiários da nobreza, na Prússia (LENIN, 1982).

na medida em que essa aliança não se baseia em uma identidade positiva de interesses, mas num compromisso para evitar uma superação revolucionária da sociedade de classe.

As tendências dogmáticas tanto na IC quanto no PCB propiciaram a transposição mecânica das teses leninistas para uma realidade distinta, como era o caso da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular. Em vez de adotar-se como ponto de partida o exame da situação presente nesses países, identificava-se no campo um suposto feudalismo, que, juntamente com o imperialismo, constituiriam entraves ao desenvolvimento do capitalismo. Enquanto na realidade o capitalismo encontrava novas formas de expandir-se, nas condições de subordinação aos grandes grupos internacionais e de manutenção de relações de produção não capitalistas na agricultura, os comunistas pretendiam realizar a revolução agrária e anti-imperialista – a forma que a etapa democrático-burguesa deveria assumir nos países definidos como semicoloniais (PRESTES, 2013, p. 3).

Além da orientação da Internacional Comunista, a própria forma de expansão do capital no Brasil, segundo Iasi (2007), levou a esquerda brasileira (com raras exceções, como a POLOP²²) a formular a tese da etapa democrática nacional da revolução brasileira. Isto é, a formulação de uma estratégia democrática nacional, também conhecida como democrático-burguesa.

Segundo a avaliação das vanguardas de esquerda, neste momento hegemônicas principalmente pelo PCB, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da própria Nação estariam obstaculizados por entraves estruturais que no caso seriam o latifúndio, a dependência imperialista e a forma patrimonialista do Estado, ou em outra versão, seu caráter bonapartista (realização pelo alto da revolução burguesa) (IASI, 2007).

Além da dependência ao imperialismo, o desenvolvimento autônomo do modo de produção capitalista no Brasil estaria obstaculizado, principalmente pelas relações feudais, devido à prevalência da economia agrária baseada no latifúndio e relações que transitaram do escravismo sem passar de imediato para relações capitalistas, permanecendo em formas de parcerias, o colonato e outras (PCB, 2009).

O PCB, durante mais de meio século, teve por certo que o Brasil era uma formação social de origem colonial e que articulava relações sociais de natureza escravista e feudal. À medida que as classes sociais do capitalismo começavam a se desenvolver, o tema da revolução burguesa ganhava atualidade e isso desde os anos de 1920 (precisamente quando surge o

²² A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), surgida em fevereiro de 1961, questionava a análise do PCB e de outras organizações. Em sua avaliação, a economia brasileira era plenamente capitalista e a burguesia nacional era associada ao imperialismo, não restando outro caminho ao proletariado senão a independência política e a revolução socialista (SALES, 2007).

partido operário). Importante demais é então considerar que a formulação do PCB sobre a teoria da revolução brasileira, cuja natureza seria democrática e burguesa, acompanhou o próprio processo histórico de concretização da revolução burguesa no Brasil (DEL ROIO, 2012, p. 218).

Era partindo desta constatação - sobre as relações escravista e feudais, que travavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil -, que os comunistas defendiam uma estratégia de revolução democrático-burguesa, na qual o proletariado deveria aliar-se a setores progressistas da chamada burguesia nacional contra o latifúndio e o imperialismo, para realizar uma etapa democrática, com o objetivo de acumular forças, para, depois, realizar uma revolução socialista. Essa avaliação sobre a aliança com a chamada burguesia nacional, que contraria a formulação do Lenin, pode ser evidenciada, principalmente, na declaração de 22 de março de 1958.

Anita Prestes (2013) explica que:

Tal definição da revolução brasileira como nacional-libertadora significava a adoção da sua concepção etapista. Pretendia-se, primeiro, eliminar a dominação do imperialismo e a presença do latifúndio, propiciando assim o desenvolvimento de um capitalismo supostamente autônomo, para, num segundo momento, criar as condições que iriam permitir a realização das transformações socialistas. Dessa maneira, a luta contra o imperialismo e pela reforma agrária era separada artificialmente da luta pelo socialismo. Não se percebia que, para golpear efetivamente o imperialismo e seus aliados internos, seria necessário desfechar um golpe mortal no próprio sistema capitalista (PRESTES, 2013, p. 8).

É importante ressaltar que, durante o período em que o partido manteve essa formulação, houve variações na via pela qual se buscou desenvolver essa estratégia, passando por formas insurrecionais, acúmulo pacífico de força, luta sindical, luta armada, resistência democrática e outras (PCB, 2009). Nessa perspectiva, foi, principalmente, a partir dos anos de 1940, que o PCB se envolveu diretamente e de forma bastante intensa nas lutas no campo, destacando-se a atuação nas Ligas Camponesas; em Porecatu, no ano de 1950, na divisa dos estados de São Paulo e Paraná; e em Trombas e Formoso, no estado de Goiás, entre 1950 e 1957.

No caso das Ligas Camponesas, Sales (2007) analisa que sua origem guarda um vínculo remoto com o período da redemocratização do país, após 1945, quando o PCB as fundou, em vários estados. De acordo com o autor, no período em que o Partido foi posto na ilegalidade, em 1947, sob a forte repressão do governo Dutra, essas Ligas foram quase todas extintas. Sua existência foi demasiado curta, apenas dois anos.

Foi com o objetivo de fortalecer sua posição tanto no plano político-institucional quando dos movimentos organizados que, segundo Leonardo dos Santos (2005), o Partido colocava a questão camponesa como um dos pontos prioritários de sua pauta e considerava a classe camponesa como aliado fundamental da classe operária na revolução democrático-burguesa.

O Partido julgava que para cada setor dos trabalhadores do campo corresponderiam formas específicas de organização. As categorias não-assalariadas como “colonos”, “moradores”, “agregados”, “meeiros”, “posteiros” (vigias de gado), “posseiros”, “vaqueiros”, “peões de estância”, “trabalhadores do eito”, deveriam ser mobilizadas por meio de clubes, Ligas Camponesas, irmandades, células rurais, associações, cooperativas e “sociedades de amigos do povo do lugar”. Já os “trabalhadores do café, da cana, do algodão, do fumo, da borracha, da erva-mate, da castanha”, deveriam ser reunidos em sindicatos (L. SANTOS, 2005, p. 93).

De acordo com Marleide Santos (2008, p. 77-78), “mesmo não existindo uma proibição oficial a criação de sindicatos rurais existiam de fato, muitas restrições”. A autora considera que muitos sindicatos, nesse período, funcionavam de forma ilegal. Além disso, o registro de uma associação tornava-se desnecessário o reconhecimento do Ministério do Trabalho e garantia a legalidade da ação. Por isso, diante das dificuldades impostas, pelo governo em aliança com latifundiários, à abertura de sindicatos, a saída era a criação de associações que não tinham um caráter especificamente trabalhista, além de exigir apenas registro em cartório.

Apesar da grande quantidade de Ligas Camponesas²³, elas possuíam características gerais, principalmente no que se refere a sua atuação, por meio de formas de resistência que, se davam prioritariamente por ações judiciais e formas de pressão, especialmente dirigidas aos poderes públicos, como o envio de memoriais a juízes vereadores, deputados e senadores (SANTOS, 2005). Essa atuação, conforme avaliação de Leonardo Santos (2005), estava em clara sintonia com o lema do Partido, pelo qual a resolução de todo e qualquer tipo de conflito deveria se dar pela “via legal”. Isto é, essa prioridade de ação se dava muito em função da

²³ Liga Camponesa de Dumont (um distrito de Ribeirão Preto), de Escada, Goiana, Pau D’Alho e Iputinga (Pernambuco); Bauru, Cruzeiro, Fernandópolis, Suinama (São Paulo); Nova Iguazu e São João de Meriti (Estado do Rio de Janeiro); Jacarepaguá, Vargem Grande e Distrito Federal (cidade do Rio-DF); Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goiandira (Goiás). Há também informações que dão conta de sua forte incidência no Triângulo Mineiro, e no Paraná. Pode ser que tenha existido mais, pois é importante ressaltar que essas Ligas Camponesas são pouco estudadas (SANTOS, 2005).

postura do Partido, que, naquele momento, adotava a consigna de “União Nacional”, inclusive, com o próprio Getúlio Vargas, visando derrotar o fascismo e alcançar a democracia (PRESTES, 2013).

A partir de 1947, a intensa repressão do governo Dutra desencadeada sobre o Partido e sobre essas Ligas seria o principal motivo para que elas tenham durado tão pouco tempo.

Mesmo com a cassação do registro eleitoral, o Partido Comunista continuou o seu trabalho (OLIVEIRA, 2007). No entanto, no período entre 1948 e 1954, segundo análise de Sales (2007), poucas associações rurais sobreviveram e as lutas no campo pareciam se restringir a alguns conflitos, envolvendo posseiros e grileiros. Para o autor, a continuidade, entre as Ligas Camponesas dos anos de 1940 e as Ligas Camponesas da segunda metade dos anos de 1950 “se dá na medida em que muitos comunistas e militantes das antigas associações rurais dos anos 1940 estiveram presentes em ambos os movimentos” (SALES, 2007, p. 35-36).

Essas últimas Ligas surgiram no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, interior de Pernambuco. “Nesse local, foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), que ficaria conhecida como a Liga Camponesa da Galiléia, numa clara alusão às antigas Ligas dirigidas pelo PCB” (SALES, 2005, p. 35).

Martins (1995) avalia que:

É justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que nos mostra com mais clareza o processo do camponês ao longo da história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, à medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado (MARTINS, 1995, p. 66).

É nessa situação que surgem as Ligas Camponesas, em 1955. Na mais recente situação de “restrições à roça do morador da usina, de aumento dos dias de serviço, que deve oferecer à usina, para permanecer na terra, de conversão em salário, que surgem os sindicatos pouco depois” (MARTINS, 1995, p. 66).

Cunha (1997) explica que a expansão das relações capitalistas, na década de 1950, evidenciou contradições que, no campo, apontavam uma situação de miséria face às condições de trabalho e à concentração da terra - um dos pilares inalterados do sistema político brasileiro. Com o agravamento da Guerra Fria, a partir de 1947, e com a conseqüente ilegalidade do PCB, bem como a cassação do registro de seus parlamentares, estava posta

uma situação propícia a novas formas de intervenção. O partido redirecionou sua linha política inicial de conciliação de classes para uma explosiva proposta de tomada de poder via assalto direto, delineada pelo Manifesto de agosto de 1950.

Nesse manifesto, dizia o PCB:

É a guerra que nos bate às portas e ameaça a vida de nossos filhos e o futuro da nação. Sentimos em nossa própria carne, através do terror fascista, como avançam os imperialistas norte-americanos no caminho do crime, dos preparativos febris para a guerra, como passam eles à agressão aberta e à intervenção armada contra os povos que lutam pelo progresso e a independência Nacional (PCB, 1950).

O Partido acusava o governo e a chamada burguesia brasileira de traidores e assassinos, dos que sempre lutaram pela liberdade, progresso e independência do país. E propunha a organização de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, constituída por Operários, Camponeses, e camadas médias, formadas por militares e civis, personalidades de prestígio popular, dirigentes políticos democráticos, intelectuais antifascistas e antiimperialistas (PCB, 1950).

Com o “Manifesto de Agosto de 1950”, os comunistas brasileiros abandonavam a política anterior de amplas alianças, incluindo setores burgueses, assim como a aposta na via eleitoral, para adotar o “caminho revolucionário” entendido como o recurso à “luta armada pela libertação nacional”. Mas a estratégia da revolução permanecia a mesma de antes – uma revolução democrático-burguesa ou agrária e anti-imperialista, definida como “revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social”, que só poderia ser realizada “sob a direção do proletariado”. Embora, nos documentos partidários a tática tivesse sofrido uma inflexão à esquerda com a adoção da consigna de “derrubada do atual governo”, o PCB mantinha-se fiel ao ideário nacional-libertador que sempre norteava suas ações. Continuava presente na agenda dos comunistas brasileiros a conquista de um capitalismo autônomo, objetivo a ser alcançado por meio da revolução nacional-libertadora (PRESTES, 2013, p. 7).

O Manifesto de Agosto, conforme Martins (1995), definia a linha mais radical do partido em relação aos problemas no campo. “O caminho da luta e da ação seria, pois, o da revolução: substituição da ditadura feudal-burguesa serviçal do imperialismo por um governo revolucionário, democrático e popular” (MARTINS, 1995, p. 82). Com essa avaliação, o PCB se envolveu em conflitos por terra no país, entre ele, um dos maiores: Trombas e Formoso, no estado de Goiás, entre 1950 e 1957.

Foi com esta perspectiva de revolução que setores do Partido, entusiasmados com a vitoriosa revolução chinesa e a possibilidade de implementar uma

política a ser transposta naquele processo e norteadas por uma concepção teórica revolucionária do campo cercado as cidades, lançaram-se ao reforço dos movimentos sociais. Estavam, também, enriquecidos por outras experiências razoavelmente bem sucedidas (ainda que não totalmente vitoriosas) como a luta de Porecatu, e assim se gestou uma perspectiva de revolução imediata, processo alimentado por uma avaliação que considerava presentes tanto as condições objetivas como as subjetivas (vontade de mudar), necessitando apenas de um pequeno impulso para ser detonado (CUNHA, 1997, p. 83).

Em 1948, com a estrada Transbrasiliana, as terras do então município de Uruaçu se valorizam. Essa estrada viria a fazer parte da futura Rodovia Belém-Brasília, iniciada a construção da capital em 1956. No ano de 1949, camponeses, vindos de outros estados (Maranhão e Piauí), mas que viviam no Norte de Goiás (em Pedro Afonso), chegaram à região e formaram posses numa área de terras devolutas. No entanto, essas terras foram griladas por um grupo de fazendeiros, além do juiz e dono do cartório local. Foram feitas propostas de compra das posses aos posseiros, e tentativas de transformá-los em parceiros, sem acordo, começaram os conflitos (MARTINS, 1995).

Na mesma época em que se iniciaram os problemas em Trombas e Formoso, Martins (1995) relata que começou também o problema de terras que culminaria com a guerrilha de Porecatu, no Paraná, em 1950.

Desde 1946, 1500 famílias de posseiros, habitando terras devolutas em Jaguapitã, passaram a sofrer despejos, pelo fato de o governo do Estado ceder terras, já ocupadas, a grandes proprietários. Os despejos levaram à formação de grupos armados de resistência. Essa situação agravou-se pelo motivo de o governador não ter cumprido a promessa feita aos camponeses, de transferi-los para terras no vale do Rio Paranavaí, com casa e transporte (MARTINS, 1995).

Essa situação que acontecia em outras regiões do estado do Paraná veio a somar-se à revolta dos lavradores de Porecatu, do Norte do Paraná, não muito distante de Jaguapitã. Com a notícia de que o governo faria um projeto de colonização, muitos camponeses se deslocaram para o local, abrindo suas posses. No entanto, o governo havia traficando as terras, vendendo a outras pessoas. Nos últimos meses do ano de 1950, com ação do PCB, eclodiu a guerrilha de Porecatu. As lutas prosseguiram, com mortos e feridos, até janeiro de 1951 (MARTINS, 1995).

Outra fase se inicia na trajetória do PCB, com a Declaração de Março de 1958. O Partido considera que haviam ocorrido modificações importantes, nas últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, baseada no latifúndio e nas relações pré-

capitalistas de trabalho, no predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, na exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, por meio do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e da circulação. Nessa estrutura atrasada, foi se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui um elemento progressista na economia do país e, por sua vez, se choca com a resistência dos elementos atrasados (PCB, 1958).

Esse desenvolvimento capitalista nacional progressista é inelutável e consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas (PCB, 1958).

O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores negativos, que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido. Ao tempo em que se incrementam as forças produtivas e progredem as novas relações de produção capitalistas, conservam-se em vastas áreas as relações atrasadas e permanece a dependência diante do imperialismo, particularmente o norte-americano (PCB, 1958).

O Partido destaca que, apesar de, em questões essenciais, a política do governo não atender aos interesses nacionais e das massas populares, contém aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático. “Esta luta é apoiada pelo setor nacionalista do próprio governo e aprofunda as suas contradições com o setor entreguista” (PCB, 1958).

Nesse sentido, destacando a importância de setores nacionalistas e democráticos no governo, o PCB propõe a formação de uma Frente Única, constituída pelo proletariado, pelo campesinato, por camadas médias, pela pequena burguesia, pela burguesia e até setores latifundiários em contradição com o imperialismo (PCB, 1958).

“O partido entendia que um governo nacionalista e democrático podia ser conquistado nos quadros do regime então vigente. Seria o caminho pacífico para a revolução anti-imperialista e antifeudal” (MARTINS, 1995, p. 85).

“O auge desta formulação levou o PCB e a classe trabalhadora brasileira à derrota de 1964 e ao longo período da ditadura” (IASI, 2007). Mostrou que, ao contrário das avaliações do partido, o capital expandiu-se em aliança com o latifúndio e o imperialismo. A burguesia não tinha nenhum interesse em se aliar à classe trabalhadora em um projeto de sociedade.

Outra avaliação importante é feita por Martins (1995). Segundo o autor, o que marcou os anos de 1950 foi a disputa entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja pela hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais. A maior divergência entre o PCB e as

Ligas era a de que, enquanto o primeiro propunha uma coexistência pacífica com a burguesia, que deveria resultar na revolução democrático-burguesa, a segunda defendia uma revolução agrária. Sobre a divergência entre a Igreja e o PCB: a Igreja estava preocupada em evitar o comunismo. No entanto, em determinados movimentos, aconteceram acordos entre as partes, como o que autor considera como o resultado mais importante para os camponeses, nesse período, a criação da CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e a estrutura sindical que lhe corresponde.

Entretanto, Martins (1995) considera que, ao passo em que o PCB fortaleceu sua presença na organização e luta dos trabalhadores rurais, antes de 1964, também foi perdendo influência no movimento camponês. Pois, de acordo com o autor, à medida que cresceu em importância conjuntural, a política da frente única e de aliança entre a classe operária e a chamada burguesia nacional, o lugar político do campesinato passou a ser definido pelo papel menor que pudesse representar na constituição de uma democracia burguesa.

Martins (1995) relata que, à medida que o PCB foi perdendo influência sobre os movimentos camponeses, cresceu a influência da Igreja, e, ao mesmo tempo, consolidou-se a presença do sindicato no campo. Essa perda de influência do PCB, na visão do autor, não se explica apenas pelo advento da ditadura militar e pela perseguição movida aos militantes políticos no campo. Para Martins (1995), essa perda de influência está marcada, de um lado, pela posição doutrinária em relação à superioridade política das lutas operárias sobre as lutas camponesas; e, de outro lado, pela progressiva alteração na concepção a respeito do lugar político do campesinato.

É no contexto dessa doutrina que, segundo Martins (1995), as lutas camponesas têm sido classificadas politicamente e têm sido vistas sob forte suspeita e descrédito. “Com frequência, a discussão sobre a relação entre o campesinato e a política repousa na pressuposição de que o campesinato é estranho a política e é melhor que assim permaneça” (MARTINS, 1995, p. 12). Nessa reflexão, o autor esclarece que o que vai decidir o processo histórico de transformação da sociedade é fundamentalmente o crescimento da classe operária no campo e na cidade. É da expropriação do trabalhador, sua conversão em assalariado e, portanto, do seu explícito antagonismo com o capital, que surgirá tal possibilidade de transformação.

Em tese, e de modo muito geral, esse ponto de vista é correto. A compreensão teórica do que é o processo histórico de transformação da sociedade, o processo que resolve a contradição entre a produção social e a apropriação privada pela qual o capitalismo se constitui e se define, torna-se possível com o surgimento da classe operária, o trabalhador expropriado e

assalariado. Tal processo histórico, na verdade, seria impedido pelo trabalhador, pelo camponês, que ergue sua resistência à expropriação capitalista, porque fazê-lo seria o mesmo que opor resistência ao processo histórico, aos efeitos historicamente positivos da expropriação do desenraizamento do campesinato, uma condição fundamental para o desenvolvimento capitalista (MARTINS, 1995, p.13).

Porém, o autor ressalta o equívoco da comparação da realidade do campesinato russo com o campesinato brasileiro. Na Rússia, o camponês resistia a expansão do capital porque era um campesinato apegado, ligado à terra, era um campesinato que não queria perder a terra, isto é, resistia ao processo de expropriação que queria desenraizá-lo. No Brasil, ao contrário, o camponês quer entrar na terra, ao ser expropriado e expulso, ele quer retornar à terra, o camponês aqui é desenraizado.

2.2 A entrada em cena do MST

A expansão do capital se intensificou, no Brasil, nos anos 1980 do século XX, com a ditadura, viabilizando o processo da territorialização do capital no campo, a concentração das atividades na cidade e a subordinação do espaço rural ao urbano, realizando-se, de modo geral, pela expropriação camponesa da terra e pela expulsão deles para a cidade, para servirem como força de trabalho barata tanto no campo como na cidade.

A ditadura empresarial-militar impôs uma política de “modernização” da agricultura, para atender à demanda urbano-industrial e do mercado externo, sem fazer reformas na estrutura fundiária (MST, 2013). Esse projeto intensificou as expropriações, a mobilidade do trabalho e aprofundou as desigualdades sociais.

Segundo Stedile (2005), os camponeses expropriados pela chamada modernização da agricultura foram obrigados a tomar a decisão de tentar resistir no campo e buscar formas de luta pela terra nas regiões onde viviam, ou serem explorados na cidade. Dessa forma, foi a opção pelo campo, que deu origem, no ano de 1984, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, no lugar onde vive” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 17).

De acordo com Fernandes (2004), a territorialização do capital desterritorializou o campesinato, concentrando ainda mais a estrutura fundiária. Esse processo encontrou pouca resistência, porque o golpe militar aniquilou os três movimentos camponeses mais

organizados: as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB)²⁴ e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER)²⁵, nascidos nas décadas de 1950. Permitiu apenas a existência da CONTAG, mas sob intervenção. Os conflitos por terra aumentaram com o renascimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, que reunia as lutas dos posseiros, dos sem-terra, dos meeiros, dos pequenos proprietários e contribuiu para a formação do MST. Desse modo, além do aspecto socioeconômico, da expansão do capital, o aspecto ideológico (influenciados, principalmente pela CPT) e a situação política do país (a luta contra a ditadura militar, pela democratização da sociedade brasileira) influenciaram na formação do MST (STEDILE; FERNANDES, 2005).

É importante ressaltar que, no mesmo contexto de origem do MST, surge o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Na década de 1980, as lutas dos trabalhadores pelas conquistas dos direitos e pelo restabelecimento da democracia constituíram-se nas bandeiras de lutas que transformaram o PT em um dos mais importantes partidos brasileiros (FERNANDES, 2004).

O MST surgiu das lutas que aconteceram no período de 1975-1985, especialmente no Sul do país. O encontro em Cascavel-PR, em janeiro de 1984, é considerado o encontro que fundou o MST e, também, o seu I Encontro Nacional.

O MST possui uma trajetória histórica marcada por luta e enfrentamento ao avanço do capital, que pode ser entendida analisando-se o contexto da realização dos seus congressos e de suas Palavras de ordem, pois elas apontam as avaliações e a linha política adotada.

O 1º Congresso Nacional foi realizado em 1985, num contexto em que, como lembra Fernandes (2004), foi eleito, indiretamente, pelo Congresso Nacional, o presidente da República, Tancredo Neves, que veio a falecer antes de tomar posse. Assumiu o vice-presidente, José Sarney, como primeiro governo da Nova República.

Nesse governo, foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Novamente, o ataque dos ruralistas foi exterminador. Nesse tempo, surgiria a União Democrática Ruralista (UDR). Vinculada ao governo, influenciou politicamente para a derrubada do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e impediu que o PNRA fosse implantado (FERNANDES, 2004, p. 284).

²⁴ Associação de camponeses e assalariados rurais, organizada pelo PCB, que era proibido criar sindicatos naquela época. Criada em 1954 e extinta pela ditadura. Segundo Martins (1995), a ULTAB seria o germe da futura CONTAG.

²⁵ Movimento fundado no Rio Grande do Sul, em 1958, sob influência do PTB. Pressionava o governo estadual a realizar assentamentos. Funcionou de 1958 a 1964, quando colocado na ilegalidade e perseguido (STEDILE; FERNANDES, 2005).

Para Oliveira (2007), o MST se fortaleceu e avançou, sobretudo durante o Governo Sarney, e quando percebeu que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo implementado, os lemas passaram a ser: “Sem Reforma Agrária não há democracia”, e, pouco tempo depois, “Reforma Agrária já”, entre 1985 e 1986.

Naquele contexto, o MST visava ao seu crescimento e a luta pela Reforma Agrária, destacando os seguintes desafios: 1) colocar a Reforma agrária na agenda do país; 2) consolidar o Movimento nacionalmente; 3) buscar a unidade dos camponeses e das lutas isoladas pelo país; 4) definir e implementar uma forma de luta contra os latifúndios. Por isso, a palavra de ordem escolhida para o primeiro Congresso foi “Sem Reforma Agrária, não há Democracia” (MST, 2013).

Fernandes (2004) ressalta que, nas avaliações do MST, o Movimento compreendia que, organizado apenas em escala local ou regional, teria menos possibilidade de enfrentamento com o capital. O período de 1979-1985 foi o período de crescer o Movimento, principalmente por meio da ocupação de terra, e organizar-se nacionalmente. Esse processo de organização viria a se consolidar no período de 1985 a 1990, com a formação de uma estrutura organizativa interna. O MST organizou-se em todas as regiões do país, tornando-se o mais expressivo movimento camponês brasileiro (FERNANDES, 2004).

No curso das experiências, os sem-terra passaram a combinar várias formas de luta. Ela pode acontecer em separado ou simultaneamente com ocupações de terra. São as marchas ou caminhadas, as ocupações de prédios públicos e as manifestações em frente de agências bancárias (FERNANDES, 2004, p. 278).

A segunda metade da década de 1980 foi marcada por uma efervescência política e com derrotas significativas para o Movimento pela reforma agrária. Além da não efetivação do PNRA, em 1988, com a elaboração da Constituição, a reforma agrária sofre outro duro golpe por parte da bancada ruralista. Embora aprovada na constituição, a reforma agrária necessitava de lei complementar para sua realização. Somente em 1993, com a aprovação da lei 8.629, passou a existir a regulamentação para a desapropriação de terras. Ainda assim, os ruralistas conseguem impedir desapropriações de terras, conseguindo até reverter situações em processos já assinados pelo presidente da República (FERNANDES, 2004).

Segundo Fabrini (2008), os proprietários de terra e as forças conservadoras investiram – inclusive com meios violentos –, por meio da UDR, no fracasso da política do MST e da

reforma agrária. “Defendiam a inviabilidade dos assentamentos rurais, afirmando que eram verdadeiras favelas rurais” (FABRINI, 2008, p. 251).

O crescimento eleitoral, a ida para o segundo turno e a expectativa de vitória da candidatura de Lula, em 1989, numa eleição polarizada entre a esquerda e a direita, eram o resultado de duas décadas de lutas e da organização da classe trabalhadora. Mesmo com a derrota eleitoral, fechamos a década com a sociedade mobilizada, com um movimento sindical combativo e atuante e com as forças progressistas preocupadas em apresentar um projeto de desenvolvimento para o país alternativo ao das elites (MST, 2013).

Oliveira (2007) afirma que, nesse período, o Movimento adotou várias palavras de ordem: “Ocupação é a única solução” (1986), “Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra” (1986/7) e por ocasião da Constituinte, “Reforma Agrária: na lei ou na marra” (1988) e “Ocupar, Resistir, Produzir” (1989) depois que os assentamentos começaram a ser conquistados. Para o autor, “este processo mostra que politicamente o movimento não só se consolidava, não só se articulava em nível nacional, mas mudava também, qualitativamente do ponto de vista político” (OLIVEIRA, 2007, p. 140).

A derrota para Fernando Collor apontava dificuldades a serem enfrentadas, principalmente com o aumento da violência, de modo que a preocupação do MST voltava-se para os cuidados internos da organização, dos assentamentos e acampamentos, e os debates para elaboração de programa para a produção. O 2º Congresso Nacional do MST foi realizado em 1990. Nesse contexto, o Movimento adotou a palavra de ordem: “ocupar, resistir e produzir”.

Na década de 90, durante o governo Collor, o MST mudou suas estratégias políticas de luta e as palavras de ordem passaram a ser: “Reforma Agrária: essa luta é nossa” (1990/1). “MST, agora é pra valer” (1992/3). Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, veio a palavra de ordem: “Reforma Agrária: uma luta de todos!” (1995). A mudança nas palavras de ordem representa a mudança da estratégia política do Movimento. A palavra de ordem: “Reforma Agrária: uma luta de todos!” particularmente, tem um significado político importante, tem a consciência de que é necessário o envolvimento do movimento articulado com a sociedade como um todo (OLIVEIRA, 2007, p. 140).

No contexto de derrota da classe trabalhadora no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, com a derrota das experiências de transição socialista no Leste Europeu, queda do muro de Berlim, fim da União Soviética, avanço do neoliberalismo; no Brasil, com a derrota eleitoral do Lula para Fernando Collor, em 1989, depois para Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1994, o MST procurou ampliar a luta, ressaltando os benefícios da

reforma agrária. O MST realiza o seu 3º Congresso em 1995, e a palavra passa a ser: “Reforma Agrária, uma luta de todos”.

De acordo com Fernandes (2004), no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o governo realizou uma política de assentamentos rurais e defendeu a tese de que, no Brasil, não havia mais latifúndios. O governo acreditou que, assentando apenas as famílias acampadas, o problema estaria resolvido. No entanto, à medida que o governo assentava, mais famílias se envolviam nas ocupações de terra. O número de famílias envolvidas nas ocupações de terra passaram de 20 mil, em 1994 para 76 mil, em 1998. Além disso, os Massacres de Corumbiara, no Estado de Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, em 1996, demonstrou o equívoco da tese do governo.

Para exigir punição aos responsáveis pelos massacres, o Movimento promoveu, em 1997, uma das maiores marchas nacionais da história do país. “A luta pela Reforma Agrária não poderia mais ser escondida ou ignorada, nem pelo governo e nem pela mídia burguesa” (MST, 2013).

Nas avaliações do MST (2013), os desafios que se apresentavam, naquele contexto, impulsionavam para: 1º) o enfrentamento do modelo neoliberal – que começou a ser implementado no campo, com a criminalização das organizações; 2º) o fortalecimento e a ampliação da política de relações internacionais – priorizando a formação e organização da Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas (CLOC), criada em 1992, e da Via Campesina; 3º) as articulações, os esforços organizativos e a elaboração teórica, junto com outras forças sociais, em torno de um projeto popular de desenvolvimento para o país – nesse aspecto, cabe ressaltar a participação do MST na construção do Movimento Consulta Popular, desde 1997; 4º) o enfrentamento com o projeto das elites para a agricultura.

“No ano 2000, o lema passou a ser “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”, numa clara alusão à necessidade histórica do fim das terras improdutivas e o cumprimento ao legado constitucional de que a terra tem que cumprir sua função social” (OLIVEIRA, 2007, p. 140). Foi nesse ano que o MST realizou o seu 4º Congresso.

Na década de 2000, o movimento de luta pela Reforma Agrária sofrerá outra derrota, que se estenderá até os dias atuais. Dessa vez, a derrota é conduzida pelo próprio Partido dos Trabalhadores, ao chegar à presidência da república. (Essa discussão será retomada no capítulo 3).

Depois de disputar pela quarta vez a presidência do Brasil, o PT conseguiu eleger Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. No entanto, o PT já se tornara um Partido amoldado à ordem do capital (IASI, 2007). O PT abraçou o discurso de que não havia solução que não fosse a

partir da realidade capitalista, ou seja, as soluções devem ser buscadas dentro da ordem do capital, com a integração ao mercado.

A partir desse ponto de vista, a compra de terras por meio de políticas do tipo “Banco da Terra”, com apoio do Banco Mundial, pode ser uma saída para o problema agrário. Outras políticas agrícolas determinadas pelo mercado e integração ao capital, por meio do agronegócio, incorporando a “agricultura familiar”, passaram a ser bem vistas por diversos setores (...), fazendo parte também dos discursos de parlamentares do PT (FERNANDES, 2004, p. 287).

Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2013) ressalta que, depois de diminuir as metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária, o governo abandonou completamente o Plano. O governo do PT não só não realizou a reforma agrária, como também fortaleceu o agronegócio. Além disso, a reação dos trabalhadores contra as ofensivas do capital são manipuladas pelo governo e pela mídia, passando a informação de que o problema está no conflito em si, e não nas suas causas.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005) ressalta que o governo Lula tomou o agronegócio como um dos seus pilares de sustentação, tendo, até mesmo, nomeado o presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Roberto Rodrigues, para Ministro da Agricultura, e Luis Fernando Furlan, proprietário de uma das maiores empresas brasileiras do setor agroindustrial, a Sadia, para seu Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O governo também assumiu posições contrárias às dos que lutam pela reforma agrária, como a que culminou na liberação do plantio e comercialização de produtos transgênicos e, ainda, com a demissão do Sr. Clayton Campanhola da presidência da Embrapa, que tinha compromisso com um desenvolvimento tecnológico, voltado para a agricultura familiar, e a nomeação de Sílvio Crestana, cuja proposta foi na perspectiva da busca de competitividade internacional, baseada no agronegócio. Foram, ainda, exageradamente desproporcionais os recursos públicos destinados aos empresários do agronegócio, em detrimento dos pequenos produtores, conforme dados oficiais do orçamento da União (cerca de R\$28 bilhões contra aproximadamente US\$4,5 bilhões em 2004) (PORTO GONÇALVES, 2005).

Tudo isso, aliado aos números acanhados de assentamentos de famílias nos dois primeiros anos do governo Lula, levou o MST a desencadear, em 2005, uma nova fase de mobilização, cujo momento de maior visibilidade foi a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, que chegou a Brasília em 17 de maio. O MST abandonou a proposta de pressionar o governo a assentar 1.000.000 de famílias, conforme promessa na campanha eleitoral, e acordou

com o governo um novo compromisso de assentar 430 mil famílias até o seu final. Todavia, nem mesmo esse novo compromisso vem sendo cumprido (CARLOS WALTER PORTO GONÇALVES, 2005, p. 17).

O 5º Congresso do MST foi realizado entre os dias 11 e 15 de junho de 2007. O Movimento avaliou a necessidade de seguir ajudando na organização dos trabalhadores, na luta por direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais, enfrentando o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam a sociedade. O MST adotara a palavra de ordem: Reforma Agrária - Por Justiça Social e Soberania Popular.

O MST, conforme avaliação de Costa (2012):

Organizou um movimento original e de massas, com base social em todo o País, especialmente entre a população mais pobre da cidade e do campo. O MST ocupou fazendas dos latifundiários, realizou formação de grande parte dos seus quadros e, até mesmo, conseguiu construir uma universidade popular para formação permanente dos seus militantes.

O Movimento possui uma estrutura organizativa com amplitude, que garante ações em todas as dimensões sociais, econômicas, ambientais, políticas, etc. Essa estrutura compreende três partes interativas: as instâncias de representação, os setores de atividades e as organizações convencionais transversais (FERNANDES, 2004).

As instâncias de representação política são os diferentes espaços formados por diversas modalidades: núcleos, coordenações, direções, encontros em diferentes escalas e o Congresso Nacional.

Os núcleos são formados pelas famílias sem-terra nos acampamentos e assentamentos. Eles elegem suas coordenações, que, por sua vez, elegem as coordenações regionais, que elegem as coordenações das instâncias superiores e, assim, sucessivamente. Os coordenadores indicam, entre seus membros, os componentes da direção nas suas respectivas escalas. “Os núcleos, as coordenações e as direções são os fóruns políticos por excelência do MST” (FERNANDES, 2004, p. 281).

Os Encontros e o Congresso Nacional são momentos de definição das políticas conjunturais e estruturais. Os Encontros são realizados em todas as escalas de organização do Movimento (local, regional, estadual e nacional). São realizados anualmente, com exceção do encontro nacional, que é realizado a cada dois anos. “São espaços de decisões políticas que determinam as ações do Movimento e culminam com a realização do Congresso Nacional a cada cinco anos” (FERNANDES, 2004, p. 282).

Dos núcleos de base ao Congresso Nacional do MST há as coordenações e direções em diferentes níveis e escalas. Os principais fóruns de decisão de planejamento de políticas são os encontros e os congressos. A participação nesses espaços ocorre pela inserção do sujeito no Movimento e deu seu reconhecimento pelos coletivos. Uma instância elege ou indica os membros de outra instância em nível superior. A porta de entrada nesse processo, geralmente, são os núcleos de base de um acampamento ou de um assentamento (FERNANDES, 2004, p. 282).

Os setores de atividades são responsáveis pela elaboração de projetos de desenvolvimento territorial. Na elaboração de projetos, existem os coletivos, que são formados por membros de vários setores (educação, cultura, etc.). As organizações convencionais transversais são exatamente essas formas de interação que articulam as ações dos setores (FERNANDES, 2004).

De acordo com Stédile (2005), o MST possui um programa de reforma agrária, que também é conhecido como a estratégia do Movimento e cada localidade possui liberdade de atuação no que se refere às linhas políticas ou táticas utilizadas na luta pela realização do programa (STEDILE; FERNANDES, 2005). Com esse programa, o MST se tornou o maior protagonista da luta pela terra no país no último período, tendo hegemonizado as lutas no campo. Nesse sentido, ainda que utilize diferentes táticas, de acordo com a localidade, a estratégia orienta a luta, e isso viabiliza a compreensão da atuação do Movimento. Nessa perspectiva, analisar-se-á a realidade do Município de Petrolina-PE.

3 A EXPANSÃO DO CAPITAL E O MST EM PETROLINA-PE

O Brasil foi (e ainda é) analisado, por alguns teóricos, pelo dualismo do “atraso” e da “modernidade”. Segundo Frank (1985), a leitura dual da formação social brasileira afirma que a sociedade é composta por dois setores bastante independentes. “Um é moderno, porque percorreu um caminho mais ou menos independente e é capitalista; o outro, o setor agrário, atrasa seu próprio progresso e o do setor moderno, porque continua sendo feudal” (FRANK, 1985, p. 56). As relações de produção não capitalistas como arrendamento, parceria, e outras, eram (e ainda são) tidas (por alguns grupos) como relações feudais. Desse modo, no Brasil, a região Nordeste é considerada feudal, enquanto o Sul e o Sudeste são capitalistas.

Conforme o autor, existia uma notável similaridade, no essencial, entre as análises burguesas e as análises da maioria dos intelectuais dos Partidos Comunistas da América Latina.

Segundo o critério burguês ocidental, a agricultura latino-americana é feudal. E é esta estrutura feudal que impede seu desenvolvimento econômico. Em consequência, a solução proposta, seguindo o exemplo ocidental, consiste em destruir o feudalismo e pôr em seu lugar o capitalismo (FRANK, 1985, p. 35).

O “desenvolvimento” e o “subdesenvolvimento” foram vistos como fenômenos independentes, causados pelo capitalismo e pelo feudalismo, respectivamente (FRANK, 1985). Partilhavam dessa análise, especialmente militantes do PCB e intelectuais vinculados à Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL)²⁶. Esse discurso foi difundido, por meio do Estado, para viabilizar a expansão e a acumulação do capital, ressaltando a necessidade do “progresso” pautado na superação do “arcaico”, do “atrasado” em virtude do “novo”, do “moderno”, das relações de produção capitalistas. Dessa forma, o Estado desencadeou uma série de políticas públicas, redefinindo relações sociais de produção, sobretudo no campo.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, por exemplo, no contexto da reestruturação produtiva do capital - que atinge fortemente os países considerados “subdesenvolvidos”, destacando-se na América Latina, particularmente, o Brasil - a atuação do Estado, mediante o

²⁶ Criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Destacando-se entre seus intelectuais o economista Celso Furtado, Maria Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello (DEMIER, 2007).

empreendimento desse discurso, garantiu acumulação e a reprodução do capital (SOUSA, 2009). Essa reestruturação produtiva é imposta, com o disfarce de alternativa na medida em que a condição de “subdesenvolvimento” era considerada uma etapa a ser superada na caminhada em direção ao “desenvolvimento” (SOUSA, 2009).

O Brasil não poderia (e não pode) se caracterizar pelo dualismo do “desenvolvimento” e do “subdesenvolvimento”, do “atraso” e da “modernidade”, mas pela forma particular de manifestação do capitalismo em sua fase mais desenvolvida: o imperialismo (IASI, 2007). Ou seja, na totalidade das relações capitalistas mundiais.

Uma grande contribuição, para compreender essa relação, é a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, segundo Trotsky.

Ao analisar a história da revolução Russa, Trotsky (2007), procurando entender como um país considerado atrasado foi o primeiro a realizar uma revolução com o proletariado no poder, o autor não vai simplesmente reunir um amontoado de fatos, mas vai procurar entender as suas leis, as suas determinações. Diferente de Lênin, que analisa o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, pelas contradições internas, Trotsky analisava a inserção da economia russa no sistema capitalista (LOWY, 2000). Trotsky (2007) ressaltava que a Rússia encontrava-se encravada entre a Europa e a Ásia, não apenas do ponto de vista da localização, mas social e histórico.

Diferenciava-se da Europa ocidental, mas sem confundir-se com o Oriente asiático, embora se aproximando de um ou outro continente em distintos momentos de sua história, em um ou outro aspecto. No oriente, impôs-se o jogo tártaro, elemento importantíssimo na formação e estrutura do Estado russo. O ocidente era um inimigo muito mais temível, mas ao mesmo tempo era um mestre. A Rússia não podia assimilar as formas do Oriente, obrigada como estava a se acomodar constantemente a pressão econômica e militar do Ocidente (TROTSKY, 2007, p. 20).

Para Trotsky (2007), os países atrasados assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Mas isso não significa que sigam servilmente, reproduzindo todas as etapas. O autor considera, como exemplo, o caso do proletariado na Rússia, que não foi se formando gradualmente ao longo dos séculos, arrastando atrás de si o peso do passado, como na Inglaterra, mas aos saltos, por uma transformação súbita das condições de vida, das relações sociais, rompendo bruscamente com o passado. Segundo Trotsky (2007), o capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalidade e permanência na evolução da humanidade. “Com isto se exclui já a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas distintas nações. Obrigado a seguir os países avançados, o

país atrasado não ajusta seu desenvolvimento ao encadeamento das etapas sucessivas” (TROTSKY, 2007, p. 20). Os países historicamente atrasados são praticamente obrigados a assimilar os aspectos dos países avançados, antes do prazo previsto, saltando etapas intermediárias.

“O desenvolvimento de uma nação atrasada induz, forçosamente, que se confundam nela, de uma maneira característica, as distintas fases do processo histórico, aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo e combinado” (TROTSKY, 2007, p.21).

Açotados pelo chicote das necessidades materiais, como fala Trotsky (2007), os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos. Dessa lei do desenvolvimento desigual, deriva outra que se chama de desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas (TROTSKY, 2007).

Ao utilizar a teoria de Trotsky, Francisco de Oliveira (2011) conclui que a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação mundial, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado para os fins de expansão do próprio novo.

Para Francisco Oliveira (2011), a tese do setor atrasado que impõe-se como obstáculo ao desenvolvimento, e a do setor moderno não encontrava sustentação histórica, pelo fato da economia brasileira ter experimentado uma taxa secular de crescimento desde o século XIX. Além disso, segundo o autor, “os estudos sobre o café mostraram que o modo inicial de sua expansão utilizou a agricultura de subsistência dos colonos, intercalada com o café, para prover-lhes o sustento, o que depois era incorporado pela cultura do café” (OLIVEIRA, 2011, p. 129).

De acordo com Francisco Oliveira (2011), o surgimento do moderno sistema bancário brasileiro, que teve em Minas um de seus principais pontos de emergência, mostrava essa relação entre as formas de subsistência e o setor mais avançado do capital. Conforme o autor, as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho, principalmente nas cidades, o que facilitava a acumulação de capital industrial, quanto produziam um excedente não reinvertível em si mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana. “Esse conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da

força de trabalho nas cidades constituía o fulcro do processo de expansão capitalista” (OLIVEIRA, 2011, p. 130).

É interessante observar que os estudos sobre a expansão das relações capitalistas de produção no submédio do Vale do São Francisco, especificamente no Município de Petrolina-PE, realizados por autores, como Manuel Correia de Andrade (1983), Ronald Chilcote (1991), Didier Bloch (1996), Suzane Tosta Souza (2007), Raimunda Áurea Dias de Sousa (2013) têm demonstrado, apesar das particularidades, bastante semelhança com o processo que aconteceu na maior parte do território brasileiro: viabilizada a partir da integração subordinada do Estado à ordem imperialista e em aliança pactuada entre a classe dominante e o imperialismo.

Andrade (1983) avalia que podemos admitir uma tentativa de periodização para o processo de formação social. Um primeiro período, que compreende o período da ocupação e da apropriação das terras por fazendeiros e entradistas vindos da Bahia e de Pernambuco, que teria se estendido desde fins do século XVI até meados do século XIX. Nesse período, Petrolina era mais conhecida como a Passagem do Juazeiro e começou a crescer a partir de 1858, quando foi construída uma capela, passando à sede de freguesia em 1862.

O segundo período compreende a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, em que a abertura de comunicações mais eficientes com estradas de ferro e de rodagem, de terra, construídas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a partir da seca de 1932 – dinamizou a região, incentivando as atividades das culturas de algodão e mamona e intensificando a comercialização de couros e peles. Nesse período, Petrolina se destacava como um centro de comercialização tanto do algodão em pluma como de sementes de mamona, de gengibre e de outros produtos oleaginosos, “permitindo a implantação aí de uma indústria de óleos e sabões de certa expressão assim como uma indústria têxtil” (ANDRADE, 1983, p. 28).

E, por último, um terceiro período posterior a 1945, ao término da Segunda Guerra Mundial, quando, segundo o autor, o planejamento governamental atuou fortemente na região, procurando desenvolver a produção de energia, a agricultura irrigada e a industrialização. Portanto, a fase de plena expansão do capital, entre o Pós-Segunda Guerra Mundial e a década de 70 do século XX, contribuiu, significativamente, para a configuração da realidade atual do mundo do trabalho, evidenciada no campo no Submédio do Vale São Francisco, especificamente no Município de Petrolina-PE.

Chilcote (1991) explica que, diferente do Município de Juazeiro-BA, que era dirigido por uma burocracia paternalista, a competição pelo controle dessa burocracia tornou-o dependente do mundo exterior, fazendo com que o capital local tivesse dificuldade de

sobreviver com recursos limitados; Petrolina-PE era dirigida patriarcalmente, e a concentração de poder, econômico e político, na família Coelho²⁷, viabilizou a acumulação de capital diferenciada, com sua integração nacional e internacional. A concentração de poder nessa família e sua forte articulação nacional e internacional viabilizou a expansão do capital.

A notícia veiculada no jornal Diário de Pernambuco, em 13 de junho de 1972, evidencia essa realidade de aliança entre a classe dominante e o imperialismo:

Começam os investidores privados a vir para a região, inicialmente prospectando. A viagem de Rockefeller, a experiência dos Sampaio Ferraz, as uvas de Molina, a cebola dos barranqueiros-agricultores, o pioneirismo dos Coelhos... São indicações positivas de que o “Vale é um bom negócio”... Em Petrolina, ao lado do império schumpeteriano dos Coelhos... começam a instalar-se outros investidores... o ex-governador de Pernambuco, líder varão natural do clã, é quem recebe, acolhe e orienta os investidores, quase todos seus amigos: do Sul, do Nordeste, do exterior. Rockefeller manda-lhe cartas postais. Pignatari amola na casa colonial de D. Josefa Coelho, quando desce de seu avião executivo da Heinz – o grande complexo agroindustrial da Califórnia – escreve-lhe pedindo informações sobre as terras... Além dos “big shots” da indústria nacional e também do exterior... Nilo Coelho mantém-se em contacto quase frequente com Robert McNamara, presidente do Banco Mundial... As agroindústrias começam a aparecer... Os Simonsen implantam no lado baiano o grande projeto de alfena para a produção de alfafa... Gustavo Colaço... começa os experimentos com variedades nacionais e estrangeiras de cana-de-açúcar... Heinz, da Califórnia, quer plantar tomates e industrializá-los, pretende atender ao mercado interno,... e exportar... Pizzamiglio, comerciante em São Paulo, instala “plantations” de uva e tomate; os japoneses do Paraná estão em hortifrutigranjeiros; o grupo Bentonite, que já está em Campina Grande... quer também partir para a produção de óleos essenciais; os Pasquale Hermanos estão em hortifrutigranjeiros; Prado Franco prospecta a produção de açúcar, também do lado baiano (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1972, apud CHILCOTE, 1991, p. 1).

O caminho escolhido pela classe dominante para promover o avanço do capital foi utilizar, prioritariamente, a força de trabalho assalariada, mediante o controle das terras e das águas do rio São Francisco.

Diante de tal fato, a participação do Estado foi fundamental para implantar uma série de políticas públicas, construindo uma estrutura e possibilitando a apropriação do espaço pelo

²⁷ Principal família da classe dominante local, cujos membros têm se revezado, durante muitos anos, em diferentes esferas de poder do Estado, numa postura que envolve a administração direta do capital e a gestão do Estado (SOUZA, 2007). A família Coelho consolidou seu domínio no Município, principalmente durante a ditadura empresarial-militar, quando o General Humberto de Alencar Castelo Branco indicou Nilo de Sousa Coelho para governador do estado de Pernambuco, para o quadriênio 1967-1971, de modo que os membros dessa família têm se revezado em diferentes esferas do parlamento burguês durante muitos anos, passando a dominar o comércio local em vários setores: construtoras, imobiliárias, concessionárias, transportes, e outros.

capital, principalmente por meio da territorialização de grandes empresas agrícolas, alterando as relações sociais de trabalho, sobretudo no campo (SOUSA, 2009).

Nessa perspectiva, instituições foram criadas, como a Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), em 1945, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em 1973, a atual CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), que atua desde 1948²⁸. Foi construída a ponte Presidente Dutra (para viabilizar o escoamento da produção), a barragem de Sobradinho/BA (para gerar energia e controlar o fluxo de água da mesma a Paulo Afonso), em 1974, e os Perímetros Irrigados na década de 1980.

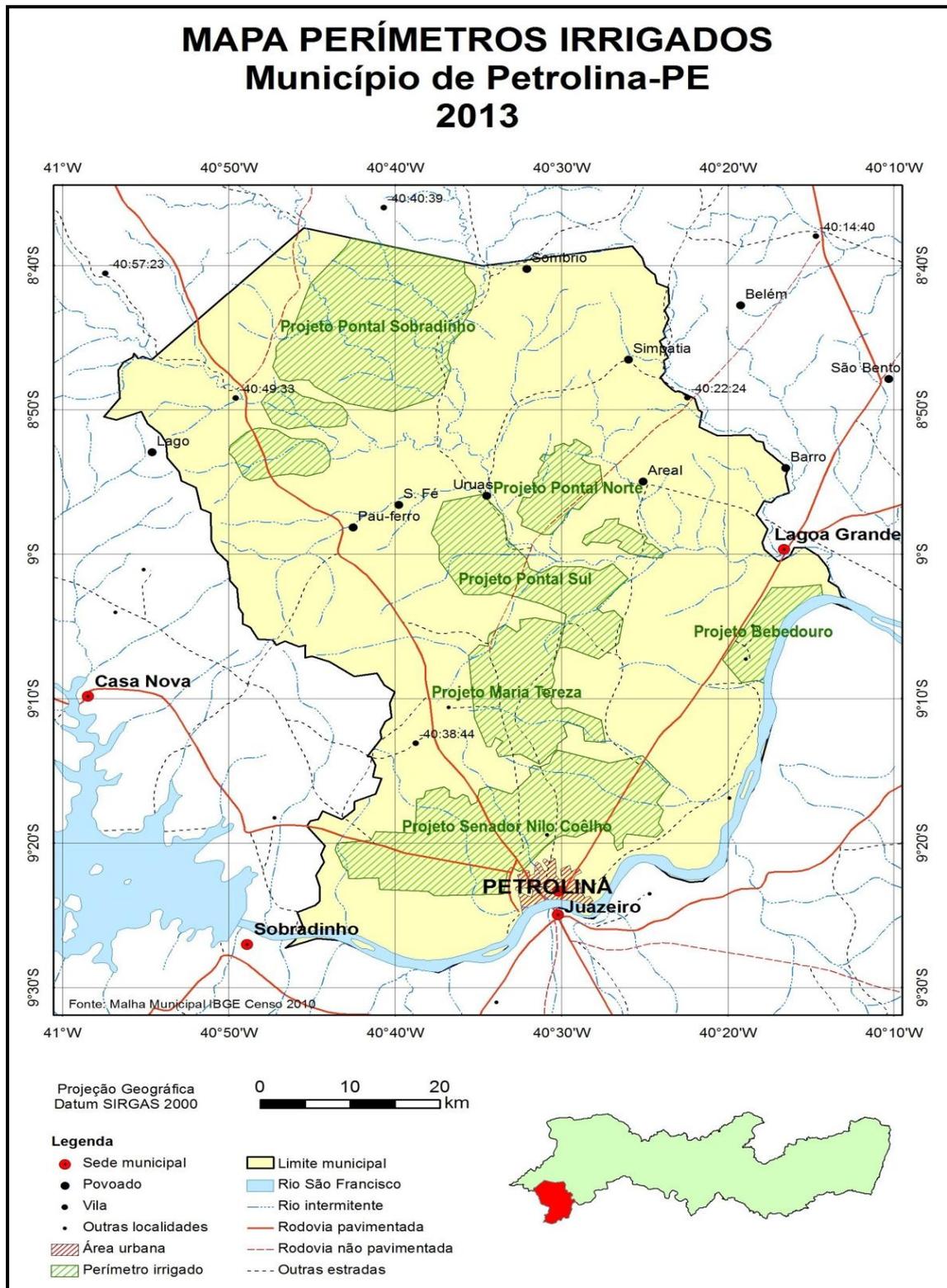
A construção da hidrelétrica de Sobradinho expropriou uma população de aproximadamente 12.000 famílias ou 72.000 habitantes na região, inundando quatro cidades (Casa Nova, Remanso, Santo Sé e Pilão Arcado), que foram relocadas. Até o momento, essas famílias não foram indenizadas.

No município de Petrolina-PE, foram criados quatro projetos de irrigação: Projeto Pontal Sobradinho, Projeto Pontal (incluindo a parte Norte em fase inicial e a parte Sul, que se encontra concluída), Bebedouro e Senador Nilo Coelho²⁹ (incluindo sua extensão, mais conhecido como projeto Maria Tereza) – como pode ser observado na FIGURA 02, na página 82. Os dois últimos em pleno funcionamento tornaram-se perímetros. Os perímetros irrigados expropriaram por meio de exigência do título da propriedade ou escrituras das terras, que muitos não possuíam; e pelos critérios estabelecidos pela CODEVASF.

²⁸ A CODEVASF foi reestruturada no ano 2000 para substituir a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), criada em 1967 (que por sua vez, substituiu a Comissão do Vale do São Francisco – CVSF – criada em 1948). E tem o objetivo de mobilizar investimentos públicos para a construção de obras de infraestrutura, particularmente para a implantação de projetos de irrigação (SOUSA, 2007).

²⁹ Esse perímetro foi criado em 1983. Inicialmente, foi chamado de Perímetro Massangano e, em seguida, recebeu o nome de Senador Nilo Coelho, pelo fato da morte do político e membro da classe dominante de mesmo nome (SOUSA, 2006).

FIGURA 02: Mapa dos Projetos/Perímetros Irrigados de Petrolina



Fonte: SILVA FILHO, P.P/2013, apud, SOUSA; Raimunda Áurea Dias de. 2013, p. 40.

Segundo Sousa (2006), com a criação do perímetro Senador Nilo Colho, a área foi loteada para ser entregue aos agricultores que atendessem aos critérios estabelecidos pela CODEVASF: a) ter aptidão para técnicas mais sofisticada; b) ter algum tipo de experiência

com irrigação; c) possuir algum capital para iniciar as atividades agrícolas. Esses critérios contrariavam a Lei nº 8.629 de 1993, que assegurava preferência para a população na qual se situava a sede do imóvel; aos que trabalham no imóvel desapropriado, como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários; aos que agricultores cujas propriedades sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e de sua família, entre outros.

Ao garantir a preferência para aqueles que tinham aptidão para técnicas mais sofisticadas ou já experiência com irrigação, e que possuíam algum capital para iniciar a atividade agrícola, o trabalhador camponês que já habitava a área do perímetro, que deveria ter prioridade na aquisição dos lotes, não correspondia aos critérios de cunho capitalista. Nesse sentido, muitos não foram contemplados e outros, que nem habitavam a área, foram beneficiados. A prioridade, portanto, passa a ser para empresas e não para os trabalhadores (SOUSA, 2006).

É preciso ressaltar que o agricultor camponês persiste inclusive no Perímetro Senador Nilo Coelho, onde mantém um lote de 6ha, com muitas dificuldades financeiras para assegurar o sustento da família, cobrir as despesas, como a energia e empréstimos bancários, uma vez que o governo financia um tipo específico de cultura, a exemplo do coco, que teve uma queda de preço no mercado, obrigando os agricultores a eliminar essa cultura e plantar outra no lugar, sem conseguir saldar o empréstimo com o Banco. Está presente ainda, nas relações não capitalistas, como: rendeiro, posseiro, parceiro, ou praticam o assalariamento como um trabalho acessório³⁰ (SOUSA, 2006).

Em Petrolina, também, ocorreu o processo de modernização conservadora e permanecem lógicas patrimonialistas e fisiológicas das elites, pois:

As modificações econômicas, (...) que se processa com grandes incentivos e planejamento governamental (...) foram feitas de tal forma que não abalaram o poder político e econômico do latifúndio. Houve (...) uma espécie de composição entre os agentes modernizadores interessados na implantação das indústrias de produção de energia, na agricultura comercial irrigada, no comércio e nos serviços e as velhas lideranças sertanejas que se beneficiaram da modernização, preservadora das estruturas tradicionais. A modernização (...) é feita assim à revelia das classes dominadas (ANDRADE, 1983, p. 46).

³⁰ O trabalho acessório é um dos elementos da produção camponesa. Através dele o camponês pode transformar-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, e essa transformação constitui uma fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades (OLIVEIRA, 2001).

A implantação da agricultura irrigada ocorreu mediante a apresentação de discursos ideológicos de “desenvolvimento”, “Califórnia brasileira”, “sertão que virou pomar” (SOUZA, 2007) - cuja principal expressão é a atividade da fruticultura irrigada. Essa política deu ao Município de Petrolina status de um dos mais importantes polos do agronegócio no circuito do capitalismo, evidenciado, principalmente, na média de 90% das exportações brasileiras de manga e uva (SOUZA, 2011), no crescimento econômico anual de 4,5% (FIEPE; 2010) e no produto interno bruto de 2.178,549 mil de reais (IBGE, 2010).

Nesse sentido, todo o processo de reestruturação produtiva, com a territorialização e a concentração do capital no Município, promoveu a expropriação camponesa da terra, impulsionou a mobilidade do trabalho, formando uma superpopulação relativa na cidade (ou seja, reuniu um contingente de força de trabalho muito além das necessidades do capital), quase que quadruplicando o número de habitantes - que era de 74.671 em 1980 (ANDRADE, 1982) e passou a ser de 293.962 (IBGE, 2010) - em três décadas. Desses, 219.215 habitantes residem na cidade (IBGE, 2010).

A criação dos perímetros irrigados, pelo Estado, permitiu que grandes empresas se apropriassem das terras e das águas do rio São Francisco. Atualmente, as empresas do agronegócio, no ramo da fruticultura irrigada, empregam muitos trabalhadores anualmente e possuem grandes oportunidades no mercado internacional.

Nesse contexto, a agricultura irrigada, pela óptica do agronegócio, com a prioridade de produzir para exportar, é um empreendimento bem sucedido. Isso pode ser constatado de acordo com os dados obtidos por meio da Associação dos Produtores Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco - VALEXPORT³¹ (2010): com 120 mil hectares irrigados, o Submédio do Vale do São Francisco conta com 25.630 hectares plantados de manga, produzindo cerca de 508.200 toneladas por ano e comercializando no mercado externo em torno de 92.628 toneladas, o equivalente a 84% das exportações brasileiras da fruta. Já os parreirais de uva cobrem 13.310 hectares, produzindo cerca de 265.430 toneladas por ano, das quais 54.476 toneladas vão para o exterior e respondem por 99% das exportações brasileiras de uvas.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sobre a flutuação do emprego formal, em Petrolina, entre janeiro e dezembro de 2013, foram admitidos, na agropecuária, cerca de 18.662 trabalhadores. E foram demitidos 18.495

³¹ Criada em 1988 a partir da necessidade de maior organização, cooperação e fortalecimento dos empresários do agronegócio no Vale do São Francisco, a VALEXPORT tem o objetivo de representar o empresariado hortifrutigranjeiro de forma institucional.

trabalhadores. Nos dados da Associação dos Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (VALEXPORT), a atividade da fruticultura irrigada no submédio São Francisco gera em média 2,0 empregos por hectare irrigado, sendo um total de 240.000 empregos diretos. Contudo, esses dados mostram a alta rotatividade e a precarização do trabalho no Município, com a maior parte dos empregos sendo temporários.

Apenas para exemplificar, uma das empresas, que atua na região é a Grupo Queiroz Galvão³², mais conhecida como fazenda Timbaúba Agrícola. A mesma, territorializou-se no ano de 1989, nas proximidades do perímetro de irrigação Senador Nilo Coelho, possui 2000ha e é considerada uma das mais bem sucedidas empresas do agronegócio. Emprega muitos trabalhadores anualmente e tem uma grande participação no mercado internacional. A empresa comercializa basicamente manga e uva, exporta em torno de 85% a 90% da produção, o equivalente a aproximadamente 15milhões de kg de uva e 8milhões de kg de manga, principalmente, para os Estados Unidos e países da Europa, onde se encontra suas empresas: na Filadélfia (Estados Unidos da América) e em Rotterdam (Países Baixos - Europa). O que fica para o mercado interno é apenas refugo (SOUSA, 2011).

A empresa Queiroz Galvão possui cerca de 2000ha, mas são utilizados apenas 820ha, sendo 360ha de manga e 460ha de uva, com produtividade de aproximadamente 25 e 30 toneladas por hectare, respectivamente. Embora a empresa tenha adotado a política de colher apenas uma safra anual (normalmente, as empresas colhem duas safras por ano), o clima semiárido juntamente com a irrigação (além de fertilizantes) aumenta a produção e a alta produtividade, e tudo o que é produzido, na empresa, destina-se ao mercado externo (SOUSA, 2011).

A primeira propaganda, que se mostra incompatível com a realidade, é a da geração de emprego, contrariada pelo próprio desemprego e pela dificuldade de consegui-lo. Portanto, há falta de opção, o que evidencia a dura realidade dos trabalhadores, pois o trabalho não é aquele da realização, da satisfação, e sim da desrealização, da alienação, um fardo, de modo que o que é produzido é estranho em suas mãos.

Apesar de a principal atividade econômica está localizada no campo, e o assalariamento ser uma realidade em expansão na região (dada a intensificação das expropriações), principalmente, o fato de as mais modernas técnicas e tecnologias de produção estarem inseridas no latifúndio, além de não gerar empregos para todos, a maior

³² Um conglomerado, que atua em vários países e em diferentes setores como a construção civil, naval, mercado imobiliário, siderurgia, extração de petróleo e gás, fornecimento de energia elétrica, engenharia ambiental, etc.

parte dos empregos gerados são temporários (de diarista e/ou de safrista), como na Queiroz Galvão, que possui cerca de 1.200 trabalhadores fixos e, aproximadamente, 5.000 trabalhadores no período de safra (SOUSA, 2011).

Ao lado das mais modernas técnicas e tecnologias de produção, estão as terríveis condições de trabalho, de tal modo que os investimentos no setor, realizados com o intuito de aumentar a produtividade do trabalho, reduzir os custos de produção e aumentar as taxas de lucro, não diminuem a longa jornada de trabalho, que, normalmente, é de 44 horas semanais. Essa longa jornada de trabalho tende a alterar-se, principalmente em períodos de safra, com hora extra e trabalho aos sábados e domingos.

O que se procura esconder é a dura realidade imposta aos trabalhadores, que vai além da riqueza facilitada pelas águas do rio São Francisco em terras semiáridas. Esconde a humilhação de quem trabalha, que deixa sua família para, na madrugada, ir a determinados pontos do Município esperar um ônibus para iniciar o fardo, isso quando é contratado em períodos de safra, porque, fora desse ciclo, prevalece a incerteza, que significa ir todos os dias arriscar as diárias nas empresas do agronegócio (SOUSA, 2010).

Todavia, é importante ressaltar que, ao avançar sobre o campo, o capital promove não só a expropriação, a mobilidade e a exploração da força de trabalho, mas também a luta pela terra, pois parte dos trabalhadores expropriados e explorados pela ação do capital, abre o processo de luta, ocupando e montando acampamentos para reivindicar a terra. A luta do camponês, no Brasil, nunca foi para manter relações feudais de produção, inclusive porque nem houve feudalismo no Brasil - além do fato de, segundo Martins (1995), o camponês, no Brasil, lutar para entrar na terra, conforme analisado no capítulo 2. Essa luta se choca com a ordem capitalista em curso.

A expansão das relações de produção capitalista, no Submédio São Francisco, tem promovido vários conflitos, assim como o surgimento de organizações da classe trabalhadora, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é considerado um dos mais importantes Movimentos de luta pela terra no país, inclusive de reconhecimento internacional.

O MST se organizou no Município de Petrolina no ano de 1995. Segundo uma liderança da coordenação regional do Movimento, quando os projetos de irrigação estavam recebendo muitos trabalhadores na região. O entrevistado explica que, principalmente no Município de Santa Maria da Boa Vista, próximo de Petrolina, muitas fazendas, que hoje são assentamentos, estavam passando por um processo de abandono, falência, sem produzir e havia muitos trabalhadores que queriam a terra para trabalhar e muitos que estavam servindo

apenas de mão de obra, e esses trabalhadores precisavam ser organizados. Além disso, o próprio Movimento, o MST, precisava se consolidar, na região, uma vez que se encontrava organizado, principalmente em Caruaru, no agreste do estado de Pernambuco. Nesse contexto, foi realizado um grande trabalho de base em Petrolina, Santa Maria da Boa vista, Orocó, Cabrobó, etc. Foram realizadas várias reuniões nos núcleos, nos projetos de irrigação, com os trabalhadores.

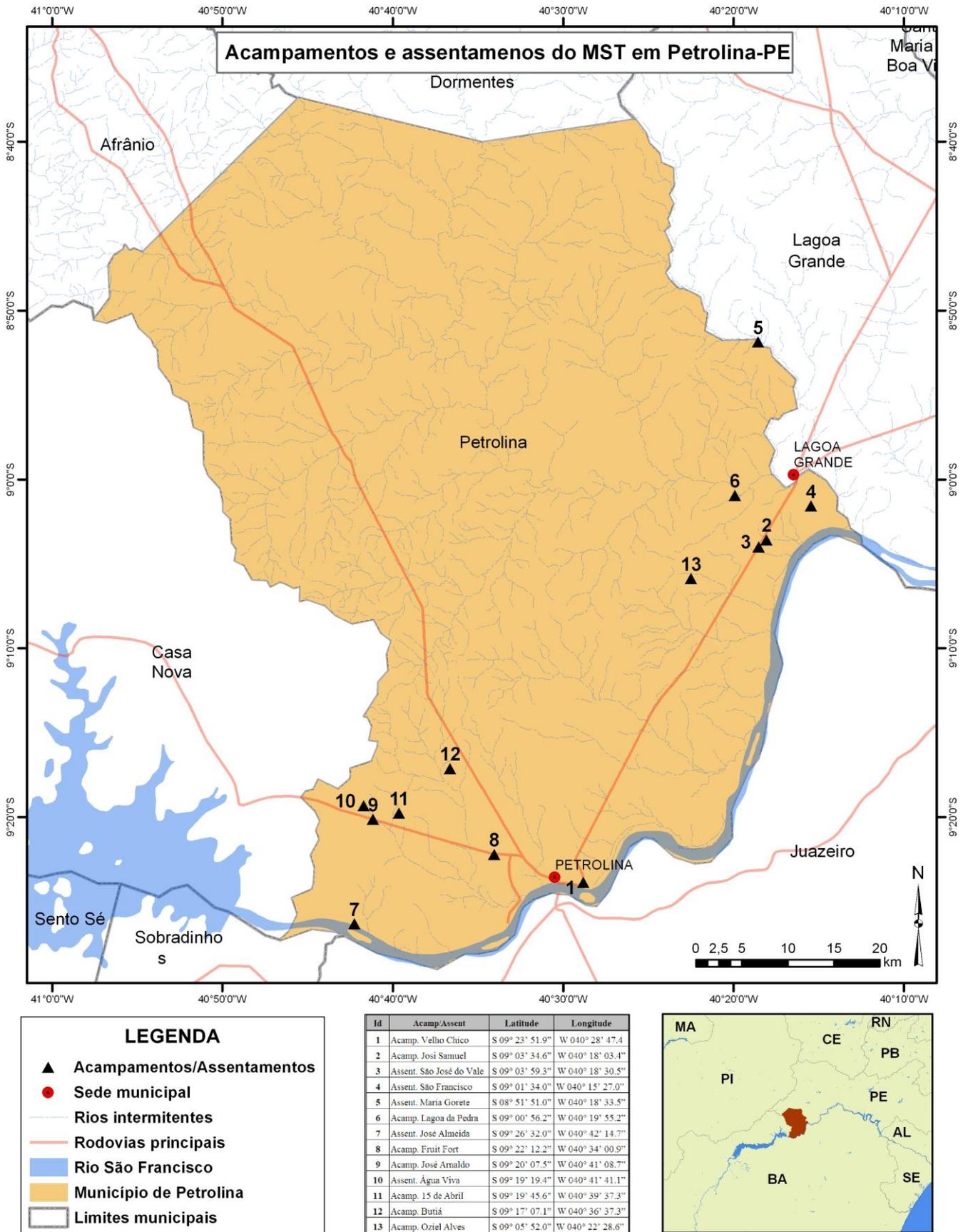
De acordo com essa liderança do MST, foi um momento em que o Movimento não teve dúvidas de que o Vale era uma região importante para atuar e se consolidar. Nesse sentido, no ano de 1995, o MST decidiu ocupar uma das maiores empresas da região, que era a fazenda Safra, em Santa Maria da Boa Vista, com aproximadamente 2.500 famílias. A ocupação foi em Santa Maria da Boa Vista, mas havia famílias de vários lugares e como eram muitas famílias, e o assentamento suportava apenas 220 famílias, as demais famílias seguiram ocupando outras fazendas como a Varig, que pertencia à empresa de aviação, e que hoje é o assentamento Vitória, com mais de 200 famílias assentadas. Depois, a fazenda Aquários, com mais de 100 famílias assentadas, e, a partir daí, o MST foi se consolidando na região, com muito enfrentamento ao latifúndio e muita resistência por parte dos fazendeiros.

Atualmente, o MST, em Petrolina, possui um total de 721 famílias assentadas e acampadas (na página 89, encontra-se o FIGURA 03, que mostra a localização dos acampamentos e assentamentos do MST em Petrolina). São 5 assentamentos, com um total de 421 famílias assentadas. São eles (os assentamentos): *São José do Vale*, com 36 famílias; *Santa Maria* (mais conhecido pelo MST como *Maria Gorete*), com 35 famílias; *São Francisco*, com 60 famílias; *Água Viva*, com 190 famílias; organizado em duas vilas, *Água Viva I*, com 97 famílias, e *Água Viva II*, com 93 famílias; *José Almeida*, com 100 famílias.

O Movimento ainda possui 7 acampamentos, com 300 famílias acampadas. Eram 8 acampamentos, que contavam com 715 famílias acampadas, até 2011, mas esse número de famílias reduziu bastante, no período de realização da presente pesquisa. Isso acontece porque, devido à manutenção prolongada em condições extremamente degradantes, a espera da legalização da terra como assentamento e as ordens de despejos, muitas famílias acabam procurando outras alternativas, como emprego nas empresas do agronegócio e uma casa para alugar em outro local. Alternativas desse tipo tornam-se penas momentâneas, pois, pela dinâmica do próprio capital (de empregos temporários, de investir em capital constante, etc.), a tendência é ficarem desempregadas novamente e voltarem a ocupar a terra.

As 300 famílias acampadas estão nos acampamentos: *José Arnaldo*, com 75 famílias; *Velho Chico*, com 20 famílias; *Josi Samuel*, com 25 famílias; *Oziel Alves*, com 70 famílias; *Lagoa da Pedra*, com 35 famílias; *Butiá*, com 30 famílias; *15 de Abril*, com 45 famílias.

FIGURA 03: Mapa de Localização dos Assentamentos e Acampamentos do MST em Petrolina



Fonte: SANTOS, Nielton Gonçalo Nunes dos. 2013.

I) ASSENTAMENTOS:

A) Assentamento São José do Vale

FIGURA 04: Foto do Assentamento São José do Vale



Fonte: SOUSA, Ronilson Barboza de. 2013.

O Assentamento *São José do Vale* localiza-se nas proximidades de Izacolândia, distrito de Petrolina. Começou como acampamento em 1996 e, em 1998, como assentamento. O assentamento está organizado com 36 famílias, sendo 9ha por família (3ha é área de sequeiro e 6ha é irrigado).

A área era improdutiva³³ e controlada pela empresa Sanrisil. Atualmente, produz uva, pinha, manga, cebola, feijão e outros, sendo considerado um dos assentamentos que mais produz. Produzem com créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além de outros financiamentos e assistência técnica da empresa Delta Projetos Agropecuários³⁴. A produção nesse assentamento acontece de maneira individual, cada família possui a sua produção. Algumas famílias comercializam a produção nas feiras da região, outras comercializam com atravessadores, e um dos assentados já conseguiu até

³³ Os trabalhadores utilizam o termo “improdutivo”, para dizer que não está produzindo ou que está produzindo apenas em uma pequena parte da área.

³⁴ Empresa contratada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Médio São Francisco, para assistir aos assentamentos, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

exportar para os Estados Unidos e para a Europa. Esse último assentado possui certificação da empresa de certificações Plantéc. Exportou durante 8 anos. Iniciou comercializando no mercado internacional, depois avaliou que seria arriscado produzir para só em seguida comercializar e começou a comercializar com a empresa Argofrutas, acertando o preço antes mesmo de produzir. Isto é, começou a produzir consignado. Nos últimos dois anos, com a queda do valor da moeda dólar, avaliou que os rendimentos seriam melhores produzindo para o mercado interno, de modo que, atualmente, produz e comercializa com uma empresa distribuidora de alimentos, L.F. Comercialização. Esse assentado explica que conseguiu produzir e comercializar dessa forma devido aos cursos realizados, quando trabalhou na empresa Vale das Uvas, do Grupo Carrefour – atual Grupo Labrunier. Alguns assentados, além dos lotes, trabalham nas empresas do agronegócio.

Ao ser questionada, sobre a satisfação em relação à política de assentamentos, uma entrevistada respondeu:

- Precisa ser melhorada muita coisa ainda. Por exemplo, uma delas é que a produção seja de forma mais coletiva, por meio de cooperativa, porque dessa forma, com atravessador, muitas vezes, o trabalhador é quem acaba perdendo. Por exemplo, as escolas, o ensino fundamental ainda é muito pouco, só vem através de programa. Isso dificulta um pouquinho, mas eu acho que pior nós já estivemos.

A entrevistada ressaltou que a falta de companheirismo é um dos principais problemas enfrentados no assentamento:

- Falta de companheirismo mesmo, do pessoal. (...) Por exemplo, a produção, ela não tem uma organização, muitos deles ainda precisam de atravessadores. Acho que é mais no sentido da produção mesmo. O assentamento ainda não cresceu mais, por conta dessa falta de coletividade, e isso é um problema que é de todos os assentamentos. Quando eles estão acampados, eles são mais unidos, quando passa a ser assentamento parece que todo mundo quer trabalhar individualmente, aí se tona um pouco mais difícil.

As principais reivindicações desse assentamento são: Escola e Posto de Saúde, junto à prefeitura de Petrolina.

B) Assentamento Maria Gorete ou Santa Maria

FIGURA 05: Foto do Assentamento Maria Gorete (ou Santa Maria)



Fonte: SOUSA, Ronilson Barboza de. 2013.

O Assentamento *Santa Maria* (ou *Maria Gorete*) localiza-se próximo do Município de Lagoa Grande-PE. O Movimento ocupou essa terra, que era uma fazenda de criação de gado, de propriedade de um senhor chamado João Medeiros, porque a propriedade estava endividada com o governo federal. O acampamento começou no dia 4 de janeiro de 1995, passando a ser assentamento no ano de 1998. São 35 famílias e uma média de 31ha por família. Ressalta-se que a área era maior, mas o proprietário conseguiu recuperar parte da terra na justiça (o antigo proprietário ainda tenta recuperar a terra na justiça).

Esse assentamento está situado numa área de sequeiro, que é utilizada para agropecuária, com a criação de bovino, caprino, ovino. Cada família possui a sua criação e a comercializa individualmente. A comercialização normalmente é feita com atravessadores, que compram no próprio assentamento.

Os entrevistados afirmam que não estão satisfeitos com a política de assentamento e reclamam da ausência de condições para estudar, no assentamento, além da falta de segurança e de assistência médica. Destacam, ainda, que uma das principais reivindicações do assentamento é água encanada.

- Não só para beber, mas para irrigar, porque a nossa preocupação aqui é se não chover. Nos prometeram 1ha irrigado, pela Codevasf, e nunca cumpriram (informa um dos entrevistados).

C) Assentamento São Francisco

FIGURA 06: Foto do Assentamento São Francisco



Fonte: SOUSA, Ronilson Barboza de. 2013.

O Assentamento *São Francisco*, assim como o assentamento São José do Vale, também localiza-se nas proximidades do distrito de Izacolândia. Iniciou como acampamento no ano de 1995 e como assentamento no ano de 1999. São 60 famílias assentadas, numa área de 707ha, uma média de 6ha por família, sendo 1ha irrigado. A área não foi mais utilizada, pelo Movimento, porque foi demarcada para construção de uma estrada. No entanto, as obras dessa estrada ainda não começaram.

Ao ser questionado sobre os motivos da ocupação da terra, um dos entrevistados explica:

- Ocupamos essa terra, porque vivíamos trabalhando para os empresários. A gente tinha grande precisão, como ainda hoje, mas naquela época era pior, porque a gente trabalhava diretamente para os outros. A gente era mandado pelos latifundiários. A partir daí, a gente saiu de lá e viemos ocupar a terra do governo. Melhorou muito,

bastante coisa. A gente passou a trabalhar para a gente. A gente passou a mandar em nós mesmos.

A área era uma mata bruta, que pertencia à EMBRAPA. Atualmente, produzem, individualmente, manga, acerola, goiaba, maracujá, feijão e outros cultivos. Comercializam a produção com atravessadores do próprio assentamento e de outros lugares.

Quando questionado sobre a satisfação em relação à política de assentamentos, o entrevistado respondeu que:

- Não dá para a gente ficar satisfeito, porque a política do Município é quem enrola todos os programas do governo federal e estadual. Esses políticos, as lideranças do Município é que faz as enroladas. A gente tem conhecimento que, os recursos que é destinado para os Municípios não é aplicado. Eu acredito que, se tivesse como ter fiscalização dentro do Município, dos recursos, para que fossem aplicados bem direitinho, a coisa funcionava bem. Porque o governo federal, eu tenho certeza, eu tenho a minha consciência que o recurso sai de lá para os Municípios. Só que quando chega nos Municípios, a coisa desanda. A política está aí e eu não estou satisfeito, porque tem muita bagunça misturada aí. Entra políticos juntos, se alia com outros partidos só para defasar aquele outro partido, pelo menos o Partido dos Trabalhadores. Eu toda vida fui do lado dos trabalhadores. E eu desde o tempo de Lula para cá, eu nunca sai, nunca deixei de votar no Partido dos Trabalhadores. Mas tem outros políticos que se envolveram para dentro, para se aliar, para poder fazer as maracutaias no Partido. E a gente viu políticos saírem daqui para ficar dentro de Brasília, de Recife, para se aliarem, e hoje estão fazendo a divisão, para o direito de poder. Então, não estou satisfeito.

D) Assentamento Água Viva

FIGURA 07: Foto do Assentamento Água Viva

Fonte: SOUSA, Ronilson Barboza de. 2013.

Assentamento *Água Viva* - localizado próximo da Escola Agrotécnica de Petrolina, (atual Instituto Federal – IF – Sertão Pernambucano, Campus Zona Rural) na BR 235. Começou como acampamento em 17 de abril de 2000, e constituiu assentamento em 28 de julho de 2002. São duas vilas: Água Viva I e II. A vila Água Viva I conta com 97 famílias e Água Viva II com 93. A área é de 2.343ha. São cerca de 12ha por família, mas, segundo um assentado, no projeto do INCRA, apenas 3ha estão previstos para serem utilizados com irrigação.

A área era de 4.800ha e foi ocupada por ser improdutivo. O entrevistado afirmou que, produzindo não tinha 300ha, a maior parte com manga (essa produção acabou). Essas terras eram de um membro da classe dominante local, Diniz Cavalcanti. O Movimento reivindicava toda a área; no entanto, o proprietário conseguiu recuperar uma parte na justiça. Uma parte, 2.343ha, ficou com o MST, e a outra parte foi vendida para a Empresa Especial Fruit, do empresário Paulo Sueme.

Atualmente, não produzem nada nos lotes, pela ausência de condições, especialmente água, por meio de uma adutora. As famílias produzem no quintal de suas casas, sendo esse o principal problema enfrentado, e é esta a principal reivindicação do assentamento: água nos lotes. Segundo o entrevistado, o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) só autoriza a utilização

de recursos se tiver condições de produzir no lote, ou seja, se tiver água nos lotes. Assim, as famílias conseguem se sustentar da seguinte maneira:

- Muitos aqui vivem de trabalhar para os outros, como empregados. (...) Contrato de 90 dias, de 120 dias, 5 meses. Tem deles que fica efetivo. (...) Outros passam muita necessidade. Eu estou vivendo aqui com sustentação de bolsa família e um pouco do que eu retiro do meu muto(...). Alguns são aposentados, que moram aqui dentro. Os aposentados sustentam alguns.

E) Assentamento José Almeida

FIGURA 08: Foto do Assentamento José Almeida



Fonte: SOUSA, Ronilson Barboza de. 2013.

Assentamento *José Almeida* - localiza-se próximo do distrito da Tapera, em Petrolina. Reúne famílias que saíram do acampamento Lagoa da Pedra, do Pontal Sul³⁵ - onde ficaram de 2005 a 2011 - e José Arnaldo (70 famílias deste último). Neste ano, 2011, chegaram ao local na condição de assentados, do José Almeida. São 100 famílias assentadas. Era uma área improdutiva, controlada pela empresa Desenvolvimento Agrícola do Nordeste (DAN). No entanto, os trabalhadores já chegaram em 2011 como assentados.

³⁵ Acampamento que se localizava na parte sul do perímetro Pontal. Esse acampamento começou em 2007 e foi se esfacelando até ser completamente destruído, no ano de 2012, pela ação do capital.

O assentamento ainda está em processo de divisão em lotes. O tamanho total da área é de 1600 ha, que serão divididos entre as famílias. Planeja-se que cada família produza individualmente, em seu lote. Atualmente, não há produção, por falta de condições, pois, conforme o entrevistado desse assentamento não há recurso, financiamento, sendo essa uma das principais reivindicações. Além de que a terra não está dividida, não tem água, e até a energia é clandestina.

Quando questionado se está satisfeito com a política de assentamento, o entrevistado afirmou:

- Eu era para estar mais satisfeito, certo? Eu estou satisfeito, mas era para estar mais. Eu estaria satisfeito se cada um já estivesse no seu local. Se cada um estivesse dentro da sua terra para estar produzindo, eu estava mais satisfeito. Mas estou satisfeito com certeza, porque se não fosse isso hoje, eu não tinha nem um pedaço de terra.

Sem condições de produzir na terra, as famílias para se manterem:

- A família aqui tem que trabalhar fora. Quando acha serviço fora, aí trabalha. Quando não acha, aí tem que passar na solidão mesmo. (...) Tem gente aqui que ganha 70,00 reais por semana, não dá para sobreviver. (...) tem outros aqui que tem bolsa família, que é o que ainda ajuda. E muitos que nem tem.

II) ACAMPAMENTOS:

1) Acampamento José Arnaldo

FIGURA 09: Foto do Acampamento José Arnaldo



Fonte: SOUSA, Ronilson Barboza de. 2013.

O acampamento *José Arnaldo* localiza-se em frente à Escola Agrotécnica de Petrolina, à beira da estrada. Funciona como um ponto de apoio do Movimento, para famílias acampadas, em caso de despejo ou ocupação em locais, de difícil acesso, nas proximidades. Essa ocupação começou quando o MST reivindicava (e continua a reivindicar) uma área controlada pela Empresa DAN, que pertence ao Grupo Garziera, por motivos de débito da mesma com o governo federal e pelo fato de essa ser improdutiva. A terra foi ocupada em abril de 2011. A área é de aproximadamente 3.600ha. Uma parte já foi conquistada pelo MST, 1600ha, que hoje é o Assentamento José Almeida; na outra parte, os acampados sofreram ordem de despejo e fizeram nova ocupação em frente à Escola Agrotécnica de Petrolina-PE, em junho de 2011, originando o Acampamento *José Arnaldo*. Eram 1200 famílias, quando o Movimento ocupou. 70 ficaram no José Almeida, 100 famílias foram ocupar a empresa Fruit Fort, outras foram para os acampamentos Butiá e 15 de Abril, além de acampamentos em outros estados. Porém a maioria desistiu, de modo que, atualmente, nesse acampamento (José Arnaldo) resistem apenas 75 famílias. Desse total, 65 famílias continuam reivindicando a área da DAN, desde 2011, e 10 famílias ocuparam uma área controlada pela empresa *Fruit Fort*, próximo ao aeroporto de Petrolina.

A ocupação da *Fruit Fort* foi realizada, pela primeira vez, em 2010, com cerca de 100 famílias. A maioria das famílias também desistiu. As 10 famílias que restaram sofreram ordem de despejo e foram relocadas, pelo Movimento, para o acampamento José Arnaldo. A área foi ocupada por estar improdutiva e pelo fato de a Empresa possuir dívidas trabalhistas com os governos, municipal e federal.

Para se sustentarem, as famílias, que vivem no Acampamento José Arnaldo, trabalham fora e estão inscritas no programa bolsa família e “quando o governo manda alguma cesta-básica, dá uma ajuda, não dá para manter as famílias, mas dá uma ajuda, mas, só que, essa cesta-básica, quando vem, chega hoje, aí passa de 4 a 5 meses sem vir”, destaca o entrevistado.

2) Acampamento Velho Chico

FIGURA 10: Foto do Acampamento Velho Chico



Fonte: SOUSA, Ronilson Barboza de. 2013.

O acampamento *Velho Chico* encontra-se localizado próximo à EMBRAPA. A terra reivindicada pertence à CODEVASF, mas estava ocupada improdutivamente pela Empresa TAMBAÚ. Teve início em 2005 e conta atualmente com 20 famílias, que reivindicam uma área de 100ha.

O Movimento negociou uma bomba com a TAMBAÚ e já consegue produzir vários cultivos como feijão, mandioca, goiaba, melancia, cebola, melão e outras. Cada família tem a

sua própria produção. Normalmente, as famílias comercializam a produção nas feiras de Petrolina.

Os entrevistados estão insatisfeitos com a atual política de assentamento, sobretudo, pela demora e pela ausência de investimento na produção. A maioria das famílias não vive apenas com o que produzem no acampamento, são obrigadas a trabalhar fora, principalmente nas Empresas do agronegócio, como a Queiroz Galvão. Além disso, possuem dívidas e vivem em situação precária.

3) Acampamento Josi Samuel

FIGURA 11: Foto do Acampamento Josi Samuel



Fonte: SOUSA, Ronilson Barboza de. 2013.

O *Josi Samuel* é outro acampamento próximo à Embrapa. Teve início em 2006, quando o Movimento ocupou uma área bruta, terra improdutiva, cuja propriedade pertencia à família Coelho. São 25 famílias que reivindicam 167ha. Atualmente, o acampamento produz vários cultivos, como uva, maracujá, melancia, macaxeira, milho, feijão, pimentão, entre outras, com irrigação. Cada família produz por conta própria e comercializa de diferentes formas, seja levando para as feiras da região, seja vendendo para atravessadores. No entanto, para se sustentarem, as famílias contribuem entre si. Muitas famílias também trabalham fora, principalmente nas empresas do agronegócio.

Ao ser questionado sobre a satisfação em relação à política de assentamento, um dos entrevistados respondeu:

- Não estou satisfeito, porque, nós estamos com 7 anos aqui e, até agora, não foi resolvido nada.

4) Acampamento Oziel Alves

FIGURA 12: Foto do Acampamento Oziel Alves



Fonte: SOUSA, Ronilson Barboza de. 2013.

Oziel Alves, acampamento próximo ao Perímetro Pontal Sul, começou em 2007, quando o Movimento ocupou uma área improdutivo, apropriada pela fazenda Cachoeirinha. Os acampados reivindicam uma área de 300ha. O acampamento contava com 70 famílias, mas muitos desistiram, de modo que, atualmente, só possui 30 famílias. As famílias já produzem vários cultivos, maracujá, feijão, milho, banana, goiaba, e, algumas famílias, ainda produzem mamona e comercializam com atravessadores, que vendem para empresas de agrocombustível, ou comercializam com a EMBRAPA. Conseguem produzir, captando água, clandestinamente.

- A gente na beira de um canal desses, com um horror de água. (...)Eles soltam água por conta, valeta enorme. Então se eles lá podem, porque que a gente não? (Fala de um dos entrevistados).

Cada família organiza a sua produção e a comercializa individualmente, normalmente, nas feiras de Petrolina. Estão insatisfeitos com a política de assentamento, com a lentidão do processo de assentamento e a falta de condições para produzir.

Os entrevistados explicam que algumas famílias conseguem se sustentar trabalhando no próprio acampamento, com o dinheiro do programa bolsa família, mas a maioria das famílias possuem dívidas e trabalham fora, normalmente como diaristas nas empresas do agronegócio. Em muitos casos, as mulheres ficam no acampamento, e os homens trabalham fora.

Além da terra, os acampados reivindicam água e energia e ressaltam que enfrentam outros problemas, como escola de difícil acesso e a ausência de acompanhamento de saúde.

5) Acampamento Lagoa da Pedra

FIGURA 13: Foto do Acampamento Lagoa da Pedra



Fonte: SOUSA, Ronilson Barboza de. 2013.

O acampamento *Lagoa da Pedra* localiza-se nas proximidades do Distrito de Izacolândia. O acampamento iniciou em 2009, são 21 famílias, 11 delas saíram do acampamento Pontal Sul e vieram para esse acampamento, em 2012. Reivindicam uma área de 1600ha, que estava improdutiva. A terra pertencia a um proprietário chamado Elias da Pedra.

- Ocupamos, porque a gente precisa de terra para trabalhar, e como a terra estava desocupada, não tem produto nenhum na terra, estava improdutiva, então nós ocupamos (explica a entrevistada).

Atualmente, não produzem nada, mas a perspectiva é que cada família produza em seu lote. Sustentam a família com muita dificuldade, como afirma uma das entrevistadas. Ainda segundo ela:

- Quando acha um dia de serviço para trabalhar, a gente trabalha. E a cesta básica também já tem mais de três meses.

O acampamento recebeu a última cesta-básica em junho de 2013.

- É muita dificuldade. A gente enfrenta, porque tem vontade de possuir um pedaço de terra para trabalhar. Aí, a gente faz de tudo para enfrentar, mas é difícil (destaca a entrevistada).

Ao ser questionada se está satisfeita com a política de assentamento, a entrevistada responde:

- Não. Porque pelo tempo que a gente luta para trabalhar nessa terra, eu acho o governo muito desinteressado. Porque a vontade da gente é de trabalhar.

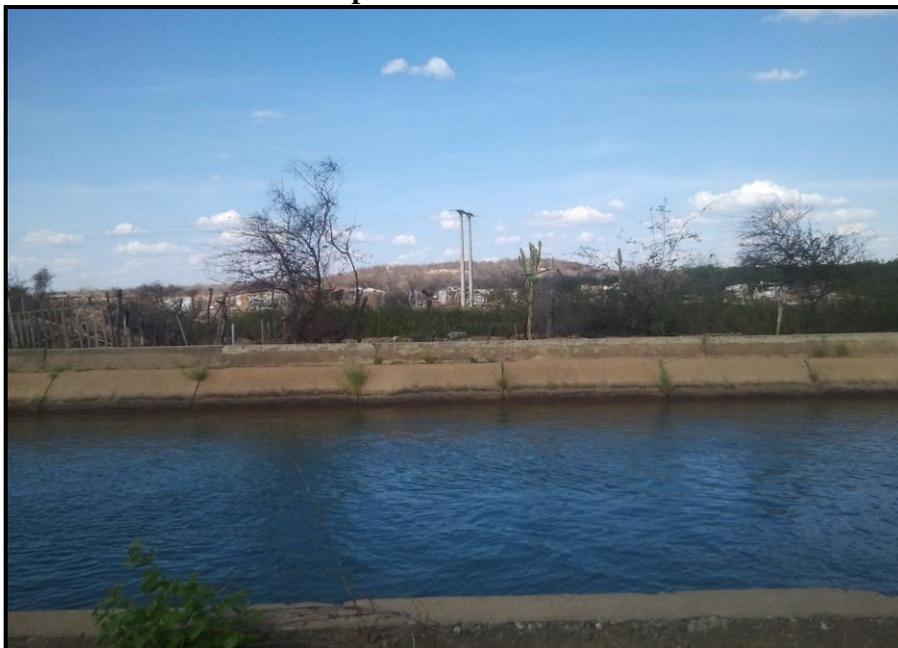
6) Acampamento Butiá

FIGURA 14: Foto do Acampamento Butiá

Fonte: SOUSA, Ronilson Barboza de. 2013.

O acampamento *Butiá* está localizado no Núcleo 3 (N3) do perímetro Senador Nilo Coelho, na fazenda de mesmo nome. Começou em 2011. Possui aproximadamente 30 famílias – algumas delas vindas do acampamento José Arnaldo. O Movimento reivindica uma área de 250ha. A área era de uma empresa que faliu e não estava produzindo, além de possuir dívida com o governo federal. Atualmente, produz maracujá, mamão, milho, feijão, macaxeira e outros cultivos. Utilizam o sistema de irrigação, que era da Empresa, para produzirem. Cada família organiza a sua produção e a comercializa, principalmente nas feiras de Petrolina. Não trabalham apenas no acampamento; a maioria dos acampados trabalha fora, principalmente, nas empresas, como diaristas, safristas, trabalhadores fixos.

7) Acampamento 15 de Abril

FIGURA 15: Foto do Acampamento 15 de Abril

Fonte: SOUSA, Ronilson Barboza de. 2013.

15 de Abril: acampamento no Sítio Morro Branco, próximo à fazenda Frutivita, no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, núcleo 4 (N4). Começou em 2011. Reivindica 300ha. Contava com 45 famílias – algumas delas vindas do acampamento José Arnaldo. No entanto, a maioria das famílias não está no Acampamento, porque foram despejadas por ordem judicial. Apenas 3 famílias resistem no local, produzindo maracujá, macaxeira, goiaba e outros alimentos. Essas famílias trabalham fora e, no final da tarde e nos finais de semana, trabalham no Acampamento. A propriedade é parte da empresa Frutivita e estava improdutiva, praticamente abandonada, ressaltou um dos entrevistados.

Essa realidade do Município de Petrolina evidencia que o processo de expansão do capital viabiliza-se, principalmente, a partir da expropriação dos meios fundamentais da reprodução, como forma de garantir a exploração do trabalho e, conseqüentemente, a acumulação do capital. Esse processo gera riqueza para alguns poucos capitalistas em detrimento da miséria da imensa massa de trabalhadores.

3.1 A expansão do capital, o agronegócio e a miséria

O atual estágio de acumulação do capital, além da gravidade dos problemas que tem apresentado pelo risco de destruição da natureza e do próprio ser humano, torna-se imprescindível para o entendimento da dinâmica da luta pela terra e das dificuldades enfrentadas nos acampamentos e assentamentos.

Na sociedade capitalista, quanto mais se busca o lucro, mais se agrava a miséria e a desigualdade. De acordo com a análise de Paulo Netto (2010), se a miséria não é algo inédito ou exclusivo da ordem do capital (pois ela já existia nas sociedades anteriores à ordem burguesa), nova agora é a dinâmica com que ela se massifica - em meio às condições de sua superação.

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações sociais de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação) e do caráter mercantil que reveste obrigatoriamente os valores de uso (PAULO NETTO, 2010, p.8).

Essa situação, segundo Paulo Netto (2010), marca a emergência da dimensão mais imediata da moderna barbárie, a barbárie capitalista. Isto é, na ordem do capital, quanto mais a sociedade se revela capaz de produzir bens e serviços, mais aumenta a exploração do trabalho e o contingente de trabalhadores expropriados das condições materiais de sua reprodução. Esse quadro agravou-se, nos últimos 50 anos, com as mudanças promovidas pela mundialização e crise estrutural do sistema do capital, principalmente por meio da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal) (PAULO NETTO, 2010).

De acordo com Paulo Netto (2010), se as privatizações transferiram grande parte das riquezas públicas para o capital, a “desregulamentação” destruiu as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro uma enorme liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. O resultado disso, na produção, em meio ao grande avanço da ciência e da tecnologia, é uma maior descentralização dos processos produtivos, a alteração da composição orgânica do capital, poupando força de trabalho e impulsionando um desemprego estrutural.

Para Mészáros (2009, p. 32) “a questão é que o capitalismo enfrenta hoje uma profunda crise, impossível de ser negada por mais tempo, mesmo por seus porta-vozes e beneficiários”. Não se trata, apenas, de uma crise cíclica convencional, que alguns até tentam explicar como uma “onda longa”. Essa crise supera os limites historicamente conhecidos das crises cíclicas. Na análise de Mészáros (2003), a crise estrutural, que se inicia nos anos de 1970, com a mundialização do capital, evidencia os limites estruturais do sistema do capital e manifesta-se, entre outros aspectos, por meio da produção destrutiva (com a diminuição da vida útil das mercadorias, a obsolescência programada) e da destruição produtiva, como a prática de guerra, que é inerente ao imperialismo, abrindo a possibilidade para a reconstrução em condições de lucratividade em patamares aceitáveis para o capital e no estabelecimento de um complexo industrial-militar, cujas mercadorias precisam ser substituídas, seja ou não utilizadas; no desemprego crônico ou desemprego estrutural; na insuficiência crônica da ajuda externa, referente à intervenção do Estado na economia capitalista, apesar da grande ajuda oferecida; na destruição ecológica generalizada, observada por toda parte.

Conforme Paulo Netto (2010), há também um redimensionamento considerável do Estado burguês - o Estado precisa ser máximo para o capital. A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, com a retirada de direitos sociais. “Um processo de “ajuste” que visa a diminuir o ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho (e das condições gerais da reprodução capitalista)” (PAULO NETTO, 2010, p. 17).

No que se refere à política social, dirigida aos agora qualificados como excluídos, Paulo Netto (2010) considera que não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência – conforme seu próprio discurso, pretende confrontar-se com a pobreza absoluta, a miséria.

É precisamente este minimalismo que tem factualmente caracterizado os vários programas que, por via de transferências de renda – “programas de rendas mínimas” –, têm sido implementados em alguns países capitalistas centrais e em muitos países periféricos. A experiência de mais de uma década, especialmente na América Latina, é muito pouco promissora: na medida em que não se conjugam efetivamente com transformações estruturais (e esta é uma das condições políticas para que o tardo-capitalismo os suporte), eles acabam por cronificar-se como programas emergenciais e basicamente assistencialistas (PAULO NETTO, 2010, p. 24).

No Brasil, essa política social assistencialista, a exemplo do Programa Bolsa Família, constitui-se como a marca registrada dos governos do Partido dos Trabalhadores e é amplamente divulgada também no exterior. O programa foi criado em outubro de 2003 e

regulamentado em setembro de 2004. Distribui, mensalmente, um benefício monetário a famílias “em situação de pobreza” e “extrema pobreza”, famílias com renda mensal per capita de até ¼ do salário mínimo. Conforme Paulo Netto (2010), trata-se de um programa, cujo custo, comparado ao conjunto orçamentário da União, é muito baixo: em 2009, não passou da casa dos 12,4 bilhões de reais – enquanto, por exemplo, as despesas com o serviço da dívida (juros mais amortizações, exclusive o refinanciamento) consumiram 380 bilhões de reais³⁶.

os possuidores (os rentistas, nacionais e estrangeiros) de títulos da dívida pública tenham recebido pontualmente os maiores juros em vigor no mundo e que as agências internacionais que avaliam países “seguros para investimentos” lhe tenham conferido “boas notas” e que economistas a serviço do grande capital (nacional e transnacional) considerem que o tripé da economia brasileira – precisamente a fórmula defendida pelo FMI e o Banco Mundial: o superávit primário para o pagamento de juros, as metas da inflação e o câmbio flutuante – está “consolidado” (PAULO NETTO, 2010, p. 27).

O Estado transfere a maior parte da renda e da riqueza produzida no país para os grandes empresários, por meio do superávit primário, da política de juros altos e do sistema tributário altamente regressivo. O orçamento federal está organizado de modo que quase a metade é destinada para pagamentos de juros e amortização da dívida pública, externa e interna. Enquanto que menos de 5% é destinado para saúde, menos de 4% para educação e menos de 1% para habitação e saneamento (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2014).

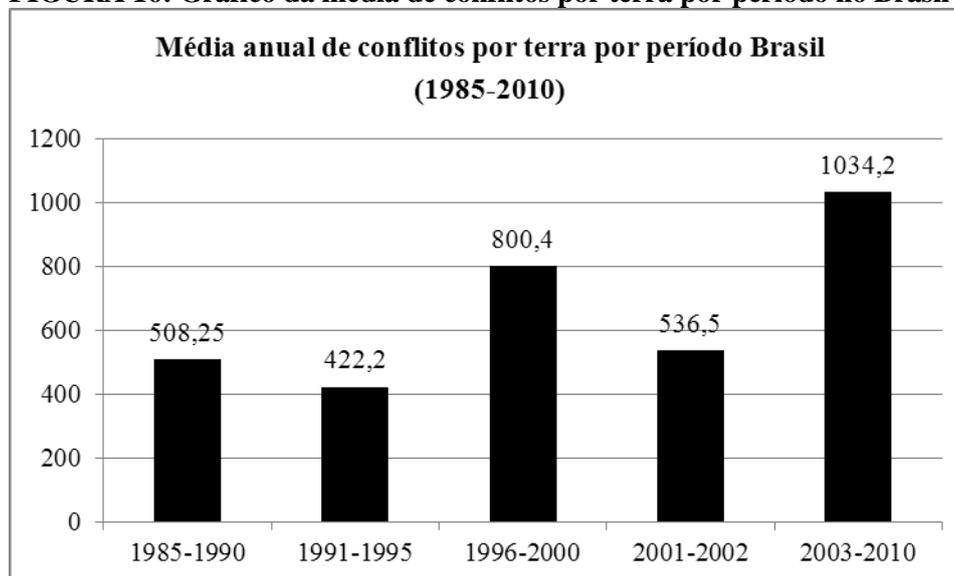
Segundo Porto-Gonçalves (2005), o debate sobre a questão agrária brasileira tem como seus principais protagonistas nos anos 90 do século XX, de um lado, o agronegócio e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e, de outro, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Conforme o autor, as análises feitas a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) acerca da violência no campo vêm demonstrando que os estados brasileiros onde são maiores os índices de conflitividade e de violência do poder privado (medidos pelo número de famílias expulsas e de assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais), e mesmo os índices que medem a intensidade da ação do poder judiciário (pelo número de ordens de prisão e despejo de famílias), são os estados e as regiões para onde se expande o agronegócio.

Na análise de Porto-Gonçalves e Luís Santos (2011), desde 2003, os dados de violência contra as pessoas envolvidas na luta pela terra vêm apresentando números recordes

³⁶ Considerando todos os títulos emitidos pelo Tesouro, a dívida interna brasileira, em 2009, superava 2 trilhões de reais; a dívida externa, em 2009, chegava a U\$ 282 bilhões (PAULO NETTO, 2010).

em proporções sem comparação desde 1985 – ano em que a CPT iniciou a série de registros históricos dos conflitos pela terra no país -, como fica evidente na FIGURA 16.

FIGURA 16: Gráfico da média de conflitos por terra por período no Brasil



Fonte: PORTO-GONÇALVES; SANTOS, 2011.

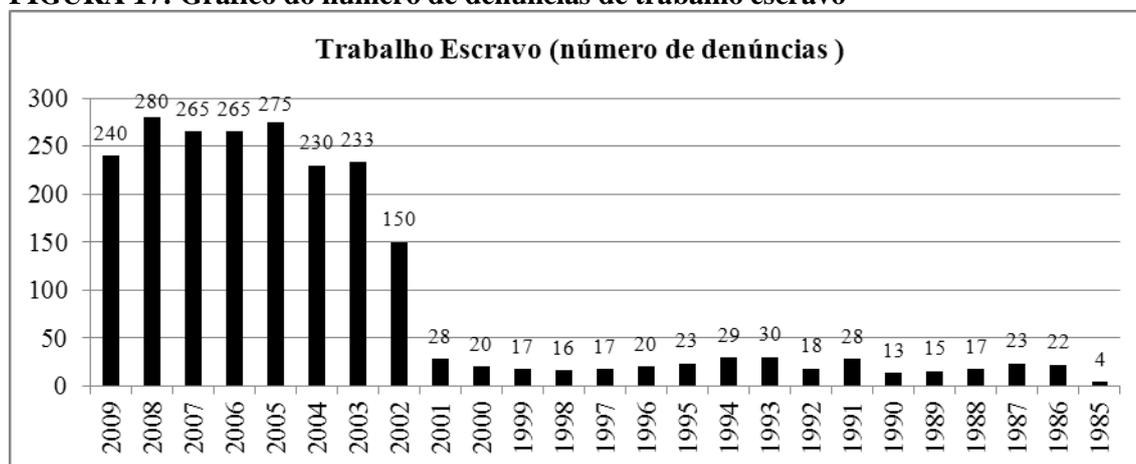
Vale ressaltar que o número de 1.035 conflitos por terra, em 2011, se mantém no mesmo nível do período de maior intensidade - entre 2003 e 2010 - cuja média anual foi de 1.034,2. Os dados da CPT, sobre os conflitos e a violência no campo, ainda apresentam a seguinte média anual nos últimos 25 anos (1985 a 2009):

- 2.709 famílias expulsas de suas terras!
- 63 pessoas assassinadas na luta por um pedaço de terra!
- 13.815 famílias despejadas pelo Poder Judiciário e cumpridas pelo poder!
- Executivo por meio de suas polícias!
- 422 pessoas presas por lutar pela terra!
- 765 conflitos diretamente relacionados à luta pela terra!
- 92.290 famílias envolvidas em conflitos por terra! (PLEBISCITO POPULAR, 2010 p. 12).

Em números totais, entre 1985 e 2009, houve 1.163 ocorrências de assassinato, com a morte de 1.546 trabalhadores. E o que prevalece é a impunidade que acompanha tais crimes. Das 1.163 ocorrências de assassinato, somente 85 foram a julgamento, com a condenação de apenas 20 mandantes e 71 executores. “Dos 20 mandantes condenados, somente um se encontra preso, cumprindo pena, é Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, condenado por ser um dos mandantes do assassinato da Irmã Dorothy Stang” (PLEBISCITO POPULAR, 2010 p. 12).

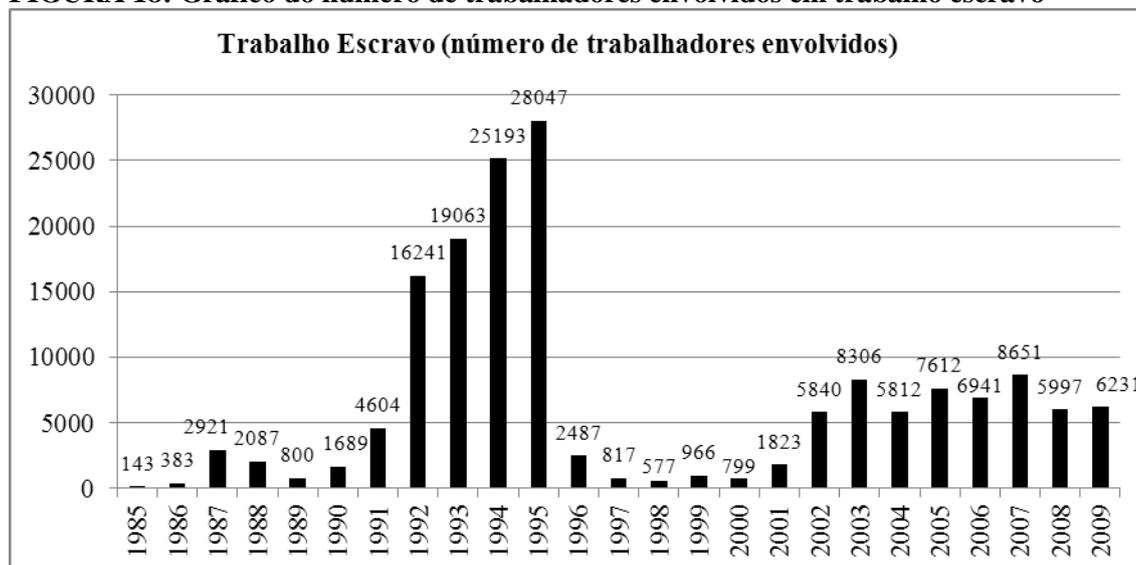
Além disso, o latifúndio e o agronegócio exploram a força de trabalho em condições análogas ao trabalho escravo, cujos números podem ser constatados nas FIGURAS 17 e 18.

FIGURA 17: Gráfico do número de denúncias de trabalho escravo



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), apud, Plebiscito Popular, 2010.

FIGURA 18: Gráfico do número de trabalhadores envolvidos em trabalho escravo



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), apud, Plebiscito Popular, 2010.

A CPT registrou, nesses 25 anos, 2.438 ocorrências de trabalho escravo, nas quais estiveram envolvidos 163.000 trabalhadores. O número de denúncias aumentou principalmente no período de 2002 a 2009. O número de trabalhadores envolvidos registraram os maiores índices entre 1992 e 1995, com aumentos significativos entre 2002 e 2009.

O tripé: desregulamentação-privatização-flexibilização intensificou as expropriações e a exploração do trabalho, por meio da precarização e do desemprego, tanto na cidade como no campo.

De acordo com Malvezzi (2007):

Nos perímetros de Juazeiro e Petrolina, formaram-se bairros muito miseráveis, em situações insalubres, onde as populações empregadas na irrigação aglomeram-se para sobreviver. É um processo absolutamente injusto e desigual, concentrador de terra, água, riquezas e poder. A própria população nativa dessa região perdeu as terras para as empresas vindas do Sul, do Sudeste e do exterior. As pessoas tornaram-se mão-de-obra barata na irrigação, ora morando nos bairros periféricos de Juazeiro e Petrolina, ora morando do lado de fora das cercas e muros que cercam os perímetros irrigados, como estranhos em terras que já foram suas. (MALVEZZI, 2007, p. 87-88).

A realidade dos camponeses, em Petrolina, envolve: *a)* aqueles que mantêm a terra, ainda que com dificuldades; *b)* os que não têm terra, mas permanecem no campo na condição de parceiros, meeiros, rendeiros; *c)* aqueles que não têm terra e veem na luta a possibilidade de conquistá-la. Constata-se, ainda, que a sujeição do trabalho nas empresas do agronegócio envolve: *I)* trabalhadores que possuem terra, mas que, pela dificuldade imposta por meio da monopolização do território pelo capital, de manter a reprodução do modo de vida do grupo familiar, praticam o trabalho assalariado. Isso acontece muito nos acampamentos e assentamentos do MST; *II)* os que foram expropriados dos meios sociais de sua reprodução e, para sobreviverem, vendem a força de trabalho; *III)* aqueles que, de acordo com Sousa (2010), não têm e não tiveram vínculo com a terra e, sem condições de vida na cidade, encontra no campo um tipo de trabalho, que é temporário, o da desrealização.

Em meio ao avanço do capital no campo, são muitas as alternativas criadas pelos trabalhadores, para voltarem ou permanecerem na terra, por meio dos processos de resistência e luta pela terra, por meio da combinação de mobilidade e permanência e por meio da combinação de trabalhos camponeses e não camponeses. Na maioria dos acampamentos e assentamentos do MST, muitas famílias não vivem apenas com o que produzem no acampamento ou no assentamento. Elas são obrigadas a trabalhar fora, principalmente nas empresas do agronegócio, apesar de receberem cesta básica e Bolsa Família. Algumas famílias acabam se endividando para conseguir manter as despesas mínimas em condições precárias.

O Estado continua viabilizando o avanço do capital, por meio de uma série de políticas, tais como a transposição do rio São Francisco, a criação de mais perímetros de irrigação (como o projeto canal do sertão, projeto pontal Sobradinho, pontal - norte e sul), passando a administração dos perímetros irrigados para empresas privadas; por meio dos processos de expropriações dos trabalhadores. Contraditoriamente, evidenciam-se as precárias

condições de vida dos trabalhadores, especificamente nos acampamentos e mesmo nos assentamentos, sem condições de produzir; vivendo às margens do rio São Francisco e sem ter acesso à água; morando nas proximidades da hidroelétrica de Sobradinho e sem acesso à energia elétrica; Além dos precários serviços de saúde, educação, transporte e outros.

De acordo com Paulo Netto (2010), a análise marxiana revela que o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – acentuada desigualdade econômico-social, desemprego, fome, doenças, penúria, desproteção na velhice, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas etc. Diferentes estágios desse desenvolvimento produzem diferentes manifestações da “questão social”; essa não é transitória do regime do capital; sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica do capital tornado potência social dominante. A questão social é constitutiva do capitalismo, não se suprime aquela se este se conservar. “Por isso mesmo, a análise teórica marxiana interdita qualquer ilusão acerca do alcance das reformas no interior do capitalismo” (PAULO NETTO, 2010, p. 8). Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, principalmente, a propriedade privada dos meios sociais de produção, toda a luta contra as suas implicações político-econômicas e sociais está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos.

A questão agrária em sua manifestação contemporânea coloca a necessidade de analisar o caráter da luta pela terra, empreendida pelo Movimento, frente ao atual estágio de acumulação do capital.

3.2 O MST e a luta pela terra

A luta pela terra empreendida pelo MST tem provocado importantes debates acerca do caráter da luta, principalmente frente ao atual estágio da acumulação do capital. De forma geral, o debate gira em torno da questão se a luta pela terra representa um entrave para a acumulação do capital ou se ela legitima a ordem capitalista.

Em palestra realizada no Encontro Nacional do MST, em fevereiro de 1988, em Piracicaba-SP, Silva (1988) analisou o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, destacando o debate da reforma agrária. Na sua fala, o autor destacou a tendência do aprofundamento da integração entre capitais, de modo que já não se pode falar em capitais bancários, capitais industriais, capitais agrários, senão entrelaçados na agricultura. Conforme o autor:

os grandes bancos, o Bradesco, o Itaú, etc. são os donos das maiores propriedades em cada estado. As maiores empresas industriais, os maiores grupos são também os maiores proprietários rurais desses blocos, desses complexos industriais. Houve também uma crescente integração dos capitais na constituição de blocos de capitais no campo. De modo que hoje falar em burguesia agrária é no mínimo estar defasado vinte anos na História. A burguesia agrária é hoje é parte de uma burguesia brasileira, de uma burguesia em geral, internacionalizada inclusive com interesses profundamente imbricados entre si (SILVA, 1988, p. 139-140).

Outra tendência, apontada por Silva (1988), é a redução do papel da pequena produção no desenvolvimento capitalista, a partir dos anos de 1970, sobretudo na produção de bens, de alimentos. Isso vem ocorrendo, não só porque houve uma concentração da produção, fruto do desenvolvimento capitalista, mas pelo fato de que a urbanização vem mudando os padrões alimentares da população, fazendo com que o consumo de feijão, mandioca, abóbora, etc. decaia rapidamente, observando que quem alimenta a população, agora, não é mais a agricultura, e sim a indústria de produtos alimentícios.

Nesse sentido, o autor considera que a reforma agrária, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista e do desenvolvimento das forças produtivas, no campo, não é mais uma necessidade, nem para a burguesia, nem para as classes produtoras. Entretanto, para o autor, isso não quer dizer que ela não seja uma possibilidade. A reforma agrária, na década de 1980, foi uma necessidade dos trabalhadores rurais, não mais do patronato brasileiro. Considera o autor que, se houver reforma agrária, ela será feita pela luta dos trabalhadores, não mais por uma necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista. Ela será realizada pela luta dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, Silva (1988) considera que a possibilidade de haver uma reforma agrária ampla, no país, prende-se, justamente, à correlação de forças entre o conflito capital/trabalho no campo brasileiro. Todavia, segundo o autor, “infelizmente os trabalhadores rurais estão mais do que nunca isolados nessa luta, pela sua incapacidade de sair da luta específica pela sua terra” (SILVA, 1988, p. 142).

Dessa forma, para Silva (1988), não há nada de revolucionário na luta pela terra no Brasil; “(...) as lutas no país pela terra são basicamente lutas específicas pela sua terra, não são em geral lutas políticas” (SILVA, 1988, p. 142).

Os trabalhadores rurais por força disso e pela sua incapacidade que têm mostrado de estabelecer alianças nesse momento, se viram isolados na luta pela reforma agrária no ano 85. A luta de 64 foi perdida por uma aliança equivocada que se tentou estabelecer com a burguesia, a luta de 85 foi perdida pela falta de alianças que os trabalhadores rurais puderam

estabelecer. Nesse quadro, não acredito que os trabalhadores rurais tenham organização e força para impor à burguesia, não mais agrária mas à burguesia brasileira, uma transformação profunda na sociedade brasileira. Se houver programas de reforma agrária, serão programas pontuais, destinados à solução tópica de conflitos, para isolar a luta dos trabalhadores, não permitir uma articulação entre si, de modo a mais facilmente poder cooptá-los (SILVA, 1998, p. 142-143).

Silva (1988) deixa claro que a preocupação fundamental não é a luta pela terra, mas a luta contra a lumpenização, contra a degradação do camponês expulso da terra, de modo que o fundamental é estancar esse processo de expulsão. A luta pela terra não é o único caminho, nem o caminho mais viável. “é um pouco esse desafio de como evitar a lumpenização do campesinato nos anos 80 que se coloca como fundamental” (SILVA, 1998, p. 143).

No caso de os grandes bancos serem os donos das maiores propriedades de terra em cada estado, isso evidencia uma tendência, no Brasil, que foi da propriedade da terra ser mais especulativa e rentista, do que produtiva. Segundo A. Oliveira (2011), o Banco do Brasil S/A e o Banco Bradesco S/A, ainda aparecem entre os grandes proprietários de terra, em 4º e 6º lugar, com 164.974ha e 131.347ha, respectivamente, possuindo terras em todos os estados do Brasil. No entanto, houve, de fato, um intenso processo de articulação de capitais, conhecido como agronegócio, conforme analisado no primeiro capítulo, que vem colocando grande parte das terras, que antes eram utilizadas como reserva de valor, para produzir, como explica Chistiane Campos (2011):

Na constituição de 1988, uma das grandes conquistas dos movimentos sociais foi a inclusão do conceito de “função social da terra” na legislação brasileira. Isso implicava que deveriam ser desapropriadas para efeito de reforma agrária áreas que não cumprissem uma série de exigências socioeconômicas entre as quais, um índice mínimo de produtividade agropecuária e o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental. Entretanto, a aliança agronegócio-latifúndio está transformando em “produtiva”, no sentido capitalista de ser produtora de mercadorias, uma grande quantidade de terras que antes eram classificadas como “latifúndio improdutivo”, por conseguinte promovendo uma elevação do preço da terra (CAMPOS, 2011, p. 125).

De acordo com Paulino e Almeida (2010), a partir da Constituição de 1988 e da regulação dos dispositivos relativos à Reforma Agrária (Lei 8.629/1993), as propriedades poderiam ser classificadas como produtivas ou improdutivas, tendo em vista o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE). A Lei 8.629/1993 determina a atualização periódica dos índices de produtividade, como forma de garantir a observância do cumprimento da função social da propriedade. Contudo, os dados que estão

em vigor, e que permitem definir se uma terra é ou não improdutivo, estão defasados. Os índices utilizados pelo INCRA foram elaborados em 1980, levando-se em conta o nível técnico da agropecuária, segundo dados do censo agropecuário de 1975 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a classe dominante tem se articulado, por meio do Estado, para não atualizar os índices de produtividade.

As autoras ressaltam que não querem criar generalizações a ponto de indicar que todas as grandes propriedades são improdutivas, mas que apenas uma parte da área, das grandes e médias propriedades é colocada para produzir. Em Petrolina, observa-se essa tendência nas terras controladas pelas empresas do agronegócio, de modo que todas as que foram ocupadas pelo MST eram improdutivas.

Para Conceição (2012, p. 151), “a inserção do modelo do agronegócio responde ao complexo das mediações do sistema metabólico do capital, que tem, no objetivo do lucro, a redução da produção familiar camponesa e a fome como forma especulativa de acumulação”. O agronegócio controla 70% dos territórios produtivos; 90% dos recursos públicos para o financiamento e produz somente 50% dos alimentos; enquanto o campesinato possui apenas 30% dos territórios produtivos; apenas 10% dos recursos públicos de créditos, todavia produz 50% dos alimentos. (CONCEIÇÃO, 2012). Isso ocorre, como afirma Christiane Campos (2009), porque a prioridade do agronegócio é produzir commodities, e não alimentos.

Mesmo com pouca terra, apenas uma quarta parte da área dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar camponesa tem peso fundamental na cesta básica dos brasileiros. Os estabelecimentos familiares são responsáveis por 87% da produção nacional de mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo. Ainda respondem por 58% da produção do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. 38% do valor bruto da produção, uma produção avaliada em R\$ 54,4 bilhões por ano, são devidos à agricultura familiar. E os ganhos têm sido maiores nos estabelecimentos de até 10 hectares, R\$ 3.800,00/ha de receita (PLEBISCITO POPULAR, 2010 p. 14).

Em Petrolina, por exemplo, enquanto as empresas do agronegócio produzem monocultura para exportação, destinando, para o mercado interno, apenas o refugo, o que está fora dos padrões comercializáveis no mercado internacional; grande parte dos assentamentos e acampamentos (São José do Vale, Maria Gorete, São Francisco, Josi Samuel, Oziel Alves, Butiá, Velho Chico) produzem alimentos para a população: feijão, milho, mandioca, cebola, maracujá, goiaba, melão, banana, melancia, além da criação de bovino, caprino, ovino.

Nesse sentido, em relação à necessidade da reforma agrária, do ponto de vista da acumulação do capital, a burguesia não tem interesse em realizá-la. O golpe empresarial

militar demonstrou isso, conforme analisamos nos capítulos anteriores. No entanto, do ponto de vista de demanda dos trabalhadores, eles continuaram a lutar pela terra e a apresentar essa reivindicação como uma necessidade. O próprio MST – como já afirmamos no capítulo 2 - se consolidou como um dos maiores movimentos sociais do país, com projeto e estrutura organizativa, que garante atuação em diferentes frentes de luta.

Nessa perspectiva, a dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois é já, em face do capital, uma classe³⁷. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. E a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1947). O MST não só ocupou muitas fazendas de latifundiários e protagonizou uma grande luta pela reforma agrária, como também teve uma destacada atuação contra o avanço do capital e das políticas neoliberais no Brasil. Por isso, não se trata de uma luta específica; elas são lutas políticas, são lutas que se orientam por um projeto político. Nesse sentido, Fernandes (2004) também tem uma análise diferente da de Silva (1998). O autor afirma que um dos princípios do MST é a luta estrutural contra o capital.

Fernandes (2004) ressalta a existência de duas posições sobre a questão agrária, que denomina de paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário.

Para o autor:

A questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, gerado principalmente pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e, conseqüentemente, a sua destruição e recriação. Nesse processo, ocorreram a concentração e a luta pela terra, produzindo implacavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo, faz parte de sua lógica e de sua vida, é portanto, insuperável. Ou convive-se com ele administrando-o politicamente, procurando minimizar os seus efeitos devastadores, produtores de pobreza e miséria, ou supera-se o capitalismo. Essa compreensão do processo é denominada de paradigma da questão agrária (FERNANDES, 2004, p. 286).

Segundo o autor, surgiu, na década de 1990, uma nova corrente teórica a respeito do problema agrário. Essa corrente, denominada de paradigma do capitalismo agrário, “procura desconsiderar a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo. Partindo desse pressuposto, a solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e

³⁷ Segundo Iasi (2007), o conceito de classe, em Marx, indica as seguintes determinações: “1. Classe seria definida, num determinado sentido, pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção; 2. Pela posição no interior de certas relações sociais de produção (conceito que foi quase que generalizado como único); 3. Pela consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe; 4. Pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social” (IASI, 2007, p. 107).

ao capital” (FERNANDES, 2004, p. 286). A partir dessas condições e com a execução de políticas desenvolvidas pelo Estado, seria superado o problema agrário no capitalismo.

Ao analisar diferentes momentos da luta pela terra protagonizada pelo MST, sua organização e sua territorialização na implantação de assentamentos rurais, resultantes da ocupação de terra, é que Fernandes (2004) faz a afirmação de que um dos princípios do MST é a luta estrutural contra o capital. De acordo com autor, os sem-terra ocupam terras predominantemente onde o capital já se territorializou. Ocupam o latifúndio – propriedades capitalistas -, terras de negócio e exploração – terras devolutas e/ou griladas. “As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração” (FERNANDES, 2004, p. 278).

Para Fernandes (2004), a luta do MST é pela conquista do território; por isso, ela não para quando a terra é conquistada. O autor compreende o MST como um Movimento socioterritorial, que se territorializa por meio da ocupação de terras e tem como trunfo a conquista do território para a sua permanente recriação. Também o compreende como uma instituição: do ponto de vista de uma estrutura decorrente das necessidades organizacionais vitais, de caráter permanente e definido por um conjunto de valores e códigos, que determinam as ações, a visão de mundo e as perspectivas de transformação da realidade, o que exige a constante análise e elaboração teórica na discussão dos conteúdos e conceitos.

Nesse sentido, o movimento vem enfrentando o desafio de tentar construir novas experiências que permitam superar as relações sociais isoladas do trabalho familiar camponês sem reproduzir as relações capitalistas. Esse princípio é a marca de sua identidade política. Considerando-o é que compreendemos os avanços e refluxos do MST. É o que o torna admirado, odiado e criticado por instituições, políticos e cientistas (FERNANDES, 2004, p. 283).

Ao analisar a ação política dos camponeses organizados em movimentos sociais, Fabrini (2008) considera que uma das características é o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. “Eles estão presentes na luta por grandes transformações da sociedade, tais como luta por mudanças no sistema econômico e modo de produção” (FABRINI, 2008, p. 240).

Para Fabrini (2008), o MST é um exemplo típico de movimentos sociais camponeses, organizado em escala nacional, que oferece maior resistência à opressão engendrada na produção capitalista.

Concordando com Fernandes (2004), Fabrini (2008), ao analisar a trajetória do MST e de suas palavras de ordem, avalia que há uma preocupação com o projeto de desenvolvimento do país: “elas evidenciam que o interesse e ações do MST estão voltados para uma escala nacional e não apenas ao atendimento dos interesses específicos e imediatos dos camponeses” (FABRINI, 2008, p. 251). Por essa razão, o MST tem buscado envolver toda a sociedade nas suas discussões.

A resistência contra as privatizações realizadas no governo FHC, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, é outro indicativo de preocupação com questões que envolvem o contexto nacional e internacional. (FABRINI, 2008).

Diferentemente das lutas dos camponeses típicos que estão mais centralizadas na luta e conquista pela terra, os sem-terra dos MST desenvolvem lutas mais amplas, pois não querem apenas terra, mas reforma agrária e um modelo de desenvolvimento de agricultura que possa atender seus interesses (FABRINI, 2008, p. 252).

De acordo com Fabrini (2008), o MST passou a representar uma nova fase na organização dos camponeses, fazendo com que a sociedade olhasse a sua condição de explorado pelo capital e expropriado da terra, por meio, não apenas, de ocupações de latifúndio e acampamentos em todo o Brasil, mas criando situações para o envolvimento do Estado na questão agrária, por meio de ocupações de terra, de órgãos públicos, marchas, caminhadas, atos públicos etc. Assim, simultaneamente à expropriação com o avanço do capitalismo, os camponeses construíram a possibilidade de retorno a terra, por meio de ocupações e lutas de resistência (FABRINI, 2008).

Os sem-terra tornaram-se sujeitos, já que agora o movimento não é concebido como em passado recente, quando a luta pela terra e reforma agrária era uma tática para alcançar o objetivo maior, ou seja, o fortalecimento e o avanço da classe operária, meio pelo qual se chegaria ao socialismo. Deve-se considerar que, durante muito tempo, os movimentos camponeses estiveram marginalizados em relação ao movimento dos operários, devido à hegemonia de certos esquemas teóricos que consideravam a luta dos operários aquela encarregada de promover as grandes transformações na sociedade, e tais esquemas seriam os merecedores de atenção e valorizados (FABRINI, 2008, p. 245).

Fabrini (2008) ressalta que o Partido Comunista teve grande participação no direcionamento e na definição de como deveriam ser encaminhadas as lutas no campo, principalmente a partir da década de 1950. Os camponeses que resistiam às expropriações e os já expropriados, que lutavam pela terra, seriam um obstáculo ao desenvolvimento das forças

produtivas, pois, ao se tornarem proprietários da terra de trabalho, estariam impedindo o fortalecimento do proletariado, fator necessário para superação da ordem do capital. “Assim, o camponês deveria aceitar a expropriação como fator necessário, pois, sendo proprietário da terra, estaria oxigenando o capitalismo e seus elementos de sustentação” (FABRINI, 2008, p. 245-246).

De acordo com Fabrini (2008), é importante lembrar que os movimentos sociais não estão isolados e nem possuem autonomia total, pois percebe-se, em sua práxis, a existência de elementos que identificam a presença de instituições, como Igreja, Sindicato e Partido. “Não se pode confundir movimentos sociais com basismo em que os sujeitos encontram-se dispersos e desenvolvem uma ação política espontânea e sem forma definida” (FABRINI, 2008, p. 242).

Petras e Veltmeyer (2008) estudaram os movimentos camponeses na América Latina em meio ao contexto neoliberal. De acordo com os autores, no contexto de desmonte do chamado Estado de bem-estar social (welfare-state) no norte do globo e “Estado desenvolvimentista” no sul, nos anos 1980, em favor do denominado Estado neoliberal, originou-se, no campo, uma nova onda de movimentos sociopolíticos que se mobilizaram contra a mais recente incursão do capitalismo e, por conseguinte, dominariam a política de resistência na América Latina. No Brasil, surge o MST, o maior e mais dinâmico movimento de origem popular na região.

Segundo Petras e Veltmeyer (2008), no contexto de políticas neoliberais e mobilizações contra elas, representantes do governo, em muitos casos, formaram uma aliança com organizações internacionais e instituições financeiras com o propósito de desmobilizar os movimentos sociais e desviar suas políticas de confronto e ação direta.

Em alguns lugares, o Estado apelou para estratégias que iam desde a instituição da reforma agrária até esquemas de crédito rural e cooptação de líderes e, quando julgava necessário, repressão direta. Estas estratégias diversas foram amplo sucesso tanto na desestruturação quanto na desmobilização dos movimentos revolucionários dos anos 1960 e 1970. Entretanto, a reorganização dos movimentos agrários fundados recentemente nos anos de 1980 e início dos anos de 1990 exigiu uma nova reação do Estado neoliberal (PETRAS; VELTMEYER, 2008, p. 88-89).

Os autores identificam que essa reação assumiu a forma de uma estratégia quádrupla: 1) combinar um programa macroeconômico de políticas pró-crescimento com uma “nova política social enfocada no pobre – desenvolvimento sustentável humano”; 2) a instituição de “boa governança” – dividindo com a sociedade civil a responsabilidade de assegurar a ordem

política; 3) desenvolvimento local baseado na comunidade – canalizando esforços para o desenvolvimento na forma de microprojetos com a participação ativa da “sociedade civil”. E 4) Uma via de acesso assistida pelo mercado para a reforma da terra (PETRAS; VELTMEYER, 2008).

No que diz respeito à reação dos Movimentos, verifica-se uma tendência a mobilizarem ativamente as forças de resistência no sentido da formação de um aparato político intersetorial de alianças com diversas organizações para contestar eleições nacionais e locais e, virtualmente, em todos os casos, voltando-se à “sociedade civil”. “As consequências para o movimento camponês de alianças eleitorais com regimes neoliberais e pseudoesquerdistas ou de centro-esquerda têm sido um desastre político no Brasil” (PETRAS; VELTEMEIR, 2008, p. 111).

Segundo esses autores, no Brasil, as consequências dessa aliança são uma aparente moderação ideológica da liderança do MST, passando ao largo da luta de classes por meio de um cooperativismo e de diversos esforços para alcançar uma mudança na política governamental “por dentro”, e a parcial conversão de um movimento social em uma ONG.

Iasi (2007) verifica uma situação paradoxal a respeito do MST: uma tendência ao acomodamento e, ao mesmo tempo, de resistência contra a deformação burocrática. Esta última, na visão do autor, não se deve às qualidades morais e revolucionárias de seus líderes.

Ao analisar a entrada em cena da classe trabalhadora, no final da década de 1970 e o processo que culminou na criação de organizações, desde as mais imediatas até as que alcançaram dimensão nacional, especialmente o PT, a CUT e o MST, Iasi (2007) avalia que, mesmo cada uma passando por processos próprios de desenvolvimento, elas pertencem a um mesmo campo: encontram-se nos limites de uma formulação democrática popular. Elas expressam um determinado momento da luta de classes no Brasil, que confluuiu para a formulação de um projeto político, que hegemonizou as lutas sociais nas últimas décadas. O PT se tornará protagonista da estratégia democrático-popular, assim como o PCB com a estratégia democrático-nacional.

Segundo Iasi (2007), a formulação dessa estratégia foi bastante influenciada pela análise de Florestan Fernandes, que afirmava que o ciclo das revoluções burguesas havia se encerrado e definia o caráter socialista da revolução; no entanto, diante da incompletude de tarefas do ciclo burguês, criou a expressão de uma revolução socialista com tarefas democráticas em atraso. Nesse sentido, a reforma agrária era vista na estratégia democrático-popular como uma tarefa democrática em atraso ou uma tarefa inconclusa – não realizada pela burguesia - no processo capitalista.

A formulação do PT, no primeiro momento de sua história, buscava diferenciar-se da antiga formulação do PCB, de uma revolução democrática-nacional, pela afirmação de uma revolução democrática popular, de horizonte socialista. Ou seja, a diferença é que na formulação democrática popular o leque de alianças para realizar, ao mesmo tempo, as tarefas em atraso e a ruptura socialista, não poderia incluir a burguesia, mas apenas trabalhadores assalariados (urbanos e rurais) e demais setores explorados pelo capitalismo, incluindo, no máximo, setores médios empobrecidos ou em contradição com a lógica do capital. Tudo isso, segundo Iasi (2014), fica evidente no V Encontro Nacional do PT, no qual essa formulação ganha sua forma mais acabada:

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista – tarefas não efetivadas pela burguesia –, tem duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitantemente de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfraquecimento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática popular (V ENCONTRO, 1987, in: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELI, 1997, p. 322, apud IASI, 2014).

Ao apresentar como prioridade a constituição de um governo para a realização de reformas ou tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, parte-se de uma avaliação de que existem tarefas inconclusas ou em atraso, portanto, não constitui uma luta de caráter anticapitalista. Ou seja, não sendo possível uma estratégia e um programa de caráter socialista é preciso uma mediação democrática. Isto é, exige um momento democrático, como condição, para um acúmulo de forças, para uma revolução socialista. Isso evidencia a base para uma concepção etapista de revolução, ainda que busquem negá-la na formulação³⁸.

³⁸ Segundo Iasi (2014), as formulações do PT acabaram presas na fronteira entre o rompimento e a reprodução desta armadilha. Reapresentaram novamente a tese das etapas de forma trágica e caricatural. Uma das características da metamorfose operada é que, pouco a pouco, amplia-se o leque de alianças até incluir os empresários “de qualquer porte”, a prioridade do crescimento econômico de caráter capitalista e a lógica “nacional”, não com qualquer resquício de antiimperialismo, mas como interesse geral acima do particularismos de classe. Tanto o aspecto da recusa da aliança com a burguesia, como em relação à meta socialista se esvanecem, mas, principalmente, em relação ao

Para Iasi (2007):

A estratégica do bloco democrático popular constitui-se em formar dois braços de ação divididos na ação social de massa que buscava vincular demandas imediatas com o caráter anticapitalista e socialista da proposta programática, e em outro campo na ocupação de espaços institucionais via eleições como forma de potencializar a primeira ação e criar as condições para, em se chegando a esferas mais estratégicas de poder institucional, realizar reformas de caráter antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista. Dado o caráter destas reformas e da esperada reação dos setores atingidos, a plena execução do programa democrático popular e o início da transição socialista eram vistos como elos de um mesmo processo (IASI, 2007).

“Em síntese, este projeto pode ser resumido na mobilização de setores sociais a partir de suas demandas específicas, organizá-los e colocá-los em luta por objetivos transformadores que deveriam culminar em uma alternativa socialista” (IASI, 2007). Essa formulação parte do princípio de que o acúmulo de forças nos movimentos sociais abriria a possibilidade de um governo democrático popular que, iniciando reformas, poderia levar a passagem para o socialismo.

Entretanto, a não realização plena da estratégia democrática popular, as derrotas da classe trabalhadora nos anos 90 do século XX (reestruturação produtiva do capital levada adiante nas décadas de 1980 e, sobretudo nos anos 1990, bem como o desmonte dos países em transição socialista a partir do colapso da União Soviética) e a manutenção prolongada de movimentos reivindicatórios foram desenvolvendo uma tendência ao amoldamento à ordem capitalista, com essas organizações, constituindo-se em instituições burocráticas da sociedade civil-burguesa - com exceção do MST, que expressa uma situação paradoxal tencionada entre a tendência ao acomodamento e sua particularidade enquanto movimento de luta pela reforma agrária.

A solução encontrada, ainda dentro do campo de uma estratégia democrática e popular, é que seria possível e desejável seguir o acúmulo de forças agora dentro deste espaço institucional estratégico, assim como já se supunha se realiza nos espaços institucionais menores conquistados nesse processo (administrações municipais, mandatos parlamentares, máquinas sindicais, etc.). Vejam que há um raciocínio estranho aqui. Não se poderia pensar em uma ruptura socialista por conta de uma certa correlação de forças insuficiente acompanhada de uma consciência de classe igualmente insuficiente. Por isso as reformas democráticas e populares. Agora se trata de uma correlação de forças ainda mais precária que impede até mesmo estas

aspecto da lógica de uma determinada concepção de acúmulo de força permanece e se fortalece (IASI, 2014).

reformas, fazendo com que o programa tenda a um horizonte apenas “democrático” (IASI, 2014).

Dessa forma, as alianças e o programa se mostram secundários em relação ao acúmulo de forças; a mediação democrática é mais essencial que seu caráter popular, não por acaso, nas formulações, o termo forte passa a ser “uma revolução democrática”, caindo para segundo plano o qualitativo popular (IASI, 2014).

As derrotas eleitorais, na disputa pela presidência da república, em 1989 (para Fernando Collor de Melo), 1994 e 1998 (para Fernando Henrique Cardoso) agravam essa inflexão, levando um setor do PT a defender a tese segundo a qual seria necessário ampliar as alianças, o que implicaria uma moderação programática, para que fosse possível ganhar as eleições. E é a vitória eleitoral à presidência, em 2002, que consagra essa inflexão (IASI, 2014).

O PT transitou para um amoldamento dos limites da ordem do capital, defendendo um pacto social, que inclui a burguesia de qualquer porte (inclusive a monopolista), o agronegócio (ainda que, na formulação, os exclua) e os setores do capital financeiro. “o PT se envolve não em uma aliança para sustentar seu programa histórico, mas assume os pressupostos programáticos de seus aliados” (IASI, 2007), como fica evidente nas resoluções do seu XII Encontro Nacional:

Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover uma ampla inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nestas condições, não se beneficiarão do novo contrato social. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade para o capital produtivo (XII ENCONTRO, 2001, apud IASI, 2014).

O PT chega ao governo em 2002 com outro projeto estratégico, abdicando de uma alternativa de governo, que tencionasse com a ordem do capital, e apoiado na organização popular e na classe trabalhadora, criando as condições de uma ruptura revolucionária.

No lugar da sustentação popular o governo lançou mão da cooptação dos movimentos e instituições organizadas da classe, seja pela liberação pontual de verbas, distribuição de cargos, seja pela negociação dos interesses da cúpula burocrática, ainda que abrindo mão dos reais interesses daqueles que estas diziam representar, como fica claro na negociação da reforma

trabalhista e sindical com as centrais que uma vez garantindo seu poder negociam a flexibilização dos direitos (IASI, 2007).

De acordo com Iasi (2007), “a forma mais eficiente de cooptar o MST e selar seu desfecho burocrático é fazer a reforma agrária.” No entanto, devido à especificidade da lógica atual da acumulação do capital no campo brasileiro, não se exige mais a realização dessa suposta tarefa democrática em atraso; pelo contrário, a reforma agrária é uma ameaça ao pleno desenvolvimento do capitalismo no campo e à acumulação do agronegócio. “Isto pode significar que o espaço de amoldamento, em se tratando do MST, é menor que aquele que a CUT e o PT encontram como instituições da sociedade civil-burguesa” (IASI, 2007).

Todavia, para o autor, a transformação gradativa da base social, que luta pela terra em assentados, gera um tencionamento que acaba por produzir problemas no caráter e na dimensão do movimento, sendo, inegavelmente, um foco, que tende a fortalecer o acomodamento burocrático e a política pragmática.

A questão de fundo e a mais relevante nesta atual contradição são a seguinte: a plena realização dos objetos imediatos daqueles que lutam pela terra, assim como daqueles que estão assentados, podem ser alcançados mantendo-se atual forma capitalista da sociedade brasileira? Não será possível supor que a permanência da lógica capitalista acabe por levar ao monopólio e a transnacionalização da estrutura agrária brasileira, o que destruirá qualquer condição de sobrevivência de uma agricultura cooperativizada, coletiva, familiar ou autosustentada? (IASI, 2007).

É importante destacar que Iasi (2007) considera que o MST e a luta pela terra são exemplos da premissa de que, de agora em diante, toda luta, por mais específica que seja, é já uma luta pelo socialismo. Isto é, a realização da reforma agrária em meio ao atual estágio de acumulação de capital, choca-se com a ordem capitalista em curso, tornando-se uma luta anticapitalista, que só poderá se realizar na luta pela construção do socialismo. Assim, “o MST fará, pelo menos assim esperamos, parte contraditória de dois processos: do encerramento do ciclo passado e da retomada das lutas que levarão a reunificação de nossa classe e da atualização do projeto socialista” (IASI, 2007).

Concordando com a análise de Iasi (2007), consideram-se duas questões primordiais para compreender a situação atual do MST: a estratégia que orientou (e orienta) a sua atuação e o atual estágio de acumulação de capital, pois, acredita-se que analisar a situação do Movimento pelo caráter das lideranças, pode levar a uma análise moral e/ou idealista, na qual se entende que são as ideias que movem o mundo, e não o próprio movimento real.

Em entrevista concedida a Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile, liderança nacional do MST, ao explicar a concepção de reforma agrária do Movimento, considera que:

(...) há dois problemas estruturais no meio rural brasileiro: a pobreza e a desigualdade social. Portanto, os objetivos estratégicos do MST lutam pela eliminação da pobreza e das desigualdades sociais. E para alcançá-los achamos que no meio rural é necessário começar pela distribuição da propriedade da terra. A democratização da terra cria as condições para que as pessoas saiam da pobreza e se eliminem as desigualdades sociais. No entanto, por outro lado, o estágio do capitalismo no meio rural brasileiro é avançado, não somos uma economia atrasada. Isso significa que a concentração oligopólica de algumas empresas sobre o mercado agrícola, sobre as agroindústrias etc. Então, para alcançar os nossos objetivos, é preciso também democratizar o capital (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 161).

É necessário considerar, antes de tudo, que, de fato, a concentração de terra não é algo em atraso, ela faz parte da forma pela qual o capital se expandiu no Brasil. A luta pela terra, pela reforma agrária, não se choca com o latifúndio feudal ou pré-capitalista, mas, choca-se justamente com a ordem capitalista em curso, choca-se com o monopólio capitalista sobre a terra, que busca o lucro e a renda da terra. No caso de Petrolina, por exemplo, a luta pela terra choca-se com empresários da classe dominante local, empresas do agronegócio como a Sanrisil, DAN, Frutivita, Fruit Fort, Tambaú, Especial Fruit, Butiá, Cachoeirinha, e com instituições do próprio Estado, por meio, principalmente da CODEVASF e da EMBRAPA. As terras foram ocupadas pelo MST por serem consideradas improdutivas e, em alguns casos, por ainda possuírem dívidas com o governo. Interessante observar que, apesar de considerar “o estágio avançado do capitalismo no meio rural brasileiro”, e que “não somos uma economia atrasada”, Stédile considera que é preciso democratizar o capital, e não romper com o capital. O caráter anticapitalista da luta não está dado, o que evidencia uma avaliação da necessidade de uma etapa democrática.

Para Stédile, democratizar o capital significa criar as condições para que o camponês assentado tenha acesso a capital – este último, em resumo, significa meios de produção acumulados.

Ou seja, tenham acesso a crédito subsidiado, para que possam não só desenvolver a produção agrícola, mas também consigam instalar suas próprias agroindústrias, seus mecanismos de acesso a mercado e a comercialização, enfim, que se democratize também a propriedade dos meios de produção e comercialização (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 161-162).

Ao ser questionado por Bernardo Mançano Fernandes, se a proposta de reforma agrária do MST seria possível de ser realizada no capitalismo, Stédile afirma que não se trata de cair no simplismo de debater se é capitalista ou socialista. O principal é compreender se essa proposta representa uma solução verdadeira ou não para a pobreza e a desigualdade social. A viabilidade da proposta vai depender da correlação de forças na sociedade.

E a correlação de forças vai se alterando com a capacidade dos trabalhadores de aumentarem cada vez mais sua capacidade de organização, de mobilização, para ir avançando. Portanto, nesse momento, o principal é saber para onde vamos, ou seja, quais são nossos objetivos estratégicos, e acumular forças rumo a esses objetivos. Sem se preocupar com rótulos, a tarefa principal é organizar milhões de pobres do meio rural para que lutem pela solução de seus problemas (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 162-163).

Em entrevista, concedida a Roldão Arruda, jornalista do jornal Estadão, em janeiro de 2014, ao ser questionado se teria sentido continuar insistindo na bandeira da reforma agrária atualmente, Stédile afirmou que:

A reforma agrária está na ordem do dia como necessidade para construirmos uma sociedade democrática e ter o desenvolvimento social. A terra é um bem da natureza e todos os brasileiros que quiserem trabalhar na terra tem esse direito. Não é justo nem democrático que a propriedade da terra esteja cada vez mais concentrada. Em torno de 1% dos proprietários controlam metade de todas as terras. E agora, pior, estão entregando a propriedade para empresas estrangeiras em detrimento das necessidades do povo. O Brasil nunca será democrático se não democratizar o acesso à terra, para que as pessoas tenham trabalho, renda e dignidade (STÉDILE, 2014) .

Ainda nessa entrevista, Stédile foi questionado se acreditava que o fato de o governo ter assinado um decreto determinando que os recursos destinados aos assentamentos sejam transferidos diretamente para as famílias beneficiadas, em vez de passarem antes por cooperativas, estaria relacionado a afirmações de que o MST sobrevivia com o direito repassado às cooperativas? Com a resposta afirma: “Isso é irrelevante. Os recursos de crédito nunca passaram por cooperativas e associações. O assentado precisa sempre fazer o contrato direto no banco. A não ser, em raros casos, de existência de cooperativa de crédito rural.” (STÉDILE, 2014).

Nas resoluções do I Encontro Nacional do MST, realizado em Cascavel-PR, em janeiro de 1984 – disponível em Stédile (2005) – são apresentados os princípios gerais do Movimento. Uma das principais deliberações a respeito dos princípios gerais foi: “lutar por

uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo” (I ENCONTRO, 1984, in: STÉDILE, 2005, p. 178). No entanto, apesar da deliberação, de acabar com o capitalismo, o MST permanece vinculado à estratégia democrático popular. Isso fica mais evidente pelo caráter das reivindicações, conforme Stédile, quando aponta a necessidade de democratizar a terra e o capital; quando avalia que “o Brasil nunca será democrático se não democratizar o acesso à terra”; e quando ressalta que “o principal é saber para onde vamos, ou seja, quais são nossos objetivos estratégicos, e acumular forças rumo a esses objetivos”. Essas reivindicações não têm o objetivo de tencionar a ordem do capital, no sentido de uma ruptura socialista. Elas elegem como inimigo principal o latifúndio, os monopólios e o imperialismo e não o capital, propriamente, sendo prioritária a luta antilatifundiária, antimonopolista e antiimperialista, não diretamente uma luta anticapitalista. São reivindicações que pretendem acumular forças dentro da ordem capitalista, a partir da realização de uma etapa democrática ou do que se considerava como tarefas democráticas. A própria reforma agrária é vista dessa forma, como pode ser observada a partir dessas colocações de Stédile (que foram destacadas) e na proposta de reforma agrária do MST, definida no III Encontro Nacional do Movimento, realizado em maio de 1995, onde são apresentadas as características da reforma agrária. No que se refere à democratização da terra, o MST considera:

A propriedade ou posse da terra deve estar subordinada ao cumprimento dessa função social. A sociedade brasileira jamais será democrática se persistir o latifúndio, ou seja, as grandes propriedades improdutivas. O latifúndio deve ser eliminado de nossa sociedade. Para isso, deverá se alterar a atual estrutura de propriedade realizando desapropriações (com indenizações aos proprietários) e expropriações (sem indenização, nos casos de: grileiros, criminosos, cultivo de drogas, contrabandistas, trabalho escravo etc...), para que se garanta o direito de todos trabalharem na terra, e que ela esteja subordinada aos objetivos gerais assinalados. As políticas de reforma agrária devem garantir que de fato se produza uma democratização do acesso à terra e da propriedade (III ENCONTRO, 1995, in: STÉDILE, 2005, p 189).

Fica evidente, a partir dessa declaração, a prioridade em enfrentar as grandes propriedades improdutivas e as propriedades que não cumprem a “função social”, como em Petrolina-PE. A vinculação à estratégia democrático-popular é reafirmada pelas resoluções do V Congresso Nacional do MST, realizado em 2007 e completadas em 2012. Essas resoluções consideram as mudanças necessárias no campo e apontam como medidas fundamentais:

1. Estabelecer um tamanho máximo de propriedade rural para cada família de agricultor, somados todos os imóveis que houver no país, estabelecido por região (por exemplo, fixar em 35 módulos fiscais que representam uma média nacional de mil hectares). Desapropriar todas as

fazendas acima desse módulo, independentemente do nível de produção e de produtividade;

2. Garantir acesso à terra a todas as famílias que quiserem nela morar e trabalhar;

3. Desapropriar todas as propriedades rurais de empresas estrangeiras, bancos, indústrias, comércio, empresas construtoras e igrejas, que não têm na agricultura como atividade principal;

4. Desapropriar as grandes propriedades que não cumprem com a função social. A função social é determinada pela necessidade de produzir de acordo com o potencial da região, com respeito ao meio ambiente e às leis trabalhistas. O valor pago na desapropriação deve ser equivalente àquele declarado para efeito de pagamento de impostos, descontando-se os prejuízos ambientais que houver, as dívidas de imposto e em bancos públicos;

5. Expropriar, sem nenhum pagamento, todas as fazendas onde há trabalho escravo, trabalho não pago, contrabando ou cultivo de psicotrópicos (MST, 2012, In: STÉDILE, 2013, p. 151).

Conforme as reivindicações do MST, a ocupação de terra improdutiva ou que não cumpre a função social, para produzir alimentos, para subsistência e comercialização do excedente (como acontece nos acampamentos e assentamentos, em Petrolina), não são reivindicações de ruptura. De um lado, pelo fato de que, para acabar com a sociedade capitalista, é essencial romper com a relação de produção, que constitui o capital, fundada na propriedade privada dos meios de produção, na exploração da força de trabalho e na acumulação privada da riqueza produzida coletivamente. De outro lado, pelo fato de que produzir alimentos, sem romper com os pilares da sociedade capitalista, barateia o custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, força o valor da força de trabalho para baixo, aumentando o lucro.

Outra questão importante, que se relaciona diretamente com esses aspectos e diz respeito ao acúmulo de força na ordem, é a transformação gradativa da base social, que luta pela terra em assentados. De fato, isso tem evidenciado a situação paradoxal tensionada, conforme analisada por Iasi (2007). Na medida em que o MST conquista a terra, ela é fragmentada em lotes individuais. As famílias assentadas, em lotes individuais, tendo que se preocuparem com o mercado, para venderem sua produção e comprarem produtos de que necessitam e manterem as despesas em casa; muitas vezes tendo que recorrerem a créditos. Ou seja, famílias assentadas, em condições de monopolização do território pelo capital, têm que, em muitos casos, produzirem de acordo com as exigências dos programas de créditos, como o PRONAF, preocupadas em diminuir os custos de produção para aumentar a renda familiar. Isso tende a dispersar e enfraquecer o processo de luta, tencionando para um amoldamento a ordem, contrariando a tese do acúmulo de força, conforme evidenciado,

principalmente nas colocações apontadas pela entrevistada no Assentamento São José do Vale, sobre a falta de companheirismo como um dos principais problemas enfrentados no Assentamento:

- O assentamento ainda não cresceu mais, por conta dessa falta de coletividade, e isso é um problema que é de todos os assentamentos. Quando eles estão acampados, eles são mais unidos, quando passa a ser assentamento parece que todo mundo quer trabalhar individualmente, aí se tona um pouco mais difícil.

Nesse sentido, também é possível encontrar, nos assentamentos, e mesmo nos acampamentos, produção com uso de agrotóxico (para aumentar a produção e a produtividade), produção terceirizada pelas empresas, como a produção de mamona para agrocombustível, e, inclusive, a produção voltada para a exportação, além de surgirem atravessadores dentro do próprio assentamento. Isso tudo acontece, porque, como ensina Marx (2008):

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Samir Amin (1986) entende que o camponês não pode ser estudado fora da conjuntura onde ele está inserido. Isto é, deve-se buscar compreendê-lo na maneira como ele se insere nas diferentes formações sociais. Para o autor, na sociedade capitalista, a redução da remuneração dos camponeses significa que a renda do solo (renda imputada à propriedade) é anulada e que a remuneração do trabalho – a que se reduz o preço dos produtos – equipara-se ao valor da força de trabalho proletária.

Assim, o capital dominante anula a renda, isto é, livra-se da propriedade fundiária e proletariza o camponês trabalhador. É certo que conserva a propriedade formal da terra, mas não tem mais sua propriedade real. Conserva, também, a aparência de um produtor comerciante que oferece produtos no mercado, mas na verdade é um vendedor da força de trabalho, e sua venda é disfarçada pela aparência de produção comercial. Assim o camponês é reduzido, de fato, à condição de trabalhador a domicílio (AMIN, 1986, p. 29).

De acordo com Amin (1986), uma das condições que permitem a submissão da agricultura é a intervenção do capital no próprio processo produtivo, é o complexo industrial e

comercial alimentar, situado como avalista dos produtores rurais. Este capital impõe ao produtor agrícola um programa de trabalho preciso, por meio da padronização dos produtos, extensão da transformação industrial, concentração das redes de coleta e comercialização. Não é mais, na realidade, um produtor mercante livre que produz primeiro o que quer e como quer e, depois, vende uma parte da produção. Agora, esse está reduzido a uma condição vizinha à do proletário a domicílio (AMIN, 1986).

Um camponês reduzido a essa condição, Amin (1986) considera que é um semiproletário: proletário, porque é subordinado à dominação do capital que o explora; semi-proletário, porque conserva a aparência do mercantil livre. Objetivamente proletarizado, o camponês permanece, no plano da consciência de classe, um pequeno produtor. Os camponeses, embora continuem como proprietários formais de seus meios de produção, fazem de si uma imagem ideológica que os separa dos proletários. Acreditam que seus interesses são divergentes, e as aparências lhes dão razão, uma vez que o preço mais elevado de seus produtos melhora sua condição, em detrimento da dos consumidores operários. Isso fica explícito na resposta de um trabalhador do assentamento São Francisco, ao ser questionado sobre os motivos de terem ocupado a terra:

- Ocupamos essa terra, porque vivíamos trabalhando para os empresários. A gente tinha grande precisão, como ainda hoje, mas naquela época era pior, porque a gente trabalhava diretamente para os outros. A gente era mandado pelos latifundiários. A partir daí, a gente saiu de lá e viemos ocupar a terra do governo. Melhorou muito, bastante coisa. A gente passou a trabalhar para a gente. A gente passou a mandar em nós mesmos.

No entanto, é preciso observar que o atual estágio da acumulação de capital dificulta o acomodamento do Movimento à ordem, de modo que os militantes demonstram insatisfação, seja nos acampamentos ou nos assentamentos, sem investimentos, sem condições de produzir – como acontece nos assentamentos Água Viva e José Almeida e nos acampamentos Lagoa da Pedra, José Arnaldo, 15 de Abril -, em meio à miséria, a falta de assistência, de água, a recuperação de áreas por parte dos empresários e as ordens de despejos contra o Movimento, a demora e a burocratização no processo de legalização das terras.

Segundo Mészáros (2003), Marx ainda podia falar do desenvolvimento do sistema do capital como aquele que, apesar de suas próprias barreiras e limitações, amplia o círculo de

consumo e derruba todas as barreiras que restringem o livre desenvolvimento das forças produtivas, a expansão das necessidades, o desenvolvimento geral da produção. Nessa perspectiva, ele pôde caracterizar o completo desenvolvimento do sistema do capital como “a pressuposição de um novo modo de produção”. Atualmente, não há sentido em falar de um desenvolvimento geral da produção associado à expansão das necessidades humanas.

Assim, dada a forma em que se realizou a deformada tendência globalizante do capital – e que continua a se impor -, seria suicídio encarar a realidade destrutiva do capital como pressuposto do novo e absolutamente necessário modo de reproduzir as condições sustentáveis da existência humana. O capital não tem mais condições de se preocupar com o “aumento do círculo de consumo”, para benefício do “indivíduo social pleno” de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição. Pois, do perverso ponto de vista do processo de realização do capital, consumo e destruição são equivalentes funcionais (MÉSZÁROS, 2003, p. 21-22).

A busca por acumular força, sem romper com a ordem do capital, por meio da ocupação do latifúndio improdutivo, para produzir alimentos, além de não acumular força, pode se tornar funcional ao capital, seja como extensão da transformação industrial; seja por meio da produção de alimentos, que o agronegócio não produz (em ambos os casos com uma precarização das condições de vida do campesinato). O agronegócio produz monocultura para exportação, comercializando, em alguns casos, no mercado interno, apenas o refugo. E quem alimenta a população é a pequena produção, inclusive a dos assentamentos e acampamentos. Todavia, no atual estágio de acumulação do capital, na busca por obter lucro a qualquer custo, as demandas do capital se chocam com as reivindicações dos trabalhadores. O capital se mostra incapaz de ceder o mínimo às necessidades humanas.

CONCLUSÃO

Ao analisar a luta pela terra, procurando refletir se ela representa um entrave para a acumulação do capital ou legítima a ordem capitalista, considerou-se necessário analisar a ligação que se estabelece entre a expansão do capital e a concentração da terra no país. Constatou-se que, ao contrário do que ocorreu em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, em que a expansão do capital gerou conflito entre os proprietários fundiários e a burguesia industrial, resultando na vitória da burguesia industrial e na distribuição da terra, no Brasil, principalmente com o fato da burguesia ter emergido do próprio latifúndio, a forma como o capital se expandiu promoveu a concentração de terras. Isso exerceu grande influência na dinâmica da luta de classes, inclusive levando a classe trabalhadora, em determinado momento histórico, hegemônica pelo PCB, a apostar numa estratégia de revolução democrático-burguesa.

O PCB apontava a existência de resquícios feudais no campo brasileiro, que travavam o “desenvolvimento” do capitalismo, e defendia que era preciso uma etapa democrático-burguesa, para desenvolver o capitalismo e depois realizar a revolução socialista. No entanto, diferente das formulações do PCB, nem houve feudalismo no Brasil e a concentração da terra viabilizou a acumulação do capital, na formação de um exército industrial de reserva, fornecendo matérias-primas e alimentos, na redução do custo de reprodução da força de trabalho, não obstaculizando o processo de acumulação urbano-industrial. Ainda formou um proletariado rural, sem direitos, que viabilizou uma agricultura comercial de consumo interno e externo.

Em outro momento da luta de classes, o PT hegemônizou a classe trabalhadora, com a estratégia democrático-popular - formulação com a qual o MST continua vinculado. Essa estratégia – que, nos primeiros anos, buscou se diferenciar e superar a estratégia democrático-burguesa, apresentando a execução das reformas de caráter democráticas e populares e o início da transição socialista como elos de um mesmo processo - acabou por reafirmar a necessidade de uma etapa democrática, para acumular forças, realizar tarefas consideradas inconclusas ou em atraso, como pré-condição para a realização da revolução socialista. A própria reforma agrária é vista dessa forma. Nesse sentido, além da estratégia, a própria trajetória do MST, evidencia que a luta pela terra, empreendida pelo Movimento, não é apenas uma luta específica e imediata, é uma luta de classe e, portanto, luta política. Não é apenas pela satisfação dos

camponeses, é uma luta que se orienta por um programa político, um projeto de sociedade, que busca alianças com outras classes, para sua execução.

A estratégia democrático-popular, avaliando a impossibilidade de uma revolução socialista, coloca como prioridade a luta antilatifundiária, antimonopolista e anti-imperialista, com a pretensão de acumular força para, só em seguida, realizar a luta anticapitalista e a ruptura socialista. Tanto na estratégia democrático-popular, como na estratégia democrático-burguesa, há uma tendência em considerar que o “desenvolvimento” do capitalismo aconteceria da mesma forma que nos países da linha de frente do capital, como a Inglaterra e Estados Unidos, desconsiderando que o desenvolvimento do capital acontece de maneira desigual e combinada, com a tendência de amálgama entre as formas arcaicas e modernas. Nesse sentido, verifica-se que o capital se mundializou, em um contexto neoliberal, e promoveu uma articulação de capitais no campo, com a consolidação da aliança entre o capital monopolista e a grande propriedade fundiária, conhecido como agronegócio.

O capital explora a força de trabalho por meio da subsunção real e formal, territorializando-se e monopolizando o território, sem necessariamente se territorializar. Por isso, a luta pela terra direcionada no sentido de acumular força dentro da ordem, o capital pode incorporar e subordinar a sua lógica, tornando-a funcional a reprodução e acumulação do capital, como na ocupação de terra para produzir alimentos, sem romper com a ordem capitalista, que barateia o custo de reprodução da força de trabalho ou se torna extensão da transformação industrial. Todavia, em seu atual estágio de acumulação, o capital parece não tolerar nem mesmo as lutas que não tenham interesse de romper com a sua ordem. Isto é, mesmo as lutas que tentam promover reformas no sistema se chocam com o atual estágio de acumulação do capital.

No atual estágio de acumulação, o capital demanda cada vez mais da ação do Estado, conforme ressaltava Mézáros (2003, p. 29), “o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado”. O problema é que a própria intervenção do Estado já é insuficiente. O Estado, em sua postura neoliberal, continua viabilizando a expansão do capital, por meio da criação de mais perímetros de irrigação, privatizações, retirada de direitos trabalhistas e muitos investimentos para o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar camponesa. Tudo isso mediante promessas de melhoria da qualidade de vida da população a partir da “geração de emprego”; sustentadas na ideia de “progresso”, de “desenvolvimento”, amplamente difundida nos meios de comunicações. Essa postura neoliberal tem se efetivado mediante políticas “assistencialistas” e “compensatórias”, de modo que, ao passo em que promove a precarização do trabalho e degradação das condições

de vida dos trabalhadores, empreende a política “assistencialista” e “compensatória” no intuito de beneficiar o capital, camuflando o descaso com o trabalho.

Nos acampamentos e assentamentos do MST, o capital monopolizando o território, controlando os meios fundamentais de produção, impede que os trabalhadores trabalhem por conta própria, só lhes resta trabalharem para o capital, principalmente nas empresas do agronegócio. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que há, no campo, especialmente em Petrolina-PE, um enorme processo de proletarização, com uma alta rotatividade e precarização do trabalho no Município, sendo a maior parte dos empregos gerados temporários, diaristas e safristas. Esse processo de proletarização evidencia alterações na estrutura de classe no campo, com a presença massiva de um proletariado rural, que não tem o modo de vida do camponês e não domina todo o processo de produção, de tal maneira que uma reforma agrária ampla, no contexto atual, não pode ser mais pensada nos moldes clássicos, de distribuir a terra, na maioria das vezes, em lotes individuais. É preciso também que os trabalhadores se apropriem das empresas do agronegócio e destruam a sua lógica de funcionamento.

De acordo com Mészáros (2003), “o sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue administrar medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue superar definitivamente.” (p. 19). Na raiz de todas essas contradições, encontra-se o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de subordinação do trabalho ao capital, não importando o grau de mistificação das tentativas de camuflá-la. No caso da região do submédio do Vale do São Francisco, especialmente no Município de Petrolina-PE, isso fica bastante evidente, uma vez que a expansão do capital no campo acontece, prioritariamente, a partir da apropriação das terras e das águas, mediante a expropriação camponesa da terra e a exploração da força de trabalho assalariada. Portanto, fica mais evidente também que a luta pela terra, pela reforma agrária se choca com a ordem capitalista em curso, torna-se uma luta anticapitalista, ainda que nem todos que lutam por ela tenham plena convicção disso. A reforma agrária não é uma tarefa inconclusa ou em atraso a ser realizada como condição para o socialismo, mas ao contrário, o socialismo é a condição para a realização da reforma agrária. A reforma agrária será realizada pela revolução socialista.

Resgatando, para os dias atuais, um dilema expresso por Rosa Luxemburgo, no início do século XX: Socialismo ou Barbárie, Mészáros (2003) avalia que esse dilema adquiriu urgência dramática e se tivesse que modificar acrescentaria a “socialismo ou barbárie” a frase barbárie se tivermos sorte. Assim como Mészáros, considera-se que o socialismo, hoje, é mais

que um projeto, é uma necessidade. O sistema do capital não tem mais nada a oferecer para a classe trabalhadora, a não ser a sua destruição. As necessidades sociais humanas só podem ser colocadas em primeiro plano, a partir da destruição do sistema do capital e seus mecanismos de exploração. Ou seja, pondo um fim no antagonismo de classes e, conseqüentemente, na luta entre elas. Essa realidade mostra que a luta pela terra não pode ser desarticulada de um projeto radicalmente alternativo de sociedade. A luta pela terra precisa ser direcionada no sentido de romper com a ordem vigente, de superar revolucionariamente a sociedade capitalista, não com a pretensão de acumular força, com uma etapa dentro ordem, não no sentido de tentar democratizar a propriedade (da terra e do capital), mas no sentido de acabar com a relação de propriedade privada tanto dos recursos que garantem a existência da humanidade como da riqueza produzida coletivamente. Isto é, faz-se necessário atacar a raiz dos problemas sociais, a contradição capital trabalho e pôr um fim na relação social que constitui o capital. Isso perpassa pela socialização dos meios de produção, como propriedade coletiva da humanidade.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samin. O capitalismo e a renda fundiária (a dominação do capitalismo sobre a agricultura). In: AMIN, Samin; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 9-47.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e Mudança: A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 114p.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, **Orçamento Geral da União**. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>. Acesso em: 10 de Fev. de 2014.

BORGES, Fragmon Carlos. Origens históricas da propriedade da terra. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 259-281.

BLOCH, Didier. **As Frutas amargas do Velho Chico: irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco**. São Paulo: Livros da Terra / Oxfan, 1996, 116p.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares Campos. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 200p.

_____. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio – o caso de Cruz Alta-RS**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre-RS, 2009, 232p.

CHILCOTE, Ronald. **Transição capitalista e a classe dominante no nordeste**. São Paulo: Edusp, 1991, 368p.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; Coordenação: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete. **Conflitos no Campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 200p.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Notas de Sala da Aula da disciplina Teorias em Geografia Agrária**. UFS-NPGeo, 2012.

_____. Estado, Políticas públicas e reordenamento social e territorial do trabalho. In: ANDRADE, Eliziário Souza; SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Estado e Políticas Públicas: a construção do consenso neoliberal**. Bahia: Eduneb, 2012, p. 135-160.

_____. A geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**, Sergipe, vol. 01, n. 06, 2005.

_____. A genealogia do debate: Lênin e Chayanov. In: **A questão camponesa: o olhar sob o signo dialético**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe (UFS). Aracaju-SE, 1991, p. 13-66.

COSTA, Edmilson. **Os movimentos sociais e os processos revolucionários na América Latina: uma crítica aos pós-modernistas**. Disponível em: <www.pcb.org.br>. Acesso em: 07 de Abril de 2012.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Redescobrimos a História: a República de Formoso e Trombas**. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/115/121>. Acesso em: 20 de Jan. de 2013.

DELGADO, Guilherme. **A questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. Disponível em: <<http://www.geomundo.com.br/Guilherme-C-Delgado-A-Questao-Agraria-no-Brasil.PDF>>. Acesso em: 20 de Jan. de 2013.

DEL ROIO, Marcos. O PCB e a estratégia da revolução brasileira. **Novos temas**, São Paulo, n° 7, 2012.

DEMIER, Felipe. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira**. Disponível em: <<http://revistaoutubro.com.br/blog/>>. Acesso em: 20 de Jan. de 2013.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-271.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Vinte anos do MST e a perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra. 2004. p. 273-291.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FIEPE - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Agenda Pró-Petrolina**. Petrolina-PE, 2010. 70p.

FRANK, Andre Gunder. Agricultura brasileira: Capitalismo e mito do feudalismo. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil - o debate na esquerda: 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 35-100.

GANCHÓ, Cândida Vilares; LOPES, Helena de Queiroz Ferreira; TOLEDO, Vera Vilhena. **A posse da Terra**. São Paulo: Ática, 1991, 80p.

GEBRIM, Ricardo. Apresentação. In: HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 7-9.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 3 ed. São Paulo, Ática, 1980.

GORGEM, Frei Sergio Antônio. Trajetória camponesa no Brasil. In:_____. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p. 11-23.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 35-77.

IASI, Mauro Luis. **O PT e a revolução burguesa no Brasil**. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=596:o-pt-e-a-revolucao-burguesa-no-brasil&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 27 de Março de 2014.

_____. **Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora**. Disponível em: <<http://pcb.jusbrasil.com.br/politica/104004949/democracia-de-cooptacao-e-o-apassivamento-da-classe-trabalhadora>>. Acesso em: 10 de Jan. de 2014.

_____. **A atualidade da Revolução Soviética e a questão do Estado**. Disponível em: <www.pcb.org.br>. Acesso em: 15 de Out. de 2012.

_____. **Conjuntura e luta política no médio e longo prazo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.odiarario.info/?p=306>>. Acesso em: 16 de Set. de 2011.

_____. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 172p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados do Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de Set. de 2011.

INTERNACIONAL COMUNISTA. **Programa da Internacional Comunista**: adoptado pelo VI Congresso Mundial. Moscovo, 1 de setembro de 1928. Disponível em: <<http://www.hist-socialismo.com/docs/ProgramaIC1928.pdf>>. Acesso em: 20 de Jan. de 2013.

LEI DE TERRAS Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 283-291.

LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. **Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva**. *Psicol. Soc.* [online]. 2010, vol.22, n.2, pp. 269-278. ISSN 0102-7182.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LOPES, Íole Ilíada. **Estado, Território e pensamento geográfico: discutindo a atualidade de uma interpretação político do espaço**. In BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque; NETO, Manoel F. Sousa (Orgs). *Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil*. São Paulo: Annablume, USP, 2010.

LOWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In _____. **Marxismo, Modernidade e Utopia**. São Paulo: Xamã, 2000, p. 160-167.

LUKÁCS, György. **Lenin**. São Paulo: Boitempo, 2012. 124p.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: Uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007, 140p.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010, 288p.

_____. **O cativo da terra**. 8. ed. São Paulo: Hucutec, 2004.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 11-76.

_____. **Os Camponeses a Política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982. 181p.

_____. **Os Camponeses a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital**. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1, vol. 1.

_____. **O Capital - Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Livro 1, vol. 2.

_____. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 285p.

_____. Salário, Preço e Lucro. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **A dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 57-99.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995, 83p.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (Org). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 113-136.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império**. *Cad. CRH* [online]. 2009, vol.22, n.55, p. 173-184. ISSN 0103-4979.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Linhas Políticas**. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 20 de Jan. de 2013.

_____. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST (2007-2012). In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.149-165.

_____. Programa de Reforma Agrária do MST – 1984. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária – 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.177-179.

_____. Proposta de Reforma Agrária do MST – 1995. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária – 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.187-210.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009. 133p.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. São Paulo: Boitempo, 2003, 118p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O Estado e a Questão agrária na Panamazônica**. In: V Simpósio Internacional e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Pará: UFPA, 2011.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra. 2004. p. 29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os elementos da Produção Camponesa. In:_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 55 a 65.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011, 150p.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 107p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Geografia Agrária e Questão Agrária. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (Orgs). **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 339-351.

PAULO NETTO, José. **Uma face contemporânea da barbárie**. Disponível em: <www.pcb.org.br>. Acesso em: 05 de nov. de 2010.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 59p.

PCB – Partido Comunista Brasileiro. **Resoluções do XIV Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Declaração sobre a política do PCB (março de 1958)**. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 23 de Ago. de 2014.

_____. **Manifesto de Agosto de 1950**. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/edit?pli=1>. Acesso em: 23 de Ago. de 2013.

_____. **Resoluções do III Congresso do PCB - 1929**. Disponível em:
<http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=127:resolucoes-do-3o-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb>. Acesso em 20 de Ago. de 2013.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Orgs). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 79-117.

PINHEIRO, Milton. O PCB no movimento da história: das contradições dos anos de formação às lutas contra o Estado Novo. **Novos temas**, São Paulo, n° 7, 2012.

PLEBISCITO POPULAR. **Limite da propriedade da terra - 2010**. Disponível em:
<www.limitedaterra.org.br>. Acesso em: 20 de Jan. de 2014.

PODELESKI, Onete da Silva. Lei de Terras de 1850. **Revista Santa Catarina em História**, UFSC, Florianópolis-SC, vol. 01, n. 02, 2009.

Porto-Gonçalves e Luís Santos. **A violência que se esconde atrás de êxito do modelo agro-exportador**. In: Conflitos no Campo Brasil 2011. Disponível em:
<<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 10 de Jan. de 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST**. Disponível em:
<<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/viewFile/1/1>>. Acesso em: 10 de Jan. de 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, 364p.

PRESTE, Anita. Memória do PCB: **Duas táticas e uma mesma estratégia – do “manifesto de agosto de 1950” à “declaração de março de 1958”**. Disponível em:
<http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=284:memoria-do-pcb-duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958&catid=18:artigos&Itemid=140>. Acesso em: 20 de Set. de 2013.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, 127p.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. A atualidade e os desafios da reforma agrária. **Novos Temas**. São Paulo, n° 8, 2013.

SANTOS, Leonardo dos. **As Ligas Camponesas do PCB: A transformação da questão agrária em ação política (1928-1947)**. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em: 20 de Ago. de 2013.

SANTOS, Marleide Maria. **Movimentos sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão-SE, 2008, 325p.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro; GORENDER, Jacob. et al. **A questão agrária na década de 90**. 4 ed. Porto alegre: UFRGS, 2004. p. 137-143.

SILVA, Ricardo Oliveira da; WASSERMAN, Claudia. **A questão agrária brasileira (1950/1960)**: A análise histórica de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior.

Disponível em:

<https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZeEJJSzBnZ3NBZVU/edit?usp=sharing&pli=1>. Acesso em: 20 de Jan. de 2013.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: Natureza, Capital e a Produção de Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984, 248p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1967, 414p.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. **O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: Território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão-SE, 2013, 356p.

_____. **O antigo e o moderno no campo brasileiro**: uma reflexão a partir da teoria agrária. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **O processo de expansão do capitalismo no campo, o agronegócio e a resistência da unidade de produção familiar: o caso do Projeto Senador Nilo Coelho - Petrolina PE**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão-SE, 2006, 138p.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O camponês e o Trabalho: analisando a importância do excedente social. **Pegada Eletrônica**, São Paulo, vol. 11, n. 01, p. 64-76, jun. de 2010.

SOUSA, Ronilson Barboza de. **O avanço do capitalismo no campo e o trabalho: entre a liberdade e a escravidão**. Monografia de Graduação. Universidade de Pernambuco (UPE), Petrolina-PE, 2011, 54p.

SOUZA, Suzane Tosta. **O sertão que virou pomar?** Do discurso do estado às contradições do processo histórico. Políticas públicas de irrigação e expropriação camponesa pelo capital: luta pela terra, pelo trabalho e pela água. In: I Encontro Latino Americano de Ciências Sociais e Represas, II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragem. Bahia, 2007.

STÉDILE, João Pedro. **O Brasil não será democrático se não democratizar a terra**.

Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/roldao-arruda/ha-86-mil-lotes-vagos-no-nordeste-e-ninguem-toma-providencias-diz-stedile/>>. Acesso em: 20 de Jan. de 2014.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, 166p.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 95-110.

TROTSKY, Leo. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermman, 2007, p.09-29.

VALEXPOR - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES EXPORTADORES DE HORTIGRANJEIROS E DERIVADOS DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Há 22 anos unindo forças para o desenvolvimento do Vale do São Francisco e da fruticultura brasileira**. 2010.

VINHAS, Moisés. Problemas Agrário-Camponeses do Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 127-168.

ANEXOS

ANEXO (A)

**QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA - MST**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS

**A LUTA PELA TERRA NA (CONTRA)MÃO DA ORDEM CAPITALISTA: UMA
LEITURA A PARTIR DA LUTA PELA TERRA DO MST NO MUNICÍPIO DE
PETROLINA/PE**

1. Acampamento () Assentamento ()

Nome:

2. Endereço:

3. Ano em que começou como acampamento?

4. Ano em que começou como assentamento?

5. Qual o tamanho da área? E quantas famílias (acampadas ou assentadas)?

Quantos hectares por família?

6. Por que ocuparam essa terra?

7. O que produzem atualmente?

8. Como conseguem produzir?

9. Produzem em cooperação com os vizinhos?

10. Como comercializam a produção? Quem compra?

11. Estão satisfeitos com a política de assentamento do governo?

() sim – por quê?

() não – por quê?

12. Como a família consegue se sustentar? Realizam outras atividades para se sustentar?

13. Qual a renda mensal da família?

14. Possuem alguma dívida, ou já se endividaram, para manter as “despesas” em casa?

15. Onde e em que trabalhavam antes de virem para o acampamento ou assentamento?

16. O que fazem para aumentar a produção?

17. Quais as principais reivindicações atualmente?

18. Quais os principais problemas enfrentados?

ANEXO (B)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS

**A LUTA PELA TERRA NA (CONTRA)MÃO DA ORDEM CAPITALISTA: UMA
LEITURA A PARTIR DA LUTA PELA TERRA DO MST NO MUNICÍPIO DE
PETROLINA/PE**

**QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAS SEM TERRA - MST**

1. Em que ano surgiu o MST em Petrolina?
2. Por que o Movimento se organizou aqui no Município?
3. Como foi o processo de organização?
4. Qual a principal reivindicação do Movimento como um todo em Petrolina?